São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Terça-feira, 23 de abril de 2024 | Edição N º 1012

datamercantil.com.br

Empresas querem incentivo do governo a pesquisa sustentável e energia limpa, diz estudo

O governo federal deve priorizar incentivos a pesquisa e desenvolvimento sustentável em sua agenda ambiental. É o que apontam 77% dos gestores de empresas ouvidos pela Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) na pesquisa Panorama ESG 2024, divulgada na segunda-feira (22) pela organização.

Segundo o estudo, 67% das empresas apontam que é fundamental a liderança do governo federal na chamada "Agenda ESG", sigla em inglês para meio ambiente, social e governança.

Entre outras demandas dos gestores, estão incentivos à geração de energias limpas, a facilitação do acesso a financiamento sustentável, políticas relacionadas à economia circular e preservação florestal e implementação do mercado de carbono. Esse último está sendo discutido no Congresso desde o segundo semestre do ano passado.

A pesquisa ouviu 687 líderes empresariais brasileiros, entre os quais 57% dos respondentes são "altos executivos de empresas, que, juntas empregam meio milhão de pessoas e totalizam um faturamento de R$756 bilhões", segundo a Amcham.

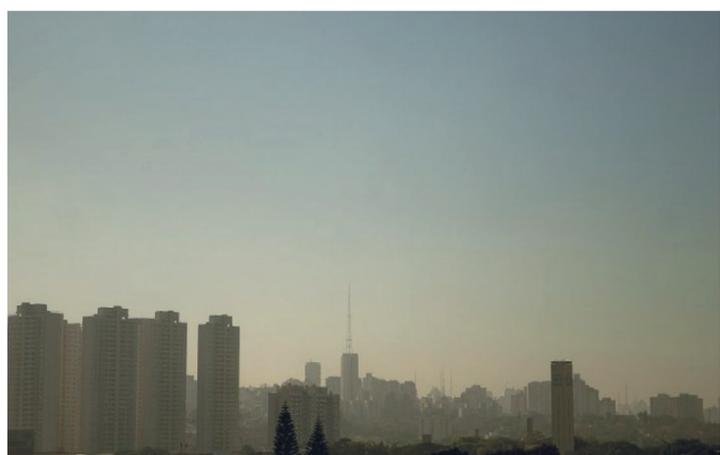
De acordo com o estudo, a adesão de empresas às medidas ESG aumentou no último ano. Segundo a Amcham, 71% das empresas ouvidas adotam medidas para melhorar as relações com meio-ambiente, governança e sociedade, ante 47% em 2023.

Ainda assim, 45% estão em estágio inicial de implementação de práticas ESG e 26% em avançado.

Algumas políticas solicitadas pelas empresas estão presentes na agenda ambiental do governo federal. Uma delas é a criação de um plano de prioridades e diretrizes para o incentivo à criação de tecnologias ligadas à transição ecológica, conforme detalhou à Folha, o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Fernandes.

Para 72% dos entrevistados, o pilar social é a prioridade da agenda ESG, seguido pela governança, com 68%. Por último, ficam as questões ambientais, prioritárias para 66% dos empresários. Os gestores podiam marcar mais de uma resposta, por isso a soma excede os 100%.

Luana Franzão/Folhapress

Economia

Na contramão do mundo, Brasil não taxa carbono na reforma tributária

Página - 03

Funcionamento do Pix corre risco com falta de investimentos no BC, diz Campos Neto

Página - 03

Juros: melhora do câmbio eleva chance de BC cumprir forward guidance e DIs curtos caem

Página - 05

Dólar cai a R$ 5,16 com apetite externo ao risco e realização de lucros

Página - 14

Política

Lula diz que não quer criticar taxa de juros, mas que 'está difícil'

Página - 04

Lula cobra Alckmin mais ágil e diz que Haddad tem que falar com Congresso 'em vez de ler um livro'

Página - 04

No Mundo

Chefe da inteligência militar de Israel renuncia após assumir falhas que levaram a ataques do Hamas

O chefe da inteligência militar de Israel, o general Aharon Haliva, demitiu-se na segunda-feira (22) após assumir sua responsabilidade no ataque do Hamas contra o sul do país no dia 7 de outubro, que desencadeou a atual guerra na Faixa de Gaza.

Primeiro político ou militar de alto escalão de Israel a renunciar desde o atentado, Haliva deixou o cargo após 38 anos de carreira na corporação por seu papel nas falhas de segurança que permitiram a invasão do grupo terrorista. Ele sairá do posto assim que um substituto for nomeado, segundo o Exército.

Outros agentes, como o chefe da agência de segurança, Shin Bet, também reconheceram sua responsabilidade, mas nenhum mencionou uma possível demissão. Apesar disso, é esperado que muitos deixem o cargo quando a tensão regional diminuir, segundo o jornal Times of Israel.

O conflito, aliás, foi a justificativa para Haliva não renunciar quando assumiu os erros de segurança pela primeira vez, dez dias após o ataque. "A Direção de Inteligência Militar, sob meu comando, falhou em avisar sobre o ataque terrorista do Hamas", afirmou ele no dia 17 de outubro do ano passado. "Falhamos na nossa missão mais importante, e como chefe da Diretoria de Inteligência Militar, assumo total responsabilidade pelo erro."

Agora, seis meses após o atentado, o general apresenta sua renúncia no momento em que uma comissão de inquérito investiga por que o Exército não conseguiu se defender do Hamas.

"A Direção de Inteligência sob o meu comando não cumpriu a sua tarefa. Carrego aquele dia comigo desde então, todos os dias, todas as noites. Suportarei para sempre a terrível dor da guerra", disse ele na carta endereçada ao chefe do Estado-Maior do Exército, o tenente-general Herzi Halevi.

Folhapress

Equador recaptura líder criminoso que fugiu da prisão durante onda de violência

A polícia do Equador anunciou na segunda-feira (22) a recaptura de Fabrício Colón Pico Suárez, suposto líder da facção Los Lobos, considerada um grupo terrorista. Ele havia fugido da prisão em meio à crise de segurança que explodiu no país em janeiro e desencadeou o estado de exceção.

Chamado de Captain Pico, de acordo com as autoridades, ele foi preso em Puerto Quito, na província de Pichincha. Estava listado como um dos criminosos mais procurados do país. Dois outros criminosos foram detidos ao mesmo tempo, informou o gabinete do procurador-geral no X.

Pico é acusado de organizar um plano para assassinar a procuradora-geral do Equador, Diana Salazar, mas que nunca foi executado. Em janeiro, escapou de uma penitenciária em Riobamba em meio a uma onda de violência em todo o Equador, que incluiu a invasão de uma transmissão de televisão ao vivo por homens armados.

O ataque de grupos ligados ao tráfico de drogas deixou vinte mortos. O incidente fez com que o presidente do Equador, Daniel Noboa, declarasse estado de exceção, prorrogado até o início de abril.

No fim de semana, Noboa obteve apoio significativo dos eleitores para uma série de medidas de segurança. Segundo ele, o ajudarão a combater o aumento acentuado da criminalidade.

O Equador mudou uma regra de quase 80 anos ao aprovar a possibilidade de extradição de seus cidadãos para endurecer as leis contra o crime organizado, em uma votação marcada pelo assassinato do diretor de uma penitenciária.

Folhapress

Trump tentou corromper eleições de 2016, dizem promotores em segunda semana de julgamento

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump já está no tribunal de Nova York no qual promotores defendem, na segunda-feira (22), por que o suposto pagamento secreto a uma estrela pornô durante sua vitoriosa campanha pela Casa Branca em 2016 teria infringido a lei.

Embora o republicano tenha pedido manifestações de apoiadores em tribunais "de todo o país", poucos estavam presentes para saudá-lo durante sua chegada à corte no centro da cidade, e o prédio estava rodeado por barricadas. "Lower Manhattan, ao redor do Tribunal, para onde estou indo agora, está completamente FECHADA. TÃO INJUSTO!!!" escreveu ele nas redes sociais.

Os promotores dizem que Trump tentou esconder histórias que poderiam ser prejudiciais para sua campanha de 2016. O esquema envolveria o pagamento de US$ 130 mil feito pelo ex-advogado de Trump, Michael Cohen, à estrela pornô Stormy Daniels para que ela não revelasse um suposto encontro sexual com o empresário uma década antes. Trump reembolsou Cohen, segundo os promotores."Este caso é sobre conspiração de fraude", disse o promotor Matthew Colangelo ao júri de 12 pessoas escolhido na semana passada. "O réu, Donald Trump, orquestrou um esquema criminoso para corromper as eleições presidenciais de 2016."Os candidatos a formar o júri tiveram que responder a um questionário de 42 perguntas que se concentrava especialmente em saber se eles se sentiam capazes de julgar, com equidade e imparcialidade, um caso altamente midiatizado e politizado. As identidades dos jurados devem permanecer em anonimato, exceto para Trump, seus advogados e os promotores.A acusação defende que a suposta estratégia do empresário teria enganado os eleitores nos últimos dias da campanha, quando a candidatura do republicano enfrentava dificuldades por causa de outras revelações de cunho sexual.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Na contramão do mundo, Brasil não taxa carbono na reforma tributária

Na contramão de vários países, o Brasil está perdendo na reforma tributária a oportunidade de taxar diretamente os efeitos das emissões de carbono e desincentivar o consumo de combustíveis fósseis. Deixa passar também fonte consistente de arrecadação para atacar o atual desajuste nas contas públicas.

Devido a mecanismo introduzido na emenda constitucional 132, da reforma tributária, ela produzirá uma taxação mínima de apenas US$ 3 por tonelada de carbono de fontes como petróleo e gás.

O país difere de alíquotas muito maiores adotadas na União Européia (cerca de 100 euros por tonelada) e recomendadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, das Nações Unidas (mínimo de US$ 30 a 50).

Segundo análise do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, que envolve o Sindifisco Nacional e a Universidade Federal de Goiás, o lobby do setor de petróleo e gás na tramitação da PEC 45, que deu origem à reforma, levou a esse resultado.

Nas 32 audiências públicas realizadas no Congresso, a adoção da chamada "carbon tax" foi mencionada apenas 13 vezes e somente seis intervenções se posicionaram diretamente como favoráveis ao imposto sobre carbono, partindo da academia e de instituições internacionais.

"As ocorrências foram poucas e um número significativo residiu em pleitos para que setores como o de GLP ou de combustíveis não fossem onerados. Há o prognóstico de que, a menos que a conjuntura se altere na preparação da COP 30 [2026, no Brasil], o Imposto Seletivo não deverá receber, em lei complementar, a natureza de exação [exigência] sobre as emissões de gases de efeito estufa", diz o estudo.

Na tramitação da reforma, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás argumentou que o setor já recolhe a Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás e álcool etílico.

Fernando Canzian/Folhapress

Pacote de crédito prevê linha para famílias do CadÚnico e Desenrola para pequenos negócios

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesta segunda-feira (22) um programa para estimular o crédito para empreendedores e famílias de baixa renda, além de renegociar dívidas de pequenos negócios.

A MP (medida provisória) prevê ainda medidas para impulsionar o mercado imobiliário e facilitar atração de investimentos estrangeiros para o Brasil.

O impulso ao crédito e ao investimento é uma obsessão do presidente para tentar ativar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

O programa, batizado de Acredita, foi lançado durante cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do chefe do Executivo e de outros ministros, como Fernando Haddad (Fazenda) e Márcio França (Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). Ele é dividido em quatro eixos.

O primeiro deles prevê uma linha de microcrédito para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único de programas sociais. O governo vai disponibilizar uma garantia de até R$ 500 milhões para que esses indivíduos consigam acessar a linha com uma taxa de juros mais vantajosa o dinheiro do fundo dá segurança de que a instituição financeira receberá o pagamento em caso de inadimplência.

Segundo o Planalto, o público-alvo da linha de microcrédito serão as famílias que atuam na informalidade, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, além de pequenos produtores rurais.

As operações devem ficar disponíveis a partir de julho. O governo diz que a meta é realizar, até 2026, cerca de 1,25 milhão de transações de microcrédito, com valor médio de cerca de R$ 6.000. A previsão é injetar mais de R$ 7,5 bilhões na economia até 2026.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Funcionamento do Pix corre risco com falta de investimentos no BC, diz Campos Neto

Em nova defesa da autonomia financeira do Banco Central, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, se diz preocupado com a queda no orçamento da instituição e com seus possíveis efeitos práticos, como na operação do Pix.

"Neste ano, nosso orçamento de investimentos foi de R$ 15 milhões, isso é um quinto do que foi há cinco anos. Chegamos ao risco de alguma hora falar 'como é que a gente vai conseguir fazer rodar o Pix?'", disse Campos Neto durante evento em São Paulo na segunda-feira (22).

Segundo o presidente do BC, as paralisações dos funcionários do BC por ajustes salariais e mais contratações já atrasa a implementação da agenda digital da instituição, que inclui avanços no Pix e a criação do Drex, moeda digital ainda em fase de testes.

Outro argumento de Campos Neto em favor da PEC (proposta de emenda à Constituição) 65, seria a possibilidade de o BC, com uma empresa pública com autonomia fiscal e orçamentária, estabelecer contratos com empresas privadas de "gestão dividida".

"Por exemplo, no Drex eu tenho ajuda de várias empresas, da Microsoft, da Parfin, e, para fazer os contratos é muito difícil, porque a máquina pública não programou esse tipo de contrato que precisamos na gestão moderna", disse Campos Neto.

Questionado sobre se a PEC tem apoio do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Campos Neto disse que é necessário esclarecer alguns pontos.

"O ministro [Fernando Haddad] tem falado que não é conta, mas que precisa esclarecer alguns pontos. E no Legislativo, no Senado, eu tenho sentido uma boa vontade para aprovar", afirmou o economista. Sobre a transição no comando do BC ao fim deste ano, Campos Neto voltou a dizer que será um processo "suave" e "construtivo", e que espera que a agenda de digitalização da autarquia continue sob seu sucessor.

Júlia Moura/Folhapress

Política

Lula diz que não quer criticar taxa de juros, mas que 'está difícil'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na segunda-feira (22) que não iria repetir as tradicionais críticas às taxas de juros, para não ofuscar as medidas que são anunciadas pelo seu governo. No entanto, acrescentou que "todo mundo sabe que está difícil".

"Eu não quero nem falar mal de juros, de outras coisas, se não a manchete do jornal será essa e não o programa Acredita", afirmou o presidente Lula.

"Você veja que ninguém falou mal de juro, que ninguém falou mal. Todo mundo sabe que está difícil, mas hoje, aqui, a gente tomou a seguinte decisão: a gente não ficar lamentando o que é difícil, o que a gente não controla. A gente vai fazer aquilo que a gente pode", completou.

Lula participou na manhã da segunda-feira (22) de cerimônia de lançamento do Acredita, no Palácio do Planalto. Trata-se de de um programa estimular o crédito para empreendedores e famílias de baixa renda, além de renegociar dívidas de pequenos negócios.

A MP (medida provisória) que institui o programa prevê ainda medidas para impulsionar o mercado imobiliário e facilitar atração de investimentos estrangeiros para o Brasil.

O mandatário acrescentou que está otimista com o desempenho da economia brasileira. Disse que o crescimento do PIB, em 2,9%, surpreendeu já os críticos e analistas, mas que ainda não é o índice ideal. Acrescentou que "ainda é pouco".

"Um crescimento de 2,9% em 2023 é claro que é pouco, mas, diante da expectativa do mercado, foi excepcional. Não sou eu ou o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad acreditando na economia, são os empresários acreditando na economia", afirmou.

Lula então acrescentou que o crescimento da economia neste ano vai surpreender os "pessimistas". "Eu quero alertar aos pessimistas: esse país vai crescer neste ano mais do que vocês falaram até agora. Os empregos vão ser gerados mais do que vocês imaginaram até agora. A massa salarial vai crescer mais do que vocês falaram até agora", completou. Renato Machado/Folhapress

Haddad defende fortalecimento da construção civil e ampliação de crédito para setor imobiliário

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu, na segunda-feira (22), o fortalecimento da construção civil no país e a ampliação do crédito para o setor imobiliário.

Haddad participou do lançamento do "Programa Acredita", que possibilita a renegociação de dívidas de pequenos empresários, além de um crédito imobiliário voltado para a classe média.

"Não tem país conhecido que tenha chegado a patamares elevados de desenvolvimento econômico sem passar pelo fortalecimento da construção civil", disse o ministro.

Segundo ele, a construção civil "é uma preciosidade em todo lugar".

Haddad ainda disse que ampliar o acesso de crédito é uma "alavanca imprescindível" para o desenvolvimento de qualquer país.

"Nenhum país se desenvolveu sem essa alavanca e não olhando para um segmento do setor produtivo, mas olhando para aqueles segmentos, todos que podem fazer diferença em conjunto", declarou o ministro.

Na mesma linha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, durante o evento desta segunda, sem crédito, o país não vai a lugar nenhum.

O presidente evitou criticar a taxa de juros. Atualmente, a taxa Selic está em 10,75% ao ano, conforme decisão mais recente do Comitê de Política Monetária do Banco Central.

"Sem crédito, esse país não vai a lugar nenhum. Eu não quero nem falar mal de juros, porque se não as manchetes dos jornais vão ser essa e não o [programa] Acredita", afirmou Lula.

O governo federal lançou, nesta segunda-feira, um programa de renegociação de dívidas voltado para microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte.

A iniciativa terá uma plataforma de renegociação, aos moldes do Desenrola – que já renegociou mais de R$ 50 bilhões em dívidas de 14 milhões de brasileiros. CNN

Lula cobra Alckmin mais ágil e diz que Haddad tem que falar com Congresso 'em vez de ler um livro'

O presidente Lula (PT) cobrou na segunda-feira (22) que seus ministros entrem mais em campo para ajudar na articulação com o Congresso Nacional, em um momento em que o governo vive crise com o Parlamento e sofre o risco de derrotas.

Lula pediu que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), seja "mais ágil". Também pediu que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixe de ler livro e passe mais tempo discutindo com parlamentares.

"Isso significa que o Alckmin tem que ser mais ágil, tem que conversar mais. O Haddad, ao invés de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington [Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social], o Rui Costa [ministro da Casa Civil], passar maior parte do tempo conversando com bancada A, com bancada B", afirmou o presidente.

As declarações foram dadas durante cerimônia no Palácio do Planalto para o lançamento de programa de concessão de crédito a empresários e pessoas inscritas no CadÚnico, base de dados do governo federal para o pagamento de programas sociais.

A articulação política do governo vem sendo alvo de críticas no Congresso Nacional, embora conte com o respaldo do presidente Lula. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a afirmar que o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) era um "desafeto pessoal" e "incompetente".

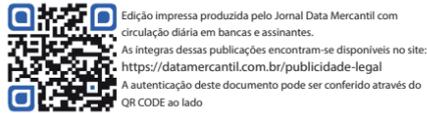
Padilha não chegou a ser citado pelo presidente em seu discurso, embora estivesse também presente. O ministro está na mira de Lira e do bloco centrão, pois é acusado de não honrar as promessas e compromissos feitos com os parlamentares.

Por isso, desde o início do ano, o chefe da Casa Civil, Rui Costa, também passou a ser o principal interlocutor de Lira dentro do Planalto e assumiu também a função de articulação política.

Também nesta segunda-feira, Padilha negou em entrevista que haja uma crise entre o Executivo e o Legislativo.

Renato Machado/Folhapress

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Juros: melhora do câmbio eleva chance de BC cumprir forward guidance e DIs curtos caem

Os juros futuros fecharam a sessão em baixa nos vencimentos de curto prazo e entre a estabilidade e leve alta nos demais prazos. No curto prazo, o mercado de juros deu sequência ao movimento de correção de altas iniciado nos últimos dias hoje apoiado na queda do dólar. O câmbio tem sido visto como variável-chave para os ajustes nas apostas para a Selic nos próximos meses, e o real foi destaque positivo entre moedas emergentes na segunda-feira,22. Apesar do alívio nos prêmios de risco, a curva segue projetando Selic terminal perto de 10,25% e desaceleração do ritmo de corte para 0,25 ponto porcentual no Copom de maio. No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,320%, de 10,351% no ajuste de sexta-feira, 19. A taxa do DI para janeiro de 2026 caía de 10,54% para 10,52 .

Isto é Dinheiro

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Demosntrações Financeiras dos exercíos findos e 31/12/2023 e 2022

Balanços Patrimoniais

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	318.229	430.783
Aplicações financeiras	47.953	49.028
Contas a receber de clientes	374.735	332.447
Empréstimos a receber	48.847	7.523
Estoques	555.106	514.943
Instrumentos financeiros derivativos	738	10.198
Tributos a recuperar	43.541	23.929
Pagamentos antecipados	9.391	4.750
Outras contas a receber	230.389	224.222
Total do ativo circulante	**1.628.929**	**1.597.823**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	15.031	18.749
Outras contas a receber	142.892	141.384
Investimentos	499.651	386.200
Imobilizado	949.986	788.599
Intangível	3.989	5.417
Total do ativo não circulante	**1.611.549**	**1.340.349**
Total do ativo	**3.240.478**	**2.938.172**

	2023	2022
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	270.581	254.233
Fornecedores (Carta de crédito importação)	75.438	101.356
Empréstimos e financiamentos	456.490	250.851
Instrumentos financeiros derivativos	1.090	12.036
Salários e encargos sociais a recolher	34.791	34.518
Adiantamentos de clientes	78.135	271.899
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.166	10.009
Tributos a recolher	8.874	22.027
Parcelamento de tributos	–	1.573
Dividendos a pagar	783.701	618.611
Comissões a pagar	19.910	23.870
Outras contas a pagar	12.878	6.934
Total do passivo circulante	**1.759.054**	**1.607.917**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	183.837	236.335
Provisão para contingências	22.833	18.562
Passivo fiscal diferido	49.248	51.628
Total do passivo não circulante	**255.918**	**306.525**
Patrimônio líquido		
Capital social	210.396	210.396
Capital a integralizar	(14.408)	(14.408)
Reserva de capital	195	195
Reservas de lucros	1.008.599	802.365
Ajustes de avaliação patrimonial	20.724	25.182
Total do patrimônio líquido	**1.225.506**	**1.023.730**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.240.478**	**2.938.172**

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

	2023	2022
Receita operacional líquida	2.045.972	1.947.959
Custo dos produtos vendidos	(1.404.771)	(1.380.592)
Lucro bruto	**641.201**	**567.367**
Despesas com vendas	(135.965)	(137.376)
Despesas gerais e administrativas	(72.246)	(82.446)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(18.222)	(14.072)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(781)	(17)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.706)	(24.322)
	411.281	**309.134**
Receitas financeiras	71.265	99.290
Despesas financeiras	(125.823)	(149.355)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(27.357)	(12.776)
Resultado financeiro líquido	**(81.915)**	**(62.841)**
Participação no lucro da empresa investida por equivalência patrimonial	149.076	284.053
Resultado antes dos impostos	**478.442**	**530.346**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(113.956)	(69.701)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.380	(7.072)
	(111.576)	**(76.773)**
Lucro líquido do exercício	**366.866**	**453.573**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**366.866**	**453.573**
Outros resultados abrangentes	–	-
Resultado abrangente total	**366.866**	**453.573**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	366.866	453.573
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	58.528	51.722
Resultado com equivalência patrimonial	(149.076)	(284.053)
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	781	18
Provisão para perdas em estoque	(178)	208
Provisão de juros sobre empréstimos a pagar–terceiros	38.707	20.334
Receita de juros sobre empréstimos–partes relacionadas	(8.017)	(1.221)
Remensuração dos instrumentos financeiros derivativos	6.039	23.493
Provisão para contingências	7.874	13.978
Variação cambial sobre empréstimos	(18.549)	(12.232)
Variação cambial não realizada sobre ativos e passivos	7.026	3.436
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	230	445
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.380)	7.072
Imposto de renda e contribuição social corrente	113.956	69.701
(Aumento) redução em ativos		
Contas a receber de clientes	(48.764)	5.469
Estoques	(39.985)	74.467
Tributos a recuperar	(18.714)	(22.009)
Pagamentos antecipados	(4.641)	2.158
Outras contas a receber	33.314	(20.293)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	(4.844)	(40.273)
Salários e encargos sociais	273	19.273
Adiantamentos de clientes	(194.428)	(119.327)
Comissões a pagar	(4.321)	(2.839)
Tributos a recolher	(13.153)	1.841
Parcelamento de tributos	(1.573)	(1.733)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	(3.603)	(3.585)
Outras contas a pagar	5.944	(6.716)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**127.312**	**232.907**
Fluxo de caixa operacional–outros		
Juros pagos sobre empréstimos–terceiros	(32.118)	(21.231)
Juros recebidos sobre empréstimos–partes relacionadas	6.146	-
Liquidação contratos de hedge	(7.525)	(6.476)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(100.436)	(59.294)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(6.621)**	**145.906**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(47.953)	(49.028)
Resgates aplicações financeiras	49.028	32.507
Mútuo concedido de partes relacionadas	(187.101)	-
Mútuo recebido de partes relacionadas	144.274	-
Aumento de capital em investida (joint venture)	(2.004)	(1.670)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(223.471)	(194.032)
Aquisições de intangível	(302)	(1.669)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	**(267.529)**	**(213.892)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos–terceiros	423.369	335.343
Pagamentos de empréstimos–terceiros	(258.268)	(232.483)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	**165.101**	**102.860**
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(3.505)	(4.639)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(112.554)**	**30.235**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	430.783	395.909
No fim do exercício	318.229	426.144
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(112.554)**	**30.235**
Divulgação adicional de transações não caixa		
Compensações fiscais	(6.363)	(5.635)
Crédito de impostos sobre imobilizado	3.543	2.617

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível as acionistas controladores								
				Reservas de lucro				Ajuste de avaliação patrimonial	
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucros Acumualdos	Total	Custo atribuído em ativos fixos, líquido de efeitos tributários	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**210.396**	**(14.408)**	**195**	**39.197**	**509.245**	**–**	**548.442**	**29.640**	**774.265**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	–	–	–	–	–	4.458	4.458	(4.458)	-
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	453.573	453.573	–	453.573
Destinações:									
Dividendos obrigatórios preferenciais classe B	–	–	–	–	–	(113.393)	(113.393)	–	(113.393)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(90.715)	(90.715)	–	(90.715)
Retenção de lucros	–	–	–	–	253.923	(253.923)	–	–	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**210.396**	**(14.408)**	**195**	**39.197**	**763.168**	**–**	**802.365**	**25.182**	**1.023.730**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	–	–	–	–	–	4.458	4.458	(4.458)	-
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	366.866	366.866	–	366.866
Destinações:									
Dividendos obrigatórios preferenciais classe B	–	–	–	–	–	(73.373)	(73.373)	–	(73.373)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(91.717)	(91.717)	–	(91.717)
Retenção de lucros	–	–	–	–	206.234	(206.234)	–	–	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**210.396**	**(14.408)**	**195**	**39.197**	**969.402**	**–**	**1.008.599**	**20.724**	**1.225.506**

Contexto Operacional

A Companhia Brasileira de Cartuchos (doravante denominada "CBC" ou "Companhia"), localizada na cidade de Ribeirão Pires/SP, tem como objeto social preponderante a fabricação e o comércio de cartuchos de munições de calibres pequenos e médios, propelentes, armas, coletes à prova de bala, bem como artigos e acessórios afins, atuando nos mercados nacional e internacional.

Diretoria

Adelar Garcia
Diretor de Unidade
Fabio Luiz Munhoz Mazzaro
Diretor Presidente
Fernando Salm
Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais

Marcos Manoel Lopes Junior
Vice-Presidente de Operações
Paulo Ricardo Nascimento Gomes
Diretor Comercial
Sandro Morais Nogueira
Diretor Administrativo e Financeiro
Eduardo Vodianitskaia
Gerente de Contabilidade – CRC 1SP 199.394/O-3

Stone Holding Instituições S.A.

CNPJ/MF nº 48.912.814/0001-29

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais – Exercício de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	**88.618**	**100**
Caixa e equivalentes de caixa	100	100
Dividendos a receber	88.518	–
Ativo não circulante	**1.741.954**	**–**
Investimentos	1.741.954	–
Total do ativo	**1.830.572**	**100**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo Circulante	**80.419**	**–**
Contas a pagar	75	–
Dividendos a pagar	80.344	–
Patrimônio líquido	**1.750.153**	**100**
Capital social	1.379.198	100
Reserva de capital	140.170	–
Reserva legal	16.915	–
Outros resultados abrangentes	(341.558)	–
Reserva de lucros	555.428	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.830.572**	**100**

Demonstração dos Resultados do exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas administrativas	(75)	–
Despesas financeiras, líquidas	(763)	–
Outras receitas (despesas), líquidas	(105)	–
Total de Despesas	**(943)**	**–**
Ganho no investimento em controladas	339.234	–
Lucro/Prejuízo antes do IR e CS	**338.291**	**–**
Lucro líquido do exercício	**338.291**	**–**

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercício de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**338.291**	**–**
Outros resultados abrangentes	**(341.558)**	**–**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período		
Reflexo de equivalência patrimonial	(341.534)	–
Outros resultados abrangentes	(24)	–
Resultado abrangente do exercício	**(3.267)**	**–**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**100**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**100**
Aumento de capital – constituição	1.379.098	–	–	–	–	–	1.379.098
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	174.896	–	–	–	–	174.896
Movimentação proveniente de acervo de aquisição de investimento		(34.540)		314.396	(406.389)		(126.534)
Outros		(186)					(186)
Outros resultado abrangentes	–	–	–	–	64.831	–	64.831
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	338.291	338.291
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	–	–	16.915	–	–	(16.915)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(80.344)	(80.344)
Reserva de investimentos	–	–	–	241.032	–	(241.032)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.379.198**	**140.170**	**16.915**	**555.428**	**(341.558)**	**–**	**1.750.153**

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercício de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**338.291**	–
Ajustes ao lucro líquido:	**(339.129)**	–
Ganho no investimento em controladas	(339.234)	–
Outras despesas operacionais	105	–
Variações nos ativos e passivos:	**75**	
Contas a pagar	75	–
Caixa líquido das atividades operacionais	**(763)**	**–**
Aumento de capital em controlada	(200.000)	**–**
Caixa líquido das atividades de investimento	**(200.000)**	–
Integralização de capital	200.763	**–**
Constituição da Companhia	–	100
Caixa líquido das atividades de financiamento	**200.763**	100
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**–**	**100**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	100	–
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	100	100
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**–**	**100**

A Diretoria

Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria da
Stone Holding Instituições S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Holding Instituições S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Holding Instituições S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, Intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assun tos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2024.

EY
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/O
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC 1SP 241.544/O

Publicidade Legal

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

CNPJ nº 08.808.179/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	61.714.168	71.658.493	62.025.585	72.358.657
Clientes	5.256.724	6.839.741	5.256.725	7.036.602
Clientes - Empresas do grupo	503.940	-	-	-
Impostos à recuperar	940.559	1.052.165	1.067.129	1.079.282
Outros créditos	157.557	70.882	157.557	70.882
Total do ativo circulante	**68.572.948**	**79.621.281**	**68.506.997**	**80.545.423**
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	1.176.155	2.526.711	-	-
Impostos à recuperar	1.050.000	-	1.050.000	-
Imobilizado	1.669.350	1.607.221	1.669.350	1.607.221
IntangÍvel	31.047.472	23.821.400	31.047.472	23.821.400
Total do ativo não circulante	**34.942.978**	**27.955.332**	**33.766.822**	**25.428.621**
Total do ativo	**103.515.926**	**107.576.613**	**102.273.819**	**105.974.044**
Passivo				
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Financiamento a pagar	202.771	402.066	202.771	402.067
Fornecedores	647.038	589.685	648.106	589.965
Obrigações tributárias	867.014	1.749.108	868.067	1.805.053
Obrigações trabalhistas	7.561.457	2.576.057	7.561.457	2.594.690
Outras obrigações	114.355	447.929	114.355	447.928
Dividendos a pagar	376.180	376.180	376.180	376.180
Total do passivo circulante	**9.768.815**	**6.141.025**	**9.770.937**	**6.215.883**
Passivo não circulante				
Outras obrigações	1.687.888	1.678.408	443.659	17.755
Total do passivo não circulante	**1.687.888**	**1.678.408**	**443.659**	**17.755**
Total do passivo	**11.456.702**	**7.819.433**	**10.214.595**	**6.233.638**
Patrimônio líquido				
Capital social	97.259.326	97.259.325	97.259.326	97.259.325
Reserva plano de outorga de ações	7.520.337	5.707.089	7.520.337	5.707.089
Prejuízos acumulados	(12.720.439)	(3.209.234)	(12.720.439)	(3.209.234)
	92.059.224	**99.757.180**	**92.059.224**	**99.757.180**
Participação de não controladores				
Participação de não controladores	-	-	-	(16.774)
	-	**-**	**-**	**(16.774)**
Total do patrimônio líquido	**92.059.224**	**99.757.180**	**92.059.224**	**99.740.406**
Total do passivo e patrimônio líquido	**103.515.926**	**107.576.613**	**102.273.819**	**105.974.044**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas da Companhia							
	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Opções Outorgadas	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total
Saldos em 31/12/2021	**74.259.437**	**874.244**	**-**	**235.762**	**-**	**75.369.443**	**(8.330)**	**75.361.113**
Lucro / (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(3.966.684)	(3.966.684)	(10.016)	(3.976.700)
Distribuicão de dividendos do exercício	-	-	-	(235.762)	(119.446)	(355.208)	-	(355.208)
Aumento de capital	22.999.888	-	-	-	-	22.999.888	-	22.999.888
Absorção dos prejuízos por meio da reserva legal		(874.244)	-	-	874.244	-	-	-
Reserva - plano de outorga de ações		-	5.707.089	-	-	5.707.089	-	5.707.089
Ajuste de exercicio anterior		-	-	-	2.652	2.652	1.572	4.224
Saldos em 31/12/2022	**97.259.325**	**-**	**5.707.089**	**-**	**(3.209.234)**	**99.757.180**	**(16.774)**	**99.740.406**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.511.205)	(9.511.205)	3.375	(9.507.830)
Efeito outras participações	-	-	-	-	-	-	13.399	13.399
Aumento de capital	0,15	-	-	-	-	-	-	-
Reserva - plano de outorga de ações	-	-	1.813.248	-	-	1.813.248	-	1.813.248
Saldos em 31/12/2023	**97.259.326**	**-**	**7.520.337**	**-**	**(12.720.439)**	**92.059.223**	**-**	**92.059.223**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	28.572.907	25.510.019	29.843.711	28.543.302
Custo dos serviços prestados	(22.533.881)	(12.590.912)	(22.535.650)	(15.069.948)
Lucro bruto	**6.039.026**	**12.919.107**	**7.308.061**	**13.473.354**
Despesas gerais e administrativas	(22.330.010)	(19.931.784)	(23.063.229)	(21.350.527)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(95.808)	(138.211)	(94.121)	(138.212)
Resultado de participação em controlada	431.510	(851.141)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(15.955.282)**	**(8.002.029)**	**(15.849.290)**	**(8.015.385)**
Receitas financeiras	7.622.745	9.185.330	7.628.233	9.191.193
Despesas financeiras	(1.178.667)	(242.312)	(1.182.966)	(244.835)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(9.511.205)**	**940.989**	**(9.404.023)**	**930.973**
IRPJ e CSLL corrente	-	(4.907.673)	(103.807)	(4.907.673)
Prejuízo líquido do exercício	**(9.511.205)**	**(3.966.684)**	**(9.507.830)**	**(3.976.700)**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			(9.511.205)	(3.966.684)
Participação dos não controladores			3.375	(10.016)
			(9.507.830)	**(3.976.700)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	(9.511.205)	(3.966.684)	(9.507.830)	(3.976.700)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(9.511.205)**	**(3.966.684)**	**(9.507.830)**	**(3.976.700)**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			(9.511.205)	(3.966.684)
Participação dos não controladores			3.375	(10.016)
			(9.507.830)	**(3.976.700)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(9.511.205)**	**(3.966.684)**	**(9.507.830)**	**(3.976.700)**
Ajustes que não afetam o caixa				
Ajustes de exercicios anterioes	-	2.652	-	(8)
Equivalência patrimonial	(431.510)	851.141	-	-
Depreciações e amortizações	4.482.715	2.535.668	4.482.715	2.535.668
Baixas imobilizado	16.780	-	16.780	-
Baixas intangível	-	1.986.171	-	1.986.171
Participação nos resultados	3.867.293	-	3.867.293	-
Despesa com IRPJ e CSLL	-	4.907.673	103.807	4.907.673
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	8.588	(54.601)	8.588	(54.601)
Plano de outroga de opção de ações	1.813.248	5.707.089	1.813.248	5.707.089
Ganho aquisição de cotas	(9)	-	(1.696)	-
	245.900	**11.969.109**	**782.904**	**11.105.292**
Decréscimo (acréscimo) nas contas de ativo				
Clientes	1.070.489	(4.568.384)	1.771.291	(4.761.946)
Impostos a recuperar	(938.394)	(153)	(1.037.847)	(24.579)
Outros créditos	(86.675)	(75)	(86.675)	273.468
Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	57.353	234.167	58.141	(87.128)
Obrigações tributárias	(882.094)	266.121	(936.985)	313.719
Obrigações trabalhistas	1.118.107	1.495.286	1.099.474	1.510.604
Outras obrigações	107.426	443.753	107.426	446.411
Caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais	**692.112**	**9.839.824**	**1.757.728**	**8.775.841**
IRPJ e CSLL pagos	-	(4.361.832)	(103.807)	(4.361.832)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**692.112**	**5.477.992**	**1.653.921**	**4.414.009**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	1.350.556	(1.744.406)	-	-
Adições ao imobilizado	(534.696)	(1.065.059)	(534.696)	(1.065.059)
Adições ao intangível	(11.253.001)	(12.229.786)	(11.253.001)	(12.229.786)
Caixa usado nas atividades de investimento	**(10.437.141)**	**(15.039.251)**	**(11.787.697)**	**(13.294.845)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	239.916	800.359	239.916	800.359
Financiamentos pagos	(439.212)	(594.340)	(439.212)	(594.340)
Aumento de capital	-	22.999.888	-	22.999.888
Dividendos pagos	-	(732.911)	-	(732.911)
Caixa (usado nas) gerado das atividades de financiamento	**(199.296)**	**22.472.996**	**(199.296)**	**22.472.997**
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	**(9.944.325)**	**12.911.737**	**(10.333.071)**	**13.592.161**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.658.493	58.746.756	72.358.657	58.766.496
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	61.714.168	71.658.493	62.025.585	72.358.657
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(9.944.325)**	**12.911.737**	**(10.333.071)**	**13.592.161**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/02/2007. Em 12/02/2020, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração do tipo jurídico da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações. Empresa genuinamente brasileira, se consolidou como a maior plataforma tecnológica que atende as corporações que se relacionam com o agronegócio. A Companhia e sua controlada (conjuntamente "Grupo"), tem como principal atividade operacional o desenvolvimento e entrega de soluções digitais baseadas em sistemas geográficos, cruzamento de dados multi fonte e metodologias/know-how, com processamento de informações tabulares e espaciais, integração de sistemas, uso de aplicações mobile e técnicas derivadas de sensoriamento remoto. Com a visão de ser referência em soluções de grande escala para adaptação à agenda climática, por meio do melhor uso de dados e tecnologia relacionados aos territórios, se posiciona com experiência dentro das organizações, participando de processos e rotinas de corporações de todos os portes, nacionais e internacionais para buscar soluções. Geramos maior conhecimento sobre o setor e apoiamos as empresas nas tomadas de decisões, seja alertando sobre riscos, ou apontando oportunidades de negócios. Vale citar que as atividades da Companhia não envolveram a concessão de financiamento aos clientes do agronegócio. Possui patente de diversos produtos exclusivos e soluções operacionais que atendem as mais diversas legislações, tais como: Leis do Crédito Agrícola, Moratória da Soja, TAC da Carne, Protocolos ESG, criação de Política de Sustentabilidade globais, entre outras. Empresa B no setor de tecnologia para o Agro. Trata-se de uma importante certificação internacional que atesta que o modelo de negócios da companhia visa o desenvolvimento socio e ambiental. Também é certificada pelo Great Place to Work, instituição que avalia empresas e divulga as boas práticas de gestão de pessoas. Por fim, é uma das 200 empresas brasileiras com certificação ISO 27001, que é lastreada e auditada em características e em linha com os principais requisitos tecnológicos do mercado. Em 2023, a carteira de contratos da empresa saltou 36% quando comparado ao ano de 2022. O volume de dados processados, analisados e consumidos pelos clientes cresceu de forma exponencial, ilustrando o avanço das soluções oferecidas aos clientes, bem como, a forte aderência da oferta de soluções aderentes às necessidades dos nossos clientes. Atualmente monitora mais de 200 milhões de hectares, realiza mais de 200 mil análises diárias, monitora mais de 10 commodities através de 45 critérios para 15% das maiores empresas do agronegócio brasileiro. Uma das principais marcas da Agrotools perante nossos clientes é a robustez e amplitude das soluções entregues, no que tange os departamentos e temáticas dentro dos nossos atuais clientes atendidos. Normalmente, nossos clientes utilizam dezenas de aplicações da Agrotools em vários desafios internos e externos, sempre em missões críticas. Neste contexto, a Agrotools continuará reinvestindo uma fração importante da sua geração de caixa em P&D, com o objetivo de evoluir produtos, ferramentas e soluções, além da busca por soluções inovadoras. **ISO 27001 / Cyber Security (Não auditado):** A certificação ISO 27001, obtida em 2022 e mantida em 2023, é um marco e reforça o comprometimento da Companhia em manter um ambiente de negócios seguro e confiável. Nossos clientes, parceiros e fornecedores podem confiar que seus dados são tratados com a máxima segurança da informação, em conformidade com os padrões internacionais. A certificação ISO 27001 também oferece proteção para informações sensíveis, como dados financeiros, listas de dados de clientes e fornecedores e segredos industriais, reforçando a confiança em nossos serviços. **Empresa Certificada B Corp (Não auditado):** A Companhia foi a primeira AgTech da América Latina certificada como B Corp. Certificação B visa ressignificar a definição de sucesso das empresas, identificando aquelas que correspondem aos mais altos padrões de transparência, responsabilidade e desempenho socioambiental. **Great Place to Work (Não auditado):** O Great Place to Work (GPTW) certifica e reconhece as melhores organizações a partir da experiência dos seus colaboradores, reconhecendo-a como um bom lugar para se trabalhar. É a certeza de que a Companhia coloca pessoas no centro de sua estratégia de negócios. **Riscos do conflito Rússia x Ucrania:** Governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, mantém sanções a certos setores industriais e partidos na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como quaisquer respostas dadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar indiretamente o nosso negócio. Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A administração está monitorando continuamente os desdobramentos da situação para avaliar quaisquer impactos futuros, resultantes da crise em andamento. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Empresas CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Consolidação:** A Companhia consolida a entidade sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A AT Soluções Digitais Ads Ltda. ("controlada") foi adquirida em 03/05/2021, e a Companhia obteve o controle a partir de 01/07/2021, sendo a participação da Companhia no capital da controlada de 99,9% em 2022 e de 100% em 2023. Detalhes vide nota explicativa 3.13. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29/03/2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **d) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 10– Intangível. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** A Companhia aplicou as políticas contábeis de acordo com as práticas contábeis e legislação brasileira.

Lucas Carvalho Tuffi Isak - Administrador

Luciano Rocha Saporito - Diretor Financeiro

Hogim Athie Gebara - Contador CRC/SP nº 1SP 149.730/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Agrotools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A. Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo Espacial de Riscos S.A. e da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 29/03/2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027656/F-9

José Nestor Gava Filho
Contador
CRC 1SP248379/O-7

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Triunfo Agropecuária S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.876/0001-68

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

	2022	2023
Ativo	**61.608.175,37D**	**60.358.790,05D**
Ativo circulante	**38.198.418,37D**	**39.835.352,72D**
Bancos conta movimento	599.553,58D	404.697,55D
Clientes a receber	4.786.027,30D	4.376.213,98D
Perdas estimadas	2.663.424,85C	2.663.424,85C
Outros creditos	**784.027,16D**	**699.902,76D**
Adiantamentos a fornecedores	212.380,31D	93.270,86D
Adiantamento a empregados	5.176,65D	828,47D
Tributos a recuperar/ compensar	566.470,20D	605.803,43D
Aplicações financeiras	17.848.574,08D	5.860.377,08D
Estoques	15.777.700,85D	29.660.807,12D
Despesas antecipadas	1.065.960,25D	1.496.779,08D
Não circulante	**23.409.757,00D**	**20.523.437,33D**
Cliente a receber LP	104.400,00D	230.820,00D
Socios	4.982.634,91D	12.600.740,68D
Depósitos judiciais	1.885,78D	1.885,78D
Investimentos	776.815,25D	781.465,35D
Imobilizado	**12.642.287,68D**	**2.587.291,06D**
Imóveis	12.826.442,09D	434.243,24D
Móveis e utensilios	606.975,33D	632.281,34D
Máquinas e acessórios	30.823,76D	30.823,76D
Equipamentos	3.250.832,04D	3.293.720,96D
Ferramentas	32.091,63D	37.421,63D
Instalações	1.305.367,44D	1.540.367,44D
Veículos	2.501.611,23D	2.666.736,72D
Aeronaves	29.665,94D	29.665,94D
Tratores e implem. Agrícolas	1.303.849,83D	1.426.849,83D
Benf. Em propriedade de terceiros	614.569,88D	0,00D
(-) Deprec, amort. E exaustões acum.	9.859.941,49C	7.504.819,80C
Intangível	–	–
Software de computação	9.120,00D	9.120,00D
Amortizações	9.120,00C	9.120,00C
Ativo biológico	**4.901.733,38D**	**4.321.234,46D**
Animais de trabalho	55.584,17D	55.251,31D
Bovino permanente	8.614.058,84D	8.342.370,27D
Equino permanente	25.922,11D	17.145,11D
Cultura permanente	2.244.092,82D	2.326.072,82D
(-) Deprec, amort. e exaustões acum.	6.037.924,56C	6.419.605,05C
Passivo e Patrimônio Líquido	**61.608.175,37C**	**60.358.790,05C**
Circulante	**5.224.456,48C**	**3.835.660,46C**
Fornecedores	1.319.116,62C	1.140.192,51C
Obrigações tributárias	745.715,75C	313.884,41C
Obrig. Trabalhistas e previdenciárias	614.530,96C	646.900,03C
Outras obrigações	2.545.093,15C	1.734.683,51C
Não circulante	**1.789.981,64C**	**721.376,27C**
Outros débitos	50.000,00C	50.000,00C
Receitas antecipadas e apropriar	2.025.267,35C	878.333,33C
Despesas antecipadas a apropriar	285.285,71D	206.957,06D
Patrimônio líquido	**54.593.737,25C**	**55.801.753,32C**
Capital social	44.500.566,74C	44.500.566,74C
Reservas	**10.093.170,51C**	**11.301.186,58C**
Reserva legal	504.658,53C	565.059,34C
Reserva de lucros	9.588.511,98C	10.736.127,24C

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Ano 2022	Capital Realizado		Reservas de lucros	Lucros ou	
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucros	prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**44.500.566,74**	**–**	**–**	**(2.463.747,14)**	**42.036.819,60**
Reservas	–	504.658,53	9.588.511,98	(10.093.170,51)	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	10.461.286,85	**10.461.286,85**
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	2.095.630,80	**2.095.630,80**
Saldo em 31/12/2022	**44.500.566,74**	**504.658,53**	**9.588.511,98**	**–**	**54.593.737,25**

Ano 2023	Capital Realizado		Reservas de lucros	Lucros ou	
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucros	prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2022	**44.500.566,74**	**504.658,53**	**9.588.511,98**		**54.593.737,25**
Reservas	–	60.400,81	1.147.615,26	(1.208.016,07)	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	1.208.016,07	**1.208.016,07**
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2023	**44.500.566,74**	**565.059,34**	**10.736.127,24**	**–**	**55.801.753,32**

Demonstração do Resultado

	2022	2023
Receita Bruta	**16.471.656,40**	**15.387.396,05**
Deduções	(375.497,08)	(557.660,42)
Receita Liquida	16.096.159,32	14.829.735,63
CPV	(3.168.274,69)	(4.396.125,96)
CMV	(202.390,31)	(428.051,51)
Lucro Bruto	**12.725.494,32**	**10.005.558,16**
Despesas Com Vendas	(462.687,71)	(449.430,40)
Despesas Administrativas	(3.427.549,36)	(3.588.904,21)
Despesas Tributarias	(596.781,67)	(661.339,46)
Despesas Gerais	(3.114.176,61)	(4.408.115,60)
Despesas Financeiras	(47.843,08)	(42.269,68)
Receitas Financeiras	1.514.427,67	1.937.352,81
Outras Despesas Operacionais	(367.332,66)	(1.074.803,71)
Outras Receitas Operacionais	6.037.464,13	673.686,41
Resultado antes do IR e CSLL	12.261.015,03	2.391.734,32
Provisões para IRPJ e CSLL	(1.799.728,18)	(1.183.718,25)
Lucros Liquído do Exercício	**10.461.286,85**	**1.208.016,07**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2022	2023
Lucro Líquido do exercício	10.461.286,85	1.208.016,07
Resultado Abrangente Total	–	–
Resultado Abrangente Total do exercício	10.461.286,85	1.208.016,07

Demonstração dos Fluxos de Caixa Pelo Método Direto

Atividades Operacionais	2022	2023
Valores recebidos de clientes	23.083.072,37	9.790.962,12
Valores pagos a fornecedores	(11.778.286,20)	(8.095.629,03)
Valores pagos a empregados	(2.580.906,20)	(2.015.740,15)
Caixa Gerado Pelas Operações	8.723.879,97	(320.407,06)
Tributos pagos	(4.177.960,17)	(2.220.861,39)
Fluxo de caixa antes de itens extraordinários	4.545.919,80	(2.541.268,45)
Outros déb. c/ sócios/ adm./ pessoas coligadas	(611.564,16)	(6.701.908,51)
Recebimento por indenização de seguros	–	–
Recebimento de lucros e dividendos	–	–
Outros recebimentos (pagamentos) líquido	686.596,65	54.425,05
Outras Despesas	(130.922,39)	(169.843,34)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.490.029,90	(9.358.595,25)
Atividades de investimento		
Compras de imobilizado	–	(120.000,00)
Aplicações Financeiras CDB/ Ações/ Cotas	(3.876.890,79)	8.815.467,57
Controladas/ Coligadas	–	–
Recebimento por vendas de ativos permanentes	–	–
Juros recebidos de empréstimos	–	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(3.876.890,79)	8.695.467,57
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	–	–
Pagamentos de lucros e dividendos	–	–
Empréstimos tomados	–	–
Pagamentos de empréstimos/ Debêntures	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		
Redução nas Disponibilidades	613.139,11	(663.127,68)
Disponibilidades – no início do período	353.090,59	599.553,58
Disponibilidades – no final do período	599.553,58	404.697,55

Notas Explicativas

A Triunfo Agropecuária S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, continuando a Companhia com o mesmo objeto social, mantendo todos os direitos e obrigações que compõem o seu patrimônio, consignando-se, ademais, não houve aumento de capital social, sendo assim permanecerá o mesmo capital social de R$ 44.500.566,74, passará a ser representado por 4.450.056.674 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,01 (um centavo de real) cada ação, subscritas na exata proporção do valor das respectivas cotas. A Companhia tem como objeto social a atividade agropecuária, compreendendo a criação de bovinos para corte, reprodução, a produção e comercialização de sêmen; a atividade 'agrícola' compreendendo a produção de café, de cana de açúcar, de laranja, de milho, de soja e dos demais produtos da cadeia de cultura permanente ou temporária, bem como de parcerias dos respectivos plantios; a atividade 'florestal' compreendendo a produção da seringueira, do eucalipto, do bambu e das demais florestas plantadas em geral bem como das nativas compreendendo a extração, serragem e o armazenamento de madeiras, toras, troncos, moirões, estacas e lenhas; a atividade 'imobiliária' compreendendo o loteamento de imóveis próprios; a atividade de prestação de serviços compreendendo a guarda e estacionamento de aeronaves e a revitalização de sacarias em geral; a atividade 'comercial' compreendendo a comercialização de café in natura podendo para tanto secar, limpar, padronizar, armazenar os referidos produtos, beneficiamento para terceiros, bem como o comércio do café beneficiado adquirido de terceiros; locação de veículos e máquinas sem motorista e/ou operador. Reconhecemos a exatidão do presente **Balanço Patrimonial** encerrado em 31 de dezembro de 2023, registrado no Livro Diário Nº 85, onde somam, tanto o seu **Ativo**, como seu **Passivo**, o montante de **R$ 60.358.790,05,** reconhecemos, também, a **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**, conforme registrado no Livro Diário de Nº 85, apurando o resultado final no total de **R$ 1.208.016,07**, assim como a **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)**, a **Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)** e a **Demostração do Fluxo de Caixa (DFC).** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. **Ativo circulante e não circulante:** Foram considerados como ativos circulante todos os ativos, para os quais se esperava realizar, vender ou consumir durante o ciclo operacional normal da companhia; ativos mantidos essencialmente com a finalidade de negociação; se esperava realizar o ativo no período de até doze meses após a data das Demonstrações Contábeis, os estoques circulantes são demonstrado pelo custo de aquisição, sendo que os estoques de ativo biológicos circulantes são demonstrado também pelo valor de aquisição mais a agregação dos custos diretos e indiretos. No ano de 2023 houve um aumento do ativo biológico de estoque circulante de 4.755.117,61, em função dos custos diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia mantinha: 2.081 bezerros, 2.419 bezerras, 877 garrotes, 249 novilhos, 3.251 novilhas, 252 bois, 78 vacas de corte; 23 carneiros, 36 ovelhas, 8 borregos, 7 borregas; 32 cavalos, 16 potros, 32 éguas, 3 potras, 2 burros. Também mantinha loteamentos para comercialização, denominado loteamentos Chácara São Jorge totalizando 5.055.04M2 (metros quadrados), loteamentos Colinas de Santa Bárbara totalizando 33.990.82M2 (metros quadrados). Também mantinha 01 Fazenda Araçatuba com área 3.499,9523ha, 01 Fazenda Santa Bárbara com área 1.090.767.573M2 (metros quadrados), 01 Fazenda Caixa D'Água com área 25.625,97M2 (metros quadrados), 01 fazenda Herdade com área 71.07ha, 01 Fazenda Brumado com área 266,9241ha, 01 Sitio Jacuba com área 9.9536ha, 01 Fazenda Rio Turvo com área 33.297.764ha, além de lotes: lote 121 com área 8.750M2 (metros quadrados), lote 122 com área 7.000M2 (metros quadrados), lote 123 com área 8.750M2 (metros quadrados), lote 124 com área 8.750M2 (metros quadrados), lote 138 com área 8.750M2 (metros quadrados), lote 139 com área 7.000M2 (metros quadrados), lote140 com área 8.750M2 (metros quadrados) situados no Loteamento Nova Bandeirantes, município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso. e 267.351 sacas de café em coco. Os investimentos permanentes e relevantes em empresas ligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. No ano de 2023 houve redução no ativo biológico de 280.465,57 em função das transferências para estoque circulante e perda por morte de gado bovinos e equinos, os estoques não circulante (IMOBILIZADO) também estão demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Em 31 de dezembro de 2023, a companhia mantinha: 4.256 vacas para cria, recria e engorda, 210 touros reprodutor, 35 mulas, 1 cavalo, 19 éguas, 30 burros, 4 jumentos e 8 jumentas. Foram reconhecidos como passivo circulante todos os passivos para os quais se esperava liquidar no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. O valor do capital social está formado pelas quotas-partes dos acionistas.

João Hagop Nercessian – Diretor Geral

Paula Duarte Silveira – Contadora CRC-SP nº 1SP 176.292/O-2

DMCore Holding Financeira S.A.

CNPJ/MF nº 37.297.147/0001-03

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.091	26
Contas vinculadas	–	4.256
Tributos e contribuições a recuperar	19	12
	1.110	**4.294**
Não circulante		
Outros créditos	2.882	1.101
Investimentos	166.879	9.837
Intangível	2.954	
	172.715	**10.938**
Total do ativo	**173.825**	**15.232**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	16	–
Empréstimos e financiamentos	2.372	2.264
Dividendos a pagar	11.184	249
Outras contas a pagar	–	64
	13.572	**2.577**
Patrimônio líquido		
Capital social	131.974	11.930
Reserva legal	1.968	50
Reserva de capital	115	(3)
Reserva de lucros	26.196	678
	160.253	**12.655**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**173.825**	**15.232**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
(=) Lucro Bruto	**–**	**–**
(+/-) Despesas/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(845)	(117)
Resultado Equivalência Patrimonial	39.271	1.101
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**38.426**	**984**
Despesas financeiras	(112)	(42)
Receitas financeiras	57	55
(=) Resultado financeiro líquido	**(55)**	**13**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**38.371**	**997**
(-) Imposto de Renda	–	–
(-) Contribuição Social	–	–
(=) Lucro do exercício	**38.371**	**997**
Nº de ações (Mil)	**131.974**	**11.930**
Lucro líquido por lote de Mil Ações (em R$)	**0,29**	**0,08**

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento capital	Reserva Legal	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Resultado do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**10**	**20**	**–**	**–**	**–**	**(20)**	**10**
Aumento de capital	11.920	–	–	–	–	–	**11.920**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(20)	–	–	–	–	**(20)**
Ágio aquisição de ações de não controladores	–	–	–	(3)	–	–	**(3)**
Lucro (Prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	997	**997**
Destinação de lucros	–	–	–	–	–	–	**–**
Constituição de reserva legal	–	–	50	–	–	(50)	**–**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	678	(678)	**–**
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(249)	**(249)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.930**	**–**	**50**	**(3)**	**678**	**–**	**12.655**
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**11.930**	**–**	**50**	**(3)**	**678**	**–**	**12.655**
Aumento de capital por movimentação de investimentos	120.044	–	–	–	–	–	**120.044**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	**–**
Ágio aquisição de ações de não controladores	–	–	–	118	–	–	**118**
Lucro (Prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	38.371	**38.371**
Destinação de lucros	–	–	–	–	–	–	**–**
Constituição de reserva legal	–	–	1.918	–	–	(1.918)	**–**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	25.518	(25.518)	**–**
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(10.935)	**(10.935)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**131.974**	**–**	**1.968**	**115**	**26.196**	**–**	**160.253**
Mutação do exercício	**120.044**	**–**	**1.918**	**118**	**25.518**	**–**	**147.598**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro do exercício	**38.271**	**997**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**38.271**	**997**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa de atividades operacionais	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**38.371**	**997**
Ajustes por:		
Amortização não dedutível	738	–
Despesas incorridas de captação e empréstimos	102	–
Resultado de equivalência patrimonial	(39.271)	(1.101)
Resultado líquido ajustado	**(60)**	**(104)**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Contas vinculadas	4.256	(4.256)
Tributos e contribuições a recuperar	(7)	(12)
Outros créditos e ativos	3	–
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	16	–
Outras contas a pagar	(64)	61
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**4.204**	**(4.207)**
Impostos pagos sobre lucro	–	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	**4.144**	**(4.311)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de participação societária	(3.539)	(9.837)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**(3.539)**	**(9.837)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	–	11.900
Recursos provenientes de empréstimos e debêntures	–	2.264
Dividendos recebidos	460	
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**–**	**14.164**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**1.065**	**16**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	26	10
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.091	26
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.065**	**16**

Tharik Camocardi de Moura
CFO e Relação com Investidores
Carolina Camacho de Paula
Contadora CRC 1SP 317.067/0-7
Bruno Pascele Piva
Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 29 de fevereiro de 2024, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC 2SP 27.685/O-0 F SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,2037 / R$ 5,2043 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1672 / R$ 5,1692 *
Turismo - R$ 5,2097 / R$ 5,3897

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,57

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,35%
Pontos: 125.573
Volume financeiro: R$ 21,470 bilhões
Maiores altas: PETZ ON (11,25%), CVC Brasil ON (10,94%), Raizen PN (3,31%)
Maiores baixas: Petro Rec SA ON (-2,84%), Klabin SA UNT (-2,15%), Sabesp ON (-2,01%)
S&P 500 (Nova York): 0,87%
Dow Jones (Nova York): 0,67%
Nasdaq (Nova York): 1,11%
CAC 40 (Paris): 0,22%
Dax 30 (Frankfurt): 0,7%
Financial 100 (Londres): 1,62%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,0%
Hang Seng (Hong Kong): 1,77%
Shanghai Composite (Xangai): -0,67%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,3%
Merval (Buenos Aires): 6,66%
IPC (México): 1,23%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Março 2023: 0,71%
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Publicidade Legal

Stima S.A.

CNPJ/ME nº 44.928.250/0001-61

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	17	15	56.628	53.986
Contas a receber	–	–	60.391	88.280
Tributos a recuperar	1	–	541	1.039
Despesas Antecipadas	–	–	37	–
Outros créditos	–	–	2	106
Valor justo dos contratos de energia – (Físico)	–	–	114.240	242.160
Valor justo dos contratos de energia – (Derivativo)	–	–	646	721
	18	**15**	**232.486**	**386.293**
Não circulante				
Outros créditos LP	–	–	35	35
Valor justo dos contratos de energia – (Físico) LP	–	–	106.409	67.490
Investimentos	108.367	90.769	5.764	5.969
Imobilizado	–	–	357	366
Intangível	–	–		–
	108.367	**90.769**	**112.566**	**73.860**
Total do ativo	**108.385**	**90.784**	**345.051**	**460.153**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	2	–	57.559	86.788
Obrigações tributárias	–	–	969	315
Outras contas a pagar	–	–	525	512
Valor justo dos contratos de energia – (Físico) PC	–	–	80.728	214.091
Valor justo dos contratos de energia – (Derivativo) PC	–	–	585	1.272
Adiantamento de clientes	–	–	446	5.256
	2	**–**	**140.812**	**308.234**
Não circulante				
Valor justo dos contratos de energia – (Físico) PNC	–	–	59.416	31.937
Valor justo dos contratos de energia – (Financeiro) PNC	–	–	–	
Tributo diferido	–	–	28.046	22.167
	–	**–**	**87.462**	**54.104**
Patrimônio líquido				
Capital Social	51.861	51.861	51.861	51.861
Reserva de lucros	56.521	38.923	56.521	38.923
	108.382	**90.784**	**108.382**	**90.784**
Participação de não controladores	–	–	8.395	7.032
	108.382	**90.784**	**116.777**	**97.816**
Total do passivo e patrimônio líquido	**108.385**	**90.784**	**345.051**	**460.153**

Demonstrações do Resultado Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	**–**	**–**	**584.827**	**682.633**
Custo de energia comprada	–	–	(550.633)	(654.116)
Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–	16.871	43.891
Lucro bruto	**–**	**–**	**51.065**	**72.408**
(Despesas)/receitas operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas	(52)	(38)	(5.992)	(3.810)
Outras despesas/receitas não operacionais	–	127	(4.336)	127
Resultado de equivalência patrimonial	31.139	38.832	–	–
Outras receitas e despesas operacionais	(4.236)	–	99	(738)
Resultado antes do resultado financeiro	**26.851**	**38.920**	**40.837**	**67.986**
Receita financeira	4	3	7.193	7.665
Despesa financeira	(1)	(1)	(1.837)	(12.740)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**26.853**	**38.923**	**46.192**	**62.911**
IR e CSLL corrente	–	–	(11.048)	(5.754)
IR e CSLL diferido	–	–	(5.878)	(15.226)
Lucro líquido do exercício	**26.853**	**38.923**	**29.266**	**41.931**
Atribuível a controladores	–	–	26.853	38.923
Não controladores	–	–	2.412	3.008
	–	**–**	**29.266**	**41.931**

Demonstrações do Resultado Abrangente Individuais e consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**26.853**	**38.923**	**29.266**	**41.931**
Atribuível a controladores	–	–	26.853	38.923
Não controladores	–	–	2.412	3.008
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**–**	**–**	**29.266**	**41.931**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**26.853**	**38.923**	**26.853**	**41.931**
Ajustes que não afetam o caixa				
Resultado de equivalência patrimonial	(31.139)	(38.832)	–	–
Perda com distribuição desproporcional de dividendos	**4.335**	1.234	–	–
Ganho com compra vantajosa	–	(1.361)	–	–
Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–	(16.871)	(63.622)
Resultado do valor justo de derivativos de energia	–	–	(624)	551
Tributo diferido	–	–	5.878	22.167
Mais Valia			205	
Receita não operacional – ganho na distribuiçaõ	**(99)**	–		–
Depreciações	–	–	149	89
	(51)	**(36)**	**15.592**	**1.115**
(Decréscimo)/acréscimo líquido nas contas de ativo				
Contas a receber	–	–	27.889	(88.280)
Tributos a recuperar	1	–	498	(1.039)
Outros créditos	–	–	104	(141)
Despesas Antecipadas	–	–	(37)	–
Acréscimo líquido/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	1	–	(29.229)	86.788
Obrigações tributárias	–	–	654	315
Adiantamento de clientes	–	–	(4.810)	5.256
Diferido	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	13	512
Caixa (usado)/gerado pelas atividades operacionais	**(48)**	**(36)**	**10.674**	**4.525**
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercicio	**–**	**–**	**–**	**–**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**–**	**–**	**–**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	–	(51.860)		(5.969)
Dividendos recebidos	9.305	50	–	–
Adições ao imobilizado	–	–	(141)	(454)
Caixa gerado pelas/(usado) atividades de investimento	**9.305**	**(51.810)**	**(141)**	**(6.424)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	–	1	–	1
Dividendos pagos	(9.255)	–	(9.255)	–
Aumento de capital	–	51.860	–	51.860
Participação de não controladores	–	–	1.363	4.024
Caixa (usado)/gerado pelas atividades de financiamento	**(9.255)**	**51.861**	**(7.892)**	**55.885**
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2**	**15**	**2.642**	**53.986**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15	–	53.986	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17	15	56.628	53.986
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2**	**15**	**2.642**	**53.986**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de lucro a realizar	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Patrimônio líquido atríbuido ao controlador	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Abertura 19 de janeiro de 2022	**–**		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Integralização de capital	1	–	–	–	1	–	**1**
Aumento de capital	51.860	–	–	–	51.860	–	**51.860**
Aporte não controladores	–	–	–	–	–	4.024	**4.024**
Lucro do exercício	–	–	–	38.923	38.923	3.008	**41.931**
Destinação dos lucros							
Transferência para constituição reserva legal	–	1.946	–	(1.946)	–	–	**–**
Transferência para reservas de lucros	–	–	36.977	(36.977)	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**51.861**	**1.946**	**36.977**	**–**	**90.784**	**7.032**	**97.816**
Participação dos Minoritários	–	–	–	–	–	5.983	**5.983**
Lucro do exercício	–	–	–	26.853	26.853	2.412	**12.979**
Destinação dos lucros							
Transferência para constituição reserva legal	–	1.312	–	(1.312)	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(9.255)	(9.255)	–	–
Transferência para reservas de lucros	–	–	16.286	(16.286)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**51.861**	**3.258**	**53.263**	**–**	**108.382**	**8.395**	**116.777**

A Diretoria — **Lucas Augusto Berto Muradás** – Contador CRC: 1SP 231.980/O-5

Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 - NIRE 35300016092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023

Data/hora/local: 07/11/2023, 10h30, na sede social. **Convocação e presença**: Dispensada. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretário: Sr. **Cristiano Fernandes da Silva. Deliberações aprovadas: 6.1** Reformar os artigos 3º e 4º do Estatuto Social de forma atender a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.008 de 24 de março de 2022 – ("Res. CMN nº 5008/22"). **6.1.2** Em virtude do supracitado, os referidos artigos passarão a vigorar a partir da presente data, com a seguinte redação : ***"Art. 3º*** *- A sociedade terá por objetivo:* ***a)*** *Operar em recinto ou em sistema mantido por entidades administradoras de mercados de títulos ou valores mobiliários;* ***b)*** *Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência;* ***c)*** *Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;* ***d)*** *Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;* ***e)*** *Incumbir-se da subscrição, transferência e da autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros, dividendos e outros rendimentos de títulos e valores mobiliários;* ***f)*** *Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;* ***g)*** *Exercer funções de agente fiduciário, de emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais;* ***h)*** *Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;* ***i)*** *Emitir certificados de depósito de ações;* ***j)*** *Praticar operações de conta margem;* ***k)*** *Realizar operações compromissadas;* ***l)*** *Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil;* ***m)*** *Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil nas respectivas áreas de competência;* ***n)*** *Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e* ***o)*** *Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, quando sejam da mesma natureza e riscos das atividades mencionadas nos incisos anteriores." "****Art. 4ª -*** *É vedado à sociedade:* ***a)*** *Realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;* ***b)*** *Cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;* ***c)*** *Adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, conforme regulamentação em vigor;* ***d)*** *Realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral nas entidades administradoras de mercado de títulos e valores mobiliários; ou* ***e)*** *Celebrar contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não. §único. Excetuam-se do disposto no inciso e) os contratos de mútuo referentes a operações expressamente previstas nesta Resolução e na regulamentação em vigor."* **6.2** Reformar o caput do **Artigo 13** do Estatuto Social de forma a aumentar o número máximo de membros da diretoria o qual passará a ser de até 13 membros. Consequentemente o referido artigo passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "***Art. 13*** *– A companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 02 e, no máximo, 13 membros. "* **6.3** Eleger o membro abaixo qualificado, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato até a AGO em 2025: **Fernando Henrique montanari da Mota**, brasileiro, administrador, com endereço em São Paulo/SP. **6.3.1** O diretor eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **6.3.2** A posse do Diretor fica condicionada à homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. **6.4** O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO de 2025: *Pedro Henrique de Souza Conrade; Diretor Executivo I. Carlos Felipe Alvarez de Carvalho; Diretores Executivos II. Cristiano Fernandes da Silva; Diretores Executivos II. Fernando Henrique Montanari da Mota; Diretores Executivos II. Jamil Saud Marques; Diretores Executivos II. Juliana Noriko Yamada; Diretores Executivos II. ; Diretores Executivos II. Paula Oliveira Martinelli; Diretores Executivos II. Roberta Stella Monzani Rabelo; Diretores Executivos II. Victor Hugo Maranhão de Loyola; Diretores Executivos II. Fernanda Solon; Diretores Executivos II. Alexandre Augusto Zaia Rodrigues; Diretores Executivos II.* **6.5** Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 07/11/2023. JUCESP nº 62.409/24-4 em 08/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 - NIRE 35300016092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2023

Data/hora/local: 24/11/2023, 11hs, na sede social. **Convocação e presença**: Dispensada. A presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretário: Sr. **Cristiano Fernandes da Silva. Deliberações aprovadas: 6.1.** Eleger o membro abaixo qualificado, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato até AGO de 2025: **Fernando Carvalho Botelho de Miranda**, brasileiro, economista, com endereço em São Paulo/SP. **6.1.1.** O diretor eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **6.1.2.** A posse do Diretor ora eleito fica condicionada à homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. **6.1.3.** O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO que se realizará no ano de 2025: Pedro Henrique de Souza Conrade; Diretor Executivo I. Carlos Felipe Alvarez de Carvalho; Diretores Executivo II. Cristiano Fernandes da Silva; Diretores Executivo II. Jamil Saud Marques; Diretores Executivo II. Juliana Noriko Yamada; Diretores Executivo II. Paula Oliveira Martinelli; Diretores Executivo II. Roberta Stella Monzani Rabelo; Diretores Executivo II. Victor Hugo Maranhao De loyola; Diretores Executivo II. Fernanda Solon; Diretores Executivo II. Alexandre Augusto Zaia Rodrigues; Diretores Executivo II. Fernando Henrique Montanari da Mota; Diretores Executivo II. Fernando Carvalho Botelho de Miranda; Diretores Executivo II. Nada mais. JUCESP nº 91.398/24-1 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023

Data/hora/local: 07/11/2023, 10hs, na sede social. **Convocação e presença**: Dispensada. A presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: Sra. **Cristiano Fernandes da Silva. Deliberações aprovadas: 6.1.** Eleger para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato até a AGO em 2025: **Fernando Henrique Montanari da Mota**, brasileiro, administrador, com endereço comercial em São Paulo/SP. **6.1.1.** O diretor eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **6.1.2.** O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO que se realizará no ano de 2025: *Pedro Henrique de Souza Conrade, Diretor Executivo I; Carlos Felipe Alvarez de Carvalho; Diretores Executivos II. Cristiano Fernandes da Silva; Diretores Executivos II. Fernando Carvalho Botelho de Miranda; Diretores Executivos II. Fernando Henrique Montanari da Mota; Diretores Executivos II. Jamil Saud Marques; Diretores Executivos II. Juliana Noriko Yamada; Diretores Executivos II. Paula Oliveira Martinelli; Diretores Executivos II. Roberta Stella Monzani Rabelo; Diretores Executivos II. Victor Hugo Maranhão de Loyola; Diretores Executivos II. Fernanda Solon; Diretores Executivos II. Alexandre Augusto Zaia Rodrigues; Diretores Executivos II.* Nada mais. São Paulo, 07/11/2023. JUCESP nº 25.289/24-0 em 17/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4769
Dólar (EUA) - 5,2043
Franco (Suíça) - 5,7083
Iene (Japão) - 0,03363
Libra (Inglaterra) - 6,4226
Peso (Argentina) - 0,005968
Peso (Chile) - 0,005473
Peso (México) - 0,3039
Peso (Uruguai) - 0,1351
Yuan (China) - 0,7184
Rublo (Rússia) - 0,0557
Euro - 5,541

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://tinyurl.com/TAMAE-AGO, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **b.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **c.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 11:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://tinyurl.com/TAMAE-AGE, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Deliberar sobre a abertura de uma nova filial da sociedade no seguinte endereço: Rodovia Hélio Smidt, s/nº, TPS 2 – Check-in D – Piso Superior, Sala 14 – Cumbica – Guarulhos-SP, CEP: 07190-100. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF n° 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101 9

Edital de Convocação-Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas de Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia") Às 10:00 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da ABBOTT DIAGNÓSTICOS RÁPIDOS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, n° 498, 7° e 13° andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** eleger membros da Diretoria da Companhia e unificar prazo dos respectivos mandatos. São Paulo/SP, 22/04/2024**. Cyrille Laurent Olivier Schroeder. (23, 24 e 25/04/2024)**

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2024

Data, Hora e Local: 14/03/2024, às 14h, por meio eletrônico e presencial, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, Secretário. **Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: **(i)** as Demonstrações Financeiras de 2023 auditadas pela EY (sem nenhum apontamento), já aprovadas pelo Comitê de Fiscalização e Supervisão (CFS) no papel de comitê de auditoria; **(ii)** os documentos e políticas internas que incluem: a Política de Compliance e a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa; (**iii)** reeleição dos seguintes membros da Diretoria: **a.** Diretor Presidente: Edivar Vilela de Queiroz Filho, CPF/MF nº 153.132.828-83. **b.** Diretor Executivo: Daniel Polano Spreafico, CPF/MF nº 303.378.148-99, foram reeleitos com mandato de 02 anos e permanecerão no cargo até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2025. Os Diretores ora reeleitos, declaram que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, razão pela qual, tomam posse neste ato; **(iv)** a reeleição de Suzete Olbermann Ruiz Pizzio, CPF/MF nº 752.502.250-04, como membro do CFS, para o mandato de 03 anos permanecendo no cargo até a eleição e posse de seu sucessor. O membro do CFS ora eleito, declara, para todos os fins e efeitos legais, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, razão pela qual, toma posse neste ato. **Deliberações:** Os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. Por fim, nos termos da IN/DREI nº 81/20, Seção VIII, 5, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram que a assinatura da presente ata deverá ser realizada apenas pelo Presidente e Secretário desta reunião, que certificarão a presença de todos. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata. São Paulo, 14/03/2024. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio – Presidente; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 152.977/24-7 em 15/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Taxpar Administração e Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 48.407.091/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**2.040**	**1.002**
Dividendos a receber	4	2.040	1.002
Não circulante		**515.943**	**389.025**
Investimento	5	515.943	389.025
Total do ativo		**517.983**	**390.027**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**1.003**	**–**
Distribuição de lucros e Juros sobre capital próprio a pagar	6	1.002	–
Outros passivos		1	–
Patrimônio líquido	6	**516.980**	**390.027**
Capital social		204.975	204.975
Reserva de Incentivos fiscais		33.184	14.457
Reserva de lucros		278.821	170.595
Total do passivo e do patrimônio líquido		**517.983**	**390.027**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A **Taxpar Administração e Holding Ltda.** ("TAXPAR" ou "Empresa") com sede em São José do Rio Preto-SP tem por objeto social as a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como acionista ou quotista, bem como administração de bens próprios. A Empresa, foi constituída em 01/09/2022, mediante a integralização de 625.857 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da titularidade de emissão da companhia Facchini Participações S.A, pelo valor total de R$ 365.986.000,00, conforme detalhado na Nota 5. Como resultado, a Empresa passou a deter participação societária de 27,33% na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que por sua vez, possui participação e controla a sociedade operacional Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. Considerando a TAXPAR é uma holding familiar, mantendo apenas investimento em sociedades do Grupo Facchini, essas demonstrações financeiras têm que ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras das sociedades Facchini Participações S.A. e Facchini S.A., cuja demonstrações financeiras foram emitidas em 10/04/2024 e 20/03/2024, respectivamente. **2. Práticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do CPC, aprovados pelo CFC. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Empresa e autorizadas para emissão em 12/04/2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das suas práticas contábeis. A administração da Empresa não identificou em 31/12/2023 e 2022, estimativas que requeressem maior nível de julgamento, sem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas não foram consideradas significativas para as essas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. O resumo das práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31/12/2023 e 2022, a Empresa não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Empresa incluem outros passivos. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. c) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. A conta de reserva para incentivo fiscal representa a equivalência reflexo da reserva de incentivo fiscal da sociedade investida Facchini Participações S.A. (Nota 6.b). d) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. e) Capital social – Quotas: São classificadas como patrimônio líquido. f) Lucro por quota: Calculado com base na quantidade ponderada de quotas do capital social no exercício. g) Investimento em coligada: Nas demonstrações financeiras da Empresa, as informações financeiras da coligada Facchini Participações S.A., onde a Empresa mantém participação de 27,33% (2022 – 27,33%), é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Empresa. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Empresa avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *IFRS 17 ou CPC 50 – Contratos de Seguro:* O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. *Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8:* As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. *Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:* As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais da Empresa, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. *Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois a Empresa não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois. i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retro-arrendamento)*: Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa. *Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:* Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa. **3. Gestão de risco financeiro** – (a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Empresa a expõem ao risco de liquidez, substancialmente em decorrência da dependência dos dividendos gerados pela entidade operacional do grupo Facchini S.A. (controlada da Facchini Participações S.A.). A administração da Empresa entende que o risco de liquidez é baixo, uma vez que a referida sociedade operacional apresenta historicamente geração de fluxos de caixa suficiente para honrar seus compromissos operacionais e financeiros, manutenção do seu plano de investimento, e remuneração dos seus acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. *Risco de taxas de juros:* é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Empresa adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de recebimento de dividendos de sua coligada e pagamento de dividendos aos seus acionistas. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. (b) Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Empresa vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores. A Empresa não possui dívidas com terceiros. (c) Instrumentos financeiros: Em 31/12/2023 e de 2022, os ativos e passivos financeiros da Empresa estão mensurados ao custo amortizado. Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		**–**	**–**	**–**	**–**
Integralização do capital social	1	204.975	340	160.671	365.986
Lucro líquido do exercício		–	–	24.041	24.041
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6(b)	–	14.117	(14.117)	–
Saldos em 31/12/2022		**204.975**	**14.457**	**170.595**	**390.027**
Lucro líquido do exercício		–	–	127.955	127.955
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6(b)	–	18.727	(18.727)	–
Distribuição de lucros	6(c)	–	–	(1.002)	(1.002)
Saldos em 31/12/2023		**204.975**	**33.184**	**278.821**	**516.980**

Demonstração do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Administrativas e gerais	**(1)**	**–**
Equivalência patrimonial	127.956	24.041
	127.955	**24.041**
Lucro líquido do exercício	**127.955**	**24.041**
Quantidade ponderado de quotas do capital social	204.975.000	204.975.000
Lucro básico e diluído por quota – R$	**0,62**	**0,12**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**127.955**	**24.041**
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**127.955**	**24.041**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**127.955**	**24.041**
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(127.956)	(24.041)
	(1)	**–**
Aumento dos passivos operacionais:		
Outros passivos	1	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**–**	**–**
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**–**	**–**
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício	–	–

4. Partes relacionadas

	2023	2022
Ativo circulante		
Dividendos a receber		
Facchini Participações S.A.	2.040	1.002
	2.040	**1.002**

Remuneração dos administradores: O principal administrador da Empresa é remunerado por meio da sociedade do Grupo, Facchini S.A. A Empresa não possui outros benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **5. Investimento em coligada** – Em 31/12/2023, a Empresa possui saldo investimento na coligada Facchini Participações S.A., que está sediada na cidade de São José do Rio Preto-SP, tendo por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. A Facchini Participações S.A. detém controle da sociedade do operacional Facchini S.A. (Grupo Facchini). As principais informações da coligada, são as seguintes:

Quantidade de quotas		Participação no capital social (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro líquido	
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
2.290.000	2.290.000	27,33%	27,33%	1.000.0000	750.000	1.887.827	1.423.436	468.188	436.290

A movimentação do investimento está como a seguir:

Coligada	**2022**	**Equivalência patrimonial**	**Integralização**	**Dividendos aprovados**	**2023**
Facchini Participações S.A.	389.025	127.956	–	(1.038)	515.943
Coligada	**2021**	**Equivalência patrimonial**	**Integralização (a)**	**Dividendos aprovados**	**2022**
Facchini Participações S.A.	–	24.041	365.986	(1.002)	389.025

(a) Integralização de capital: Como mencionado na Nota 1, a Empresa foi constituída em 01/09/2022, mediante a integralização de 625.857 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da titularidade de emissão da companhia Facchini Participações S.A., pelo valor total de R$ 365.986.000,00, conforme demonstrado pelo acervo líquido demonstrado abaixo:

	2022
Capital social	204.975
Reserva de incentivos fiscais	340
Lucros acumulados	160.671
Saldo total integralizado	**365.986**

6. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31/12/2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 204.975.000 quotas. b) Reserva de incentivos fiscais: A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Empresa apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos períodos subsequentes. Em 31/12/2023, a Empresa reconheceu equivalência patrimonial reflexo sobre a conta de reserva de incentivo fiscal da sua coligada (Facchini Participações S.A.), que correspondem aos incentivos fiscais de sua controlada (Facchini S.A.) nos seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve" e "SUDENE", no Estado do Pará – "SUDAM" e no Estado de Pernambuco – "PROIND". As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos; (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos; e (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. c) Distribuição de lucros: O Contrato Social da Empresa determina que a Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores, bem como deliberar sobre a distribuição de lucros com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitados os requisitos legais. Ainda, a qualquer tempo, o sócio quotista também poderá deliberar sobre a distribuição de lucros intermediários, existentes na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral da Empresa. Foi aprovado em 24/04/2023, a distribuição de lucros no valor total de R$ 1.002. A Administração e o quotista da Empresa não deliberaram pela distribuição de lucros em 2022.

Euclides Facchini Filho – Diretor

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Taxpar Administração e Holding Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Taxpar Administração Holding Ltda.** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Taxpar Administração e Holding Ltda.** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31/12/2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 12 de abril de 2024.

EY **Ernst & Young Auditores Independentes S/S.**
CRC SP 027.623/F

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC SP 211.793/O

Editora Schwarcz S.A.

CNPJ nº 55.789.390/00001-12

Relátorio da Admininstração

Senhores Acionistas -. Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras desta Sociedade relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecendo a inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022–*(Em milhares de reais)*

	Consolidado		Controladora	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**153.889**	**156.635**	**173.287**	**177.540**
Caixa e equivalentes de caixa	1.412	8.092	2.685	15.335
Operação com bolsa de valores	0	1.313	0	1.324
Contas a receber de clientes	58.722	60.203	64.506	65.324
Estoques	56.365	54.380	64.104	61.299
Adiantamentos de direitos autorais	29.442	26.285	31.356	27.503
Advances contratados	0	0	0	0
Impostos a recuperar	5.011	5.008	8.884	5.365
Outros ativos circulantes	2.936	1.354	1.753	1.390
Não circulante	**98.710**	**115.925**	**89.312**	**100.479**
Contas a receber de clientes	1.423	1.423	1.423	1.423
Advances contratados	0	0	0	0
Impostos diferidos	22.300	21.052	22.365	21.103
Outras contas a receber	13	13	13	13
Investimentos	16.468	44.184	7.005	28.567
Imobilizado	2.720	2.125	2.720	2.126
Direito de Uso Arrendamento	11.367	13.517	11.367	13.637
Intangível	20.477	23.595	20.477	23.594
Mais Valia	23.942	10.015	23.942	10.015
Total do ativo	**252.599**	**272.560**	**262.600**	**278.019**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	**59.839**	**74.785**	**67.368**	**79.632**
Fornecedores	23.750	19.411	18.821	16.811
Direitos autorais a pagar	22.543	26.859	26.839	30.295
Empréstimos	0	0,00	244	409
Advances contratados a pagar	0	0	–	0
Salários e encargos sociais	8.663	8.545	9.325	9.107
Obrigacoes Arrendamento	3.916	3.179	3.916	3.302
Tributos a recolher	792	1.651	1.009	1.851
Imposto de renda e contribuição social	0	0	6.619	2.548
Dividendos proposto	0	13.544	–	13.544
Adiantamento de Clientes	156	1.374	575	1.397
Outras contas pagar	20	222	20	368
Não circulante	**17.510**	**19.419**	**18.285**	**20.032**
Passivo diferido	0			116
Tributos a recolher	0	–	46	-
Obrigacoes Arrendamento	8.270	10.942	8.270	10.943
Outras contas pagar	8.587	7.823	8.587	7.823
Provisão contigência fiscais	654	654	1.266	1266
Total do passivo	**77.349**	**94.204**	**85.653**	**99.664**
Patrimônio líquido	**175.249**	**178.356**	**176.947**	**178.355**
Capital social	117.493	111.951	118.993	111.951
Reserva	12.254	12.254	12.294	12.254
Lucros/Prejuízo	45.502	54.151	45.659	54.150
Total do passivo e patrimônio líquido	**252.599**	**272.560**	**262.600**	**278.019**

Notas Explicativas - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Editora Schwarcz S.A. (a "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo - SP, tem por atividade: edição de livros, prestação de serviços editoriais a terceiros, comercialização e distribuição de livros e periódicos, edição de revistas culturais sem caráter técnico, edição e comercialização de produtos multimídia. Para fins comerciais, a Companhia utiliza principalmente a marca "Companhia das Letras". **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e somente elas estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. ***A Diretoria.***

Diretoria

Marcelo Antonio Silva Santucci -
CPF: 222.582.378-23 - **Diretor**
Felipe Luiz de Oliveira
CPF: 345.748.568-23 - CRC: 1SP298067/O-8 - Contador

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Retenção Legal	Lucros (prejuízos) de lucros	Acumulados	Total
Em 31 de dezemrbo de 2021	106.026	7.754	2.834		30.413	147.027
Aumento de Capital	5.925					5.925
Reserva especial						–
Lucro do exercicio					33.317	33.317
Constituição de reserva legal			1.666		(1.666)	–
Constituição de reserva de lucros				31.651	(31.651)	–
Dividendos				(7.913)	–	(7.913)
Em 31 de dezemrbo de 2022	111.951	7.754	4.500	54.151		178.356
Aumento de capital	5.542					5.542
Reserva especial						-
Lucro do exercicio	(650)					(650)
Constituição de reserva legal					-	-
Constituição de reserva de lucros				(650)	650	-
Dividendos				(8.000)	-	(8.000)
Em 31 de dezemrbo de 2023	117.493	7.754	4.500	45.501	-	175.249
	117.493	12.254		45.502		175.249

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022- *(Em milhares de reais)*

	Consolidado		Controladora	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida das vendas	298.906	288.271	318.358	297.980
Custo das mercadorias vendidas	(106.239)	(94.917)	(84.497)	(79.526)
Lucro bruto	192.666	193.354	233.861	218.455
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(95.184)	(85.937)	(108.072)	(93.184)
Gerais e administrativas	(104.554)	(68.311)	(117.551)	(84.690)
Provisão contigência fiscais	–	(11.500)	–	-
Provisão para perda na realização de estoques e	(2.615)	(449)	(5.225)	-
adiantamentos de direitos autorais			–	(869)
Outras receitas operacionais, líquidas	949	1.010	1.066	1.010
	(201.404)	**(165.187)**	**(229.783)**	**(177.733)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	**(8.738)**	**28.167**	**4.078**	**40.721**
Despesas financeiras	(2.335)	(1.765)	(2.503)	(1.863)
Receitas financeiras	1.261	2.101	1.795	2.902
Receitas financeiras, líquidas	**(1.074)**	**336**	**(708)**	**1.040**
Equivalência patrimonial	9.032	9.605	–	-
Ganhos ou perda de investimentos	(1.117)	(1.170)	(1.127)	(1.181)
Ganhos ou perda na venda de ativo	–	–		
Outros resultados operacionais	**7.914**	**8.435**	**(1.127)**	**(1.181)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.897)**	**36.938**	**2.244**	**40.579**
Imposto de renda e contribuição social	1.247	(3.621)	(3.117)	(7.263)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(650)**	**33.317**	**(873)**	**33.317**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022–(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.897)	36.938	2.244	40.579
Ajustes				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.100	1.940	6.156	1.939
Depreciação e amortização	457	3.578	457	3.578
Juros sobre direito de uso	1.765	641	1.771	651
Amortização direito de uso	4.779	3.451	4.879	3.499
Provisão para perda na realização dos estoques adiantamento de diretos autorais	(2.615)	449	(5.225)	(869)
Impostos a recuperar	-3		(3.519)	(2.172)
Valor residual do ativo imobilizado baixado				
Ganho de capital				
Equivalência patrimonial	(9.032)	(9.605)	–	-
	(446)	**37.391**	**6.761**	**47.205**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(4.619)	1.249	(5.338)	(4.149)
Estoques	1.985	(6.662)	2.805	(4.929)
Adiantamentos de direitos autorais	(3.157)	(1.091)	(3.853)	(4.195)
Outras contas a receber	(269)	(836)	(363)	(2.456)
Fornecedores	(4.339)	6.033	(2.010)	5.819
Direitos autorais a pagar	4.316	(1.856)	165	(275)
Salários e encargos sociais	(118)	(23.999)	(218)	(23.896)
Tributos a recolher	(859)	(1.381)	795	(970)
Adiantamento de clientes	(1.218)	745	(822)	(759)
Provisão contigência fiscais	(0)	(16.900)	(0)	(16.900)
Outros passivos circulantes e não circulantes arrendamentos	(3.701)	6.448	(2.384)	6.561
Outras contas a pagar	(383)	5.748	(4.965)	5.843
Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações	**(12.808)**	**4.890**	**(9.427)**	**6.899**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(0)	(4.727)	(5.567)	(3.702)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(12.808)**	**163**	**(14.994)**	**3.197**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(11.404)	(11.769)	(11.404)	(11.769)
Direito de Uso	(2.629)	(10.747)	(1.761)	(10.915)
Dividendos recebidos	448	6870	448	
Caixa recebido em incorporações de empresas				
Aquisições/ aumento de participação em sociedade controlada/coligadas	27.716	(20.716)	21.562	(17.556)
Investimentos em controlada		(100)		
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos	14.131	(36.462)	8.845	(40.239)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações (pagamentos) de empréstimos				
Pagamento de dividendos	(13.544)	(13.544)		
Aumento de capital	5.542	5.925	7.042	5.925
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(8.002)**	**5.925**	**(6.502)**	**5.925**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(6.680)**	**(30.374)**	**(12.651)**	**(31.117)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**8.092**	**38.466**	**15.335**	**46.452**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.412**	**8.092**	**2.684**	**15.335**

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	952.536	1.083.764	952.536	1.085.133
Aplicações financeiras	11.734.778	5.207.250	11.734.778	5.207.250
Ativos financeiros de soluções bancárias	1.147.403	1.493.082	1.147.403	1.493.082
Contas a receber	6.123.426	4.835.283	6.123.426	4.835.364
Despesas antecipadas	92.040	75.521	92.040	75.521
Tributos a recuperar	20.696	31.555	20.696	31.615
Outros créditos	1.740	1.607	1.740	1.607
Total do ativo circulante	**20.072.619**	**12.728.062**	**20.072.619**	**12.729.572**
Ativo não circulante				
Contas a receber	41	95	41	95
Outros créditos	5.139	8.840	5.139	8.840
Despesas antecipadas	3.922	2.022	3.922	2.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	164.261	164.589	164.261	164.233
Investimentos	–	23.790	–	–
Imobilizado, líquido	**761.467**	**573.490**	**761.467**	**573.497**
Instalações, móveis e equipamentos de uso	997.262	601.615	997.262	601.625
(-) Depreciação acumulada	(235.795)	(28.125)	(235.795)	(28.128)
Intangível, líquido	**125.386**	**48.932**	**125.386**	**72.005**
Ativos Intangíveis	152.096	69.435	152.096	92.921
(-) Amortização acumulada	(26.710)	(20.503)	(26.710)	(20.916)
Total do ativo não circulante	**1.060.216**	**821.758**	**1.060.216**	**820.692**
Total do ativo	**21.132.835**	**13.549.820**	**21.132.835**	**13.550.264**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante				
Depósitos de clientes bancários	1.172.706	1.501.030	1.172.706	1.501.453
Contas a pagar a estabelecimentos	3.402.224	2.130.606	3.402.224	2.130.606
Contas a pagar	16.306.811	9.817.579	16.306.811	9.817.579
Empréstimos e financiamentos	4	–	4	–
Fornecedores	51.559	89.851	51.559	89.861
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	49.601	37.775	49.601	37.775
Obrigações tributárias	20.226	13.688	20.226	13.699
Adiantamento de clientes	6.813	6.873	6.813	6.873
Dividendos a pagar	13.391	–	13.391	–
Outros passivos	76	1.992	76	1.992
Total do passivo circulante	**21.023.411**	**13.599.394**	**21.023.411**	**13.599.838**
Passivo não circulante				
Contas a pagar a estabelecimentos	10.750	14.952	10.750	14.952
Contas a pagar	25.032	5.762	25.032	5.762
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.587	3.795	4.587	3.795
Provisão para contingências	7.130	4.304	7.130	4.304
Outros passivos	2.651	9.897	2.651	9.897
Total do passivo não circulante	**50.150**	**38.710**	**50.150**	**38.710**
Patrimônio líquido				
Capital social	134.276	92.276	134.276	92.276
Reserva de capital	27.259	11.991	27.259	11.991
Reserva legal	6.878	4.059	6.878	4.059
Reserva de lucros	64.591	24.416	64.591	24.416
Outros resultados abrangentes	(173.730)	(221.026)	(173.730)	(221.026)
Total do patrimônio líquido	**59.274**	**(88.284)**	**59.274**	**(88.284)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**21.132.835**	**13.549.820**	**21.132.835**	**13.550.264**

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de vendas, líquida	1.278.602	530.267	1.278.602	611.036
Receita de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos, líquida	–	–	513	3.732
Custo dos serviços prestados	(709.909)	(279.858)	(710.024)	(319.253)
Lucro bruto	**568.693**	**250.409**	**569.091**	**295.515**
Despesas gerais e administrativas	(80.350)	(51.521)	(81.257)	(55.662)
Despesas com vendas	(329.351)	(108.505)	(329.351)	(135.554)
Outras receitas (despesas) operacionais	(32.077)	(11.841)	(32.077)	(8.240)
Lucro operacional	**126.915**	**78.542**	**126.406**	**96.059**
Receitas financeiras	1.518.726	858.697	1.518.747	859.396
Despesas financeiras	(1.562.079)	(964.719)	(1.562.082)	(965.070)
Resultado financeiro, líquido	**(43.353)**	**(106.022)**	**(43.335)**	**(105.674)**
Resultado de participação em controladas	(919)	6.528	–	–
Outras receitas (despesas) não operacionais	(8.647)	(9.043)	(8.647)	(17.232)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**73.996**	**(29.995)**	**74.424**	**(26.847)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(31.643)	4.094	(31.643)	4.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.820	9.769	24.392	6.325
Participação nos resultados	(10.788)	–	(10.788)	–
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**56.385**	**(16.132)**	**56.385**	**(16.132)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**52.275**	**40.000**	**2.962**	**4.059**	**40.548**	**(79.169)**	**–**	**60.675**
Aumento de capital	40.000	–	–	–	–	–	–	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(40.000)	–	–	–	–	–	(40.000)
Pagamento baseado em ações	–	–	9.029	–	–	–	–	9.029
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(141.857)	–	(141.857)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(16.132)	(16.132)
Absorção do prejuízo do exercício					(16.132)		16.132	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**92.276**	**–**	**11.991**	**4.059**	**24.416**	**(221.026)**	**–**	**(88.284)**
Aumento de capital	42.000	–	–	–	–	–	–	42.000
Pagamento baseado em ações	–	–	15.268	–	–	–	–	15.268
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	47.296	–	47.296
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	56.385	56.385
Destinação do lucro:	–	–	–	–	–			
Constituição da reserva legal	–	–	–	2.819	–	–	(2.819)	–
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(13.391)	(13.391)
Constituição de reserva de investimentos	–	–	–	–	40.175	–	(40.175)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**134.276**	**–**	**27.259**	**6.878**	**64.591**	**(173.730)**	**–**	**59.274**

A Diretoria

Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia.

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**56.385**	**(16.132)**	**56.385**	**(16.132)**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**47.296**	**(141.857)**	**47.296**	**(141.857)**
Variação no contas a receber de credenciadores e partes relacionadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	71.428	(214.935)	71.428	(214.935)
Efeito tributário sobre item acima	(24.132)	73.078	(24.132)	73.078
Total do resultado abrangente do exercício	**103.681**	**(157.989)**	**103.681**	**(157.989)**

Demonstração dos Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	56.385	(16.132)	56.385	(16.132)
Ajustes ao lucro (prejuízo):	**(1.188.158)**	**(202.444)**	**(1.187.225)**	**(189.244)**
Depreciação e amortização	222.690	43.306	222.274	43.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.820)	(9.769)	(24.392)	(6.325)
Resultado de participação em controladas	(919)	(6.528)	–	–
Receitas financeiras, líquidas	(1.423.488)	(280.742)	(1.423.488)	(281.146)
Provisão para contingências	5.604	2.829	5.604	2.829
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.365	17.611	6.365	17.611
Prejuízo na alienação de bens	11.142	21.820	11.144	25.451
Pagamento baseado em ações	15.268	9.029	15.268	9.029
Variações nos ativos e passivos	**7.984.383**	**6.217.933**	**7.958.587**	**6.212.987**
Contas a receber	(1.222.898)	(2.727.222)	(1.222.816)	(4.540.110)
Tributos a recuperar	(20.259)	16.713	(20.200)	16.626
Outros créditos	28.631	71.881	3.566	71.880
Contas a receber de partes relacionadas	3.001.577	1.262.425	3.001.154	3.075.748
Contas a pagar a estabelecimentos	1.267.416	8.271.775	1.267.416	8.282.044
Despesas antecipadas	(18.419)	(77.534)	(18.419)	(77.534)
Fornecedores	(38.342)	16.425	(38.353)	18.394
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12.618	19.154	12.618	19.154
Obrigações tributárias	50.039	(30.946)	49.601	(36.506)
Adiantamento de clientes	(60)	6.490	(60)	6.509
Dividendos a pagar	(13.391)	(9.182)	(13.391)	(9.182)
Provisão para contingências	(2.778)	(419)	(2.778)	(419)
Contas a pagar a partes relacionadas	6.508.502	(75.348)	6.508.502	(85.348)
Outros passivos	4.233	(6.793)	4.233	(8.785)
Juros pagos, líquidos	(1.560.834)	(509.347)	(1.560.834)	(509.347)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.652)	(10.139)	(11.652)	(10.137)
Caixa líquido das atividades operacionais	**6.852.610**	**5.999.357**	**6.827.747**	**6.007.611**
Aplicações financeiras	(6.527.528)	(5.010.987)	(6.527.528)	(5.010.986)
Aquisição de imobilizado	(401.108)	(112.441)	(401.100)	(112.441)
Valor recebido pela venda de imobilizado	3.377	3.043	3.377	3.043
Aquisição de investimento	–	1.694	–	–
Aquisição de ativos intangíveis	(100.525)	(30.263)	(77.039)	(30.263)
Aquisição de subsidiária	(874)	(512.456)	(874)	(518.310)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(7.026.658)**	**(5.661.410)**	**(7.003.164)**	**(5.668.957)**
Aumento de capital	42.000	–	42.000	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**42.000**	**–**	**42.000**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(132.048)**	**337.947**	**(133.417)**	**338.654**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.083.764	740.608	1.085.133	741.271
Saldo de caixa e equivalentes de caixa oriundo da incorporação	820	5.209	820	5.208
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	952.536	1.083.764	952.536	1.085.133
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(132.048)**	**337.947**	**(133.417)**	**338.654**

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/MF nº 34.189.633/0001-01

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Ativos	Nota	2023	2022	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Ativo circulante				**Passivo Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.380	5.954	Fornecedores	12	16.944	24.629
Títulos e valores mobiliários	5	11.226	25.424	Obrigações sociais e trabalhistas		4.607	2.313
Contas a receber de clientes	6	11.333	9.655	Obrigações tributárias	13	6.127	2.627
Estoques		4.024	1.506	Contas a pagar com partes relacionadas	14	7.088	10.639
Impostos a recuperar	7	8.925	11.834	Passivo de arrendamento	10	5.620	9.559
Despesas antecipadas e adiantamentos	8	2.844	9.398	Obrigação com outorga	11	18.117	17.231
Contas a receber com partes relacionadas	14	68	46	Processos judiciais		1.734	1.831
Outros ativos		–	11	Outras contas a pagar		135	481
Total do ativo circulante		**58.800**	**63.828**	**Total do passivo circulante**		**60.372**	**69.309**
				Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Passivo de arrendamento	10	194.261	179.879
Contas a receber com partes relacionadas	14	65	65	Obrigação com outorga	12	20.875	36.722
Depósitos judiciais		–	20	Contas a pagar com partes relacionadas	14	245.589	195.624
Imobilizado	9	292.249	279.791	**Total do passivo não circulante**		**460.725**	**412.225**
Direito de uso	10	167.042	158.701	**Patrimônio líquido**			
Intangível	11	80.839	85.204	Capital social	15	203.905	203.905
Ativo não circulante		**540.195**	**523.781**	Prejuízo acumulado		(126.007)	(97.830)
				Total do patrimônio líquido		**77.898**	**106.075**
Total do ativo		**598.995**	**587.609**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**598.995**	**587.609**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida	16	121.967	31.355
Custos dos serviços prestados	17	(82.714)	(24.807)
Lucro bruto		**39.253**	**6.548**
Despesas			
Gerais e administrativas	17	(20.988)	(16.312)
Outras receitas e (despesas)	17	(21)	775
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**18.244**	**(8.989)**
Receitas financeiras	18	4.115	1.609
Despesas financeiras	18	(50.536)	(40.535)
Resultado financeiro		**(46.421)**	**(38.926)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(28.177)**	**(47.915)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	–	(61)
Diferido	19	–	–
Prejuízo do exercício		**(28.177)**	**(47.976)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	2023
Prejuízo do exercício	(28.177)	(47.976)
Resultado abrangente do exercício	**(28.177)**	**(47.976)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1º janeiro de 2022	**203.905**	**(49.854)**	**154.051**
Prejuízo do exercício	–	(47.976)	(47.976)
Saldos 31 de dezembro de 2022	**203.905**	**(97.830)**	**106.075**
Prejuízo do exercício	–	(28.177)	(28.177)
Saldos 31 de dezembro de 2023	**203.905**	**(126.007)**	**77.898**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(28.177)	(47.976)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Ajuste e realização a valor presente arrendamento (Nota 11)	17.037	19.540
Provisões para bônus e gratificações	2.349	1.719
Atualização monetária – outorga (Nota 11 e Nota 18)	2.340	3.902
Atualização monetária e juros sobre mútuo (Nota 18)	29.962	15.624
IR e CS corrente e diferido (Nota 19)	–	61
Ganho/Perda de aplicação financeira	(2.634)	876
Constituição da provisão para processos judiciais	(97)	1.831
Depreciação e amortização (Nota 9 e 11)	26.704	9.968
Amortização do bem de direito de uso (Nota 10)	12.011	8.138
Baixa de direito de uso e arrendamento (Nota 10)	(143)	–
Baixa de ativo imobilizado e intangível (Nota 9 e 11)	35	–
Juros apropriados de arrendamento	983	716
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a Receber	(1.678)	(9.655)
Estoques	(2.518)	(825)
Impostos a recuperar	2.910	(8.065)
Despesas antecipadas e adiantamentos	6.554	21.332
Depósitos judiciais	20	–
Outros ativos	11	(475)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.979)	(22.751)
Obrigações sociais e trabalhistas	(55)	134
Obrigações tributárias	3.500	2.464
Outras contas a pagar	(346)	399
Caixa líquido gerado/(aplicado) pelas atividades operacionais	**54.789**	**(3.043)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 9)	(27.764)	(108.800)
Aquisição de ativo intangível (Nota 11)	–	(969)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	(29.200)	(88.300)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	46.033	88.059
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(10.931)**	**(110.010)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento (Nota 10)	(24.685)	(14.544)
Pagamento de outorga do arrendamento	(21.177)	(20.054)
Mútuos obtidos entre partes relacionadas	49.943	153.329
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(33.513)	–
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades de financiamento	**(29.432)**	**118.731**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**14.426**	**5.678**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.954	276
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.380	5.954
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**14.426**	**5.678**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	2022
Receitas		
Receita de serviços	141.200	36.720
Receitas relativas à construção de ativos próprios	33.004	116.582
Outras despesas	(21)	775
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo dos serviços prestados	(32.982)	(8.392)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.351)	(4.259)
Construção de ativos próprios	(33.004)	(116.582)
Valor adicionado (consumido) bruto	**100.846**	**24.844**
Depreciação e amortização	(37.799)	(18.106)
Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	**63.047**	**6.738**
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:		
Receitas financeiras (Nota 18)	4.116	1.609
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**67.163**	**8.348**
Distribuição valor adicionado (consumido)	**67.163**	**8.348**
Pessoal:	**22.335**	**9.164**
Remuneração direta	15.822	5.724
Benefícios	5.506	3.082
FGTS	1.007	358
Tributos:	**22.478**	**6.625**
Federais	15.620	4.710
Estaduais	110	78
Municipais	6.748	1.837
Remuneração de capitais terceiros:	**50.527**	**40.535**
Juros s/ empréstimos, outorga e outros	32.302	19.540
Atualizações monetárias e cambiais	298	–
Outras despesas financeiras	17.927	20.995
Remuneração de capitais próprios	**(28.177)**	**(47.976)**
(Prejuízos) retidos	(28.177)	(47.976)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. ("Companhia ou STS20"), foi constituída em 23 de setembro de 2019 com o CNPJ 34.189.633/0001-01, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns XII, XVII e Armazém de Sal (T-8), após consagrar-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do Edital de Leilão nº 1/2019 ("Edital"), para arrendamento de área portuária denominada STS20 por 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, no Porto organizado de Santos (maior porto da América do Sul, localizado em Santos), Estado de São Paulo ("Arrendamento"). **2. Base de preparação a) Base de preparação:** Estas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria em 19 de abril de 2024 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **c) Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. **d) Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 3 (c) – Reconhecimento de receita. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 9 – Vida útil dos ativos imobilizados. • Nota Explicativa nº 10 – Vida útil dos bens de direito de uso e taxa de desconto. • Nota Explicativa nº 11 – Vida útil dos ativos intangíveis. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Durante o exercício de 2023 não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor do justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros. **f) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e de forma optativa quando o regulador no qual a Companhia está submetida, solicitar. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **g) Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **3. Políticas contábeis –** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **(a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **(b) Novas normas e interpretações: i) Emitidas e vigentes:** Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, na data de início de um arrendamento os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. A Companhia avaliou o conteúdo e modificações deste pronunciamento e não identificou impactos. **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **CPC 23/IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis:** O IASB emitiu alterações no IAS 8, referente a substituição do termo "mudança de estimativa contábil", as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **ii) Emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06/IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil Administração Portuária de Santos S.A.. **Alterações ao CPC 26/IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: ▪ O que se entende por direito de adiar a liquidação. ▪ Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. ▪ Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. ▪ Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil Administração Portuária de Santos S.A.. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40):** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil Administração Portuária de Santos S.A. **(c) Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de operação de cais e armazenagem são reconhecidas ao longo do tempo, com base proporcional na estimativa de tempo de armazenagem até a retirada da mercadoria pelo cliente. As receitas referentes aos serviços de transbordo são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços. Os preços de serviços são determinados com base em contratos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Instrumentos financeiros e de patrimônio: a. *Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. ***b. Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***c. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). ***i) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:*** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. ***ii) Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por

continua …

... continuação

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***iv) Desreconhecimento: 1. Ativos financeiros:*** A companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***2. Passivos financeiros:*** A companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***v) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***vi) Capital social – Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **(f) Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa **nº 9**. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(g) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de *software* de cinco anos. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos: *(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:*** A companhia reconhece estimativa para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A companhia mensura a estimativa para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A companhia considera um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito. ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da estimativa para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da companhia (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **(i) Benefícios a empregados:** ***Benefícios de término de vínculo empregatício:*** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **(j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos e Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **(l) Imposto de renda e contribuição social:** Na Companhia, os valores desses tributos do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **(m) Arrendamentos:** Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa	**2023**	**2022**
Caixa e conta corrente	210	204
Bancos conta depósito	20.170	5.750
Total	**20.380**	**5.954**

5. Títulos e valores mobiliários	**2023**	**2022**
Fundo PP Portifólio (a)	11.226	25.424
Total	**11.226**	**25.424**

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 103,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,24% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. Contas a receber de clientes	**2023**	**2022**
Contas a receber	11.333	9.655
Total circulante	**11.333**	**9.655**

As perdas de crédito esperadas são constituídas com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve constituição para perdas de crédito esperadas. **6.1. Composição do contas a receber por idade de vencimento**

	2023	**2022**
A vencer	11.186	4.527
Vencidos até 30 dias	147	5.128
Total	**11.333**	**9.655**

7. Impostos a recuperar	**2023**	**2022**
IRPJ/CSLL (a)	3.598	1.538
IRRF s/ aplicação financeira (b)	735	513
PIS/COFINS (c)	4.395	9.643
ISS	197	140
Total circulante	**8.925**	**11.834**

(a) O imposto de renda e a contribuição social são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, ao lucro real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela companhia. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorre de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores, que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou a restituir conforme legislação vigente. Os saldos negativos de anos anteriores são compensados com outros tributos federais, com critérios preestabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição. (b) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela companhia são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras. (c) Os créditos de PIS e COFINS acumulados na Companhia não estão vinculados ao faturamento para o exterior ou para clientes preponderantemente exportadores. Esses créditos são vinculados, exclusivamente, à receita tributada no mercado interno. Dessa forma, a Receita Federal do Brasil não permite que esses créditos sejam utilizados para ressarcimento/compensação. Tais créditos serão utilizados para abatimento dos débitos mensais próprios da Companhia e, portanto, será realizado dentro dos próximos 12 meses.

8. Despesas Antecipadas e Adiantamentos	**2023**	**2022**
Adiantamentos a fornecedores	2.071	8.690
Despesas antecipadas	773	708
Total circulante	**2.844**	**9.398**

9. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Máquinas e equipamentos	**Equipamentos Eletrônicos e informática**	**Móveis e Utensílios**	**Imobilizado em andamento**	**Edificações**	**Instalações e benfeitorias**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	117.801	7.737	244	25.949	107.004	21.056	279.791
Adições	350	338	350	33.004	–	16	34.058
Baixas	(1)	(14)	(20)	–	–	–	(35)
Transferências	11.264	970	24	(36.856)	18.367	6.058	(173)
Depreciação	(12.246)	(1.540)	(26)	–	(5.274)	(2.306)	(21.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**117.168**	**7.491**	**572**	**22.097**	**120.097**	**24.824**	**292.249**
Custo histórico	132.578	9.524	605	22.097	126.453	27.804	319.061
Depreciação acumulada	(15.410)	(2.033)	(33)	–	(6.356)	(2.980)	(26.812)
Taxa anual de depreciação – %	10-15	20-25	10-20	–	4-5	10-15	

	Máquinas e equipamentos	**Equipamentos Eletrônicos e informática**	**Móveis e Utensílios**	**Imobilizado em andamento**	**Edificações**	**Instalações e benfeitorias**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	102	134	30	163.384	388	480	164.518
Transferências	119.194	7.735	130	(253.047)	104.132	20.655	(1.201)
Adições	1.654	307	93	115.612	3.566	595	121.827
Depreciação	(3.149)	(439)	(9)	–	(1.082)	(674)	(5.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**117.801**	**7.737**	**244**	**25.949**	**107.004**	**21.056**	**279.791**
Custo histórico	120.965	8.266	260	25.949	108.086	21.730	285.256
Depreciação acumulada	(3.164)	(529)	(16)	–	(1.082)	(674)	(5.465)
Taxa anual de depreciação – %	10-15	20-25	10-20	–	4-5	10-15	–

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – *impairment:* De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, ao final de cada período de reporte, a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização que exija a necessidade de constituição de uma estimativa de perda ao valor recuperável de ativos ("impairment") para refletir seu valor de realização. Com isso, é avaliado ao mínimo, os indicativos abaixo: • Se há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; • Se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; • Se o ativo está em funcionamento conforme planejado e/ou se ocorreram mudanças durante o exercício que indique que o desempenho econômico será abaixo do esperado. Com base na avaliação realizada, a Administração não identificou indicativos de desvalorização sobre os ativos para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023. **10. Direito de uso e passivo de arrendamento – a) Direito de Uso:** A composição e movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	Imóveis
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	158.701
Constituição	941
Remensuração de contrato (*)	19.823
Baixas	(412)
Amortização	(12.011)
Saldos líquidos em 31 dezembro de 2023	**167.042**

	Imóveis
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	**140.213**
Constituição	26.626
Amortização	(8.138)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	**158.701**

(*) A respectiva linha é composta por correções monetárias de índices e renegociações de contratos (por exemplo: extensão de prazos etc.) **b) Passivo de arrendamento:** Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Total
Saldo inicial	189.438
Adições	941
Apropriação de encargos financeiros	14.919
Remensuração de Contrato	19.823
Pagamento	(24.685)
Baixa	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**199.881**
Circulante	5.620
Não circulante	194.261

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	160.447
Adições	26.626
Apropriação de encargos financeiros	470
Pagamento	(14.544)
Realização do AVP	16.439
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**189.438**
Circulante	9.559
Não circulante	179.879

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	**Santos**
2024	22.890
2025	19.695
2026	18.869
2027 em diante	378.525
Subtotal	**439.799**
Juros e ajuste a valor presente	(239.918)
Passivos de arrendamentos	**199.881**

11. Intangível

2023

	Contratos	**Intangível em andamento**	**Software**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83.126	147	1.930	85.203
Adições	–	–	–	–
Transferências	–	(147)	320	173
Amortização	(4.523)	–	(789)	(5.312)
Amortização AVP	775	–	–	775
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**79.378**	**–**	**1.461**	**80.839**
Taxa anual de amortização – %	(*)	–	25-50	–
Custo histórico	96.727	–	2.434	99.161
Amortização acumulada	(17.349)	–	(973)	(18.322)

	Contratos	**Intangível em andamento**	**Software**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	86.781	92	–	86.873
Adições	–	969	–	969
Amortização	(4.430)	–	(185)	(4.615)
Transferências	–	(914)	2.116	1.202
Amortização AVP (*)	775	–	–	775
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**83.126**	**147**	**1.930**	**85.204**
Taxa anual de amortização – %	(**)	–	25-50	
Custo histórico	95.947	147	2.115	98.210
Amortização acumulada	(12.821)		(185)	(13.006)

(*) Refere-se à amortização do ajuste ao valor presente da outorga do Porto de Santos, contabilizada no resultado financeiro; (**) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos. Contrato de arrendamento adquirido pela Companhia com duração de 25 anos a partir da data de assunção de 3 de março de 2020 no montante de R$93.121 referente a outorga líquida de ajuste a valor presente no valor de R$ 33.750, para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, localizado dentro do Porto de Santos. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. O quadro abaixo demonstra a movimentação da obrigação constituída, por conta da Obrigação junto à Agência Nacional de Transportes Aquáticos (ANTAQ):

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**53.953**
Pagamento	(21.177)
Atualização monetária	2.340
Realização do ajuste a valor presente	3.876
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**38.992**
Circulante	18.117
Não Circulante	20.875

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.228
Pagamento	(20.054)
Atualização monetária	3.902
Realização do ajuste a valor presente	3.877
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**53.953**
Circulante	17.231
Não Circulante	36.722

12. Fornecedores	**2023**	**2022**
Fornecedores nacionais	15.693	21.852
Fornecedores estrangeiros	1.251	2.777
Total	**16.944**	**24.629**

13. Obrigações Tributárias	**2023**	**2022**
COFINS	3.810	974
ISS s/ Faturamento	1.167	631
PIS	823	211
Outras obrigações	327	811
Total	**6.127**	**2.627**

14. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores de partes relacionadas referem-se a transações sob condições específicas, definidas internamente pela Companhia. Transações entre partes relacionadas

	Ativos 2023	**Ativos 2022**	**Passivos 2023**	**Passivos 2022**
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. (a)	1	1	(245.861)	(195.897)
Hidrovias do Brasil S.A. (b)	132	94	(6.816)	(10.366)
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	16	–	–
Total	**133**	**111**	**(252.677)**	**(206.263)**
Circulante	68	46	(7.088)	(10.639)
Não circulante	65	65	(245.589)	(195.624)

a. Refere-se substancialmente mútuos com a Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A., montante de R$ 245.589, com cobrança de juros e mora, com prazo para liquidação de até 5 anos de acordo com cada contrato. Atualmente a companhia possui três mútuos junto à Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A, são eles:

Início	**Vencimento**	**2023**
03/10/2022	31/12/2025	34.125.902
02/05/2022	31/12/2025	121.498.760
21/09/2021	31/12/2025	89.964.176

b. Contas a pagar a com a controladora Hidrovias do Brasil S.A. referente a rateio de despesas compartilhadas.

15. Capital social – Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R$ 203.905 (R$ 203.905 em 31 de dezembro de 2022), representado por 203.904.863 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	**2023 Ações ordinárias**	**2023 %**	**2022 Ações ordinárias**	**2022 %**
Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.	203.904.863	100	203.904.863	100
Total	**203.904.863**	**100**	**203.904.863**	**100**

Reserva Legal: A Companhia não apurou lucro em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não constituiu Reserva Legal. De acordo com o previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Dividendos: Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não apurou lucro em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não distribuiu dividendos mínimos obrigatórios.

16. Receita líquida	**2023**	**2022**
Serviços de elevação e operação de cais	86.139	36.560
Serviços de armazenagem	57.887	706
Total da receita bruta	**144.026**	**37.266**
ISS	(7.325)	(1.837)
PIS	(2.417)	(616)
COFINS	(11.135)	(2.839)
ICMS	–	(73)
Subtotal dos impostos	**(20.877)**	**(5.365)**
(-) Descontos concedidos	(1.182)	(546)
Total da receita líquida	**121.967**	**31.355**

17. Custos e despesas por natureza	**2023**	**2022**
Salários, encargos e benefícios	(25.476)	(10.358)
Depreciações e amortizações (*)	(37.799)	(18.106)
Manutenção	(2.620)	(1.074)
Seguros	(972)	(348)
Combustível	(1.118)	(338)

continua ...

… continuação

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

	2023	2022
Serviços de Informática	(2.526)	–
Serviços de terceiros	(7.625)	(3.720)
Aluguéis	(4.317)	(26)
Viagens e passagens	(205)	(177)
Copa e cozinha	(143)	(114)
Operacionais e segurança	(14.587)	(4.515)
Fretes	(5)	–
Taxas diversas	(425)	–
Materiais operacionais	(26)	–
Processos judiciais	(434)	–
Outras (despesas) receitas	(5.445)	(1.568)
Total	**(103.723)**	**(40.344)**
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(82.714)	(24.807)
Gerais e administrativas	(20.988)	(16.312)
Outras (despesas) e receitas	(21)	775
Total	**(103.723)**	**(40.344)**

(*) O montante contempla ajustes referentes aos créditos de impostos (Pis/Cofins), decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras.

18. Resultado financeiro

	Santos 2023	2022
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.073	829
Juros sobre outros ativos	14	2
Total	**4.087**	**831**
Despesas		
Juros sobre mútuo e outorga	(32.302)	(19.540)
Juros sobre bem e direito de uso	(17.887)	(18.846)
Outras – IOF e Perda com Investimento	(50)	(2.149)
Total	**(50.239)**	**(40.535)**
Variações Monetárias e Cambiais, liquida		
Receita	29	778
Despesa	(298)	–
Total	**(269)**	**778**
Resultado financeiro líquido	**(46.421)**	**(38.926)**

19. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.

	2023	2022
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(28.177)	(47.915)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	**9.580**	**16.291**
Ajustes permanentes:		
Despesas Indedutíveis	(249)	–
Doações	–	(49)
Perda na renda variável	–	(568)
Outros ajustes:		
Impostos diferidos s/ diferenças temporárias não reconhecidas	(4.005)	(9.413)
Impostos diferidos s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(5.326)	(11.259)
Imposto diferido reconhecido de períodos anteriores	–	(81)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	**(5.079)**
Impostos correntes	–	(61)
	–	**(61)**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**

20. Instrumentos financeiros – 20.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados, conforme segue:

Ativos		2023	2022
Valor justo por meio do resultado:			
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	11.226	25.424
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	20.380	5.954
Outros ativos	Nível 2	–	11
Contas a receber de clientes	Nível 2	11.333	9.655
Contas a receber com partes relacionadas	Nível 2	133	111
Passivos			
Passivo pelo custo amortizado:			
Fornecedores	Nível 2	16.944	24.629
Contas a pagar com Partes relacionadas	Nível 2	252.677	206.263
Passivo de arrendamento	Nível 2	199.881	189.438
Obrigação com outorga	Nível 2	38.992	53.953

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Durante o exercício de 2023 não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor do justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia. **20.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Os instrumentos financeiros da Companhia, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2023 e estão apresentados a seguir.

		Valor justo		Valor contábil	
Ativos		**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa		20.380	5.954	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	11.226	25.424	11.226	25.424
Contas a receber com clientes	Nível 2	11.333	9.655	11.333	9.655
Contas a receber com Partes Relacionadas	Nível 2	133	111	133	111
Outros ativos	Nível 2	–	11	–	11
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	16.944	24.629	16.944	24.629
Contas a pagar com Partes Relacionadas	Nível 2	252.677	206.263	252.677	206.263
Passivos de arrendamentos	Nível 2	199.881	189.438	199.881	189.438
Obrigação com outorga	Nível 2	38.992	53.953	38.992	53.953

20.3. Instrumentos financeiros não derivativos: A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. **20.4. Gerenciamento de riscos:** Gerenciamento de risco financeiro: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Estrutura de gerenciamento de risco: ***Risco de crédito:*** É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. **a) Contas a Receber:** A Companhia, após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber, não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. **b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da Companhia de acordo com a Política estabelecida a fim de reduzir o risco financeiro da Companhia. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia está exposta principalmente a Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, portanto restringe a exposição a Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "Investment Grade" pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em dezembro de 2023 o rating das contrapartes eram:

	Rating Local	Rating Global
Santander	AAA	BB
Itaú	AAA	BB+
XP	AAA	BB
Banco do Brasil	AA	BB
JP Morgan	–	AA-
Citibank	AAA	A+

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Contas a receber com clientes	11.333	9.655
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424
Outros ativos	–	11
Total	**42.939**	**41.044**

Risco de liquidez: É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia possui as respectivas obrigações:

Risco de liquidez				**2023**
	Próximos 12 meses	**Entre 13 e 24 meses**	**Entre 25 e 36 meses**	**37 meses em diante**
Fornecedores (Nota 11)	16.944	–	–	–
Passivo de arrendamento (Nota 9)	5.620	4.135	1.960	188.166

Risco de liquidez				**2022**
	Próximos 12 meses	**Entre 13 e 24 meses**	**Entre 25 e 36 meses**	**37 meses em diante**
Fornecedores (Nota 11)	24.629	–	–	–
Passivo de arrendamento (Nota 9)	2.183	2.240	8.194	41.336
Obrigação com outorga (Nota 10)	18.983	17.669	17.783	135.003

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	2023	2022
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424

Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. ***Variação das taxas de juros e taxas de câmbio:*** Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes. A Companhia preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das informações contábeis, e os cenários II e III consideram redução de 10% e 15%, respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário.

As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado.

Variação das taxas de juros

			Taxa estimada						
Instrumentos financeiros	**Risco**	**Taxa**	**Cenário provável**	**Cenário possível 10%**	**Cenário remoto 15%**	**Saldo em 2023**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Títulos e valores mobiliários	CDI	11,65%	8,89%	10,49%	9,90%	11.226	(310)	(131)	(196)
					Total	**11.226**	**(310)**	**(131)**	**(196)**

20.5. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total dos passivos circulante e não circulante	(521.097)	(481.534)
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	**(489.491)**	**(450.156)**
Patrimônio líquido	77.898	106.075
Relação entre patrimônio e a (insuficiência) sobra líquida de caixa	**(16%)**	**(24%)**

21. Itens que não afetam caixa – Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 6.294 (R$ 13.027 em 31 de dezembro de 2022) se refere a fornecedores para aquisição de imobilizados e intangíveis que não afetou o caixa da Companhia. **22. Seguros –** A companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, e, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Responsabilidade Civil	**2023**
Responsabilidade Civil Operador Portuário	282.245
Riscos Cibernéticos	10.000
Ambiental	30.000
Garantias	**2023**
Financeira	400
Performance	184.422

Gleize Franceschini Gealh – Diretora
Ricardo Luiz Cerqueira – Diretor
Felipe Nezio de Castro – Contador CRC 1SP 324.785/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas da **Hidrovias do Brasil Administração Portuária de Santos S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil Administração Portuária de Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de abril de 2023, sem modificação. *Demonstrações do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

EY **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.**
CRC SP 034.519/O

Carlos Augusto Amado Junior
Contador
CRC SP 292.320/O-0

180 Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 39.999.619/0001-97 - NIRE nº 35.300.608.780

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no Dia 28/03/2024

Data, Hora e Local: Aos 28/03/2024, às 09 hs, realizada de forma digital, nos termos da lei e das regulações vigentes. **Quórum**: (a) a Acionista detentora da totalidade do capital social da companhia. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia. **Mesa:** Presidente: Mauro Levi D'Ancona; e Secretário: Renan Magri. **Publicações e Documentos:** (i) Demonstrações Financeiras; (ii) Relatório da Administração; e (iii) Parecer dos Auditores Independentes Contábeis e Atuariais. Todos estes documentos foram publicados no dia 28/02/2024 no jornal Diário Comercial de São Paulo. **Ordem do dia e Deliberações: i)** aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; **ii)** fixar a remuneração global dos diretores no valor de R$ 1.700.000,00 até a AGO de 2025. **iii)** aprovar, por unanimidade e sem qualquer ressalva, a seguinte destinação do resultado encerrado em 31 de dezembro de 2023: a) Constituição de reserva de capital no valor de R$ 810.499,19 para pagamento baseado em ações/opções; e b) Utilização da reserva estatutária para absorção dos prejuízos no valor de R$ 401.118,17. **iv)** a título de outros assuntos de interesse da sociedade, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista delibera pela alteração do jornal de grande circulação para o jornal Data Mercantil de São Paulo. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede social os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Ordinária e mencionados nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 28/03/2024. Jucesp nº 143.688/24-8 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 - NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22/04/2024

Data, Hora e Local: 22/04/2024, às 10 hs, na sede social. **Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação. **Mesa:** Jairo Aparecido Yamamoto - Presidente; Carolina Sommer Mazon - Secretário. **Publicações e Divulgações**: De acordo com o artigo 133, da Lei das S.A., o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no jornal "Data Mercantil", no dia 21 de março de 2024, nas páginas de 07 à 11. Os documentos indicados acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia, com até 01 mês da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Ordem do dia e Deliberações**: **(i)** Foram aprovados, por unanimidade e sem reservas, o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, ratificando assim, os atos praticados pelos Administradores. **(ii)** Foi aprovado, por unanimidade e sem reservas, a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, conforme Proposta da Administração, no montante de R$ 112.678.045,00 da seguinte forma: (i) R$ 5.000.000,00, a serem alocados à reserva legal; (ii) R$ 43.311.000,00, a serem alocados à reserva para incentivos fiscais; (iii) R$ 16.867.045,00, a serem direcionados à reserva de lucros; (iv) R$ 25.000.000,00, que correspondeu ao Aumento do Capital Social, aprovado por este Conselho de Administração, em reunião realizada em 20/12/2023, às 09h00 e ata registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 487.153/23-6, em sessão realizada em 27/12/2023, o qual passou de R$ 11.714.082,72, totalmente subscrito e integralizado, para R$ 36.714.082,72 e sem emissão de ações; e (v) R$ 22.500.00,00 a título de dividendos, sendo R$ 0,11 por ação ordinária. **(iii)** Aprovar a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 3.300.000,00, sendo que a remuneração individual de cada administrador será fixada pelo Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento Dos Trabalhos e Lavratura de Ata**: Nada mais havendo a ser tratadoAtibaia, 22/04/2024.

Publicidade Legal

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ n.º 62.550.256/0001-20 (Companhia)

Edital de Convocação – AGOE – 24/05/2024

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da AGOE a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na avenida Paulista, n.° 867, 6.° andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 24/05/2024, às 09h10. **Ordem do Dia**: em sede de AGO: **(i)** examinar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social, caso haja lucro a ser distribuído; em sede de AGE: **(i)** aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação**: documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e- mail: societario@hapvida.com.br. **Documentos disponibilizados**: a documentação relacionada às matérias da ordem do dia estará disponível no link: https://encurtador.com.br/pyCFT. São Paulo/SP, 20/04/2024. Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (20, 23 e 24/04/2024)

BRZ Birmann 11 e 12 Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 26.569.596/0001-39 – NIRE 35.230.253.813

Ata de Reunião de Sócios

Realizada em 18/04/2024, com a presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luís Carlos Martins Ferreira. **Deliberações:** Os sócios aprovam, por unanimidade e sem ressalvas: A redução o capital social da Sociedade, que ora se encontra totalmente subscrito e integralizado, em R$ 3.000.000,00, passando o capital social da Sociedade de R$ 45.266.101,00 para R$ 42.266.101,00, com o cancelamento de 3.000.000 de quotas da Sociedade, detidas pela sócia Brasia II(c). Os recursos decorrentes do cancelamento das quotas acima serão transferidos na sua totalidade para a sócia Brasia II (c), quando efetivada a referida redução. O sócio Nessim expressamente concorda com a redução desproporcional acima indicada, e renuncia a qualquer direito de preferência aplicável. Os sócios autorizam a administração da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do disposto acima, bem como realizar os registros e publicações necessárias.

Pantheon Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 32.111.964/0001-01 – NIRE 35.235.400.458

Ata de Reunião de Sócios realizada em 18 de abril de 2024

Em 18/04/2024, às 10h, na sede social da Sociedade, com a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luís Carlos Martins Ferreira. **Deliberações:** (I) A redução o capital social da Sociedade, que ora se encontra totalmente subscrito e integralizado, em R$ 2.500.000,00, passando o capital social da Sociedade de R$ 22.482.135,00 para R$ 19.982.135,00, com o cancelamento de 2.500.000 quotas da Sociedade, detidas pela sócia Brasia II(c), acima qualificada. Os recursos decorrentes do cancelamento das quotas acima serão transferidos na sua totalidade para a sócia Brasia II (c), acima qualificada quando efetivada a referida redução. O sócio Nessim, acima qualificado, expressamente concorda com a redução desproporcional acima indicada, e renuncia a qualquer direito de preferência aplicável. **(II)** Os sócios autorizam a administração da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do disposto acima, bem como realizar os registros e publicações necessárias.

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 30 de abril de 2024, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **(i)** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Angela Martins Guido Rios** - Presidente do Conselho de Administração. **(19, 20 e 23/04/2024)**

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81

Convocação - Assembléia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **09 de Maio de 2.024, Quinta-Feira, às 10:00 horas**, no **Hotel Ibis São Paulo Expo**, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I –** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2.023. **II –** Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2.023. **III –** Outros assuntos. Guarulhos/SP, 08 de Abril de 2.024. **Demetrio Augusto Zacharias –** Diretor Presidente.**(19, 20 e 23/04/2024)**

TB Facilities S.A.

CNPJ/MF nº 36.275.365/0001-76 – NIRE 35.300.548.949

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 26 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social situada na Justino Paixão, nº 645, bairro Jardim São Caetano, Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP: 09580-780. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Nesterson da Silva Gomes, presidente da assembleia e Lidia Leila da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** alteração de endereço da sede da Companhia. **Deliberação:** aprovado por unanimidade, pelos acionistas presentes, a alteração de endereço da sede da companhia situada no município de São Caetano do Sul-SP, passando da Rua Justino Paixão, nº 645, bairro Jardim São Caetano, CEP: 09580-780 para Rua São Jorge, nº 350, sala 1, bairro Santo Antônio, Município de São Caetano do Sul-SP, CEP: 09530-250. **Observações Finais: 1) Quórum da deliberação:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos correspondentes; **3) Encerramento:** esgotada a *ordem do dia* e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da Companhia conforme assinaturas lançadas em livro Registro de Presença de Acionista. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Nesterson da Silva Gomes – Presidente da Assembleia; Lidia Leila da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 152.254/24-9 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Urbem S.A.

CNPJ/MF nº 41.757.463/0001-80 – NIRE 35.300.567.587

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 26 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social situada na Praça Whitaker Penteado, nº 183, 1º andar, Vila Guarani, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04307-050. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Nesterson da Silva Gomes, presidente da assembleia e Lídia Leila da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** alteração de endereço da sede da Companhia. **Deliberação:** aprovado por unanimidade, pelos acionistas presentes, a alteração de endereço da sede da companhia situada no município de São Paulo-SP, passando da Praça Whitaker Penteado, nº 183, 1º andar, Vila Guarani, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04307-050, para Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1912, conj. 15L, sala 2, bairro Jardim Paulistano, Município de São Paulo, CEP: 01451-907. **Observações Finais: 1) Quórum da deliberação:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos correspondentes; **3) Encerramento:** esgotada a *ordem do dia* e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da Companhia conforme assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Nesterson da Silva Gomes – Presidente da Assembleia; Lidia Leila da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 151.851/24-4 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

MR Securitizadora S.A.

CNPJ nº 10.757.947/0001-03 - NIRE 353.003.662-12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	2023	2022
Ativo	**43.977.377,55**	**42.017.041,79**
Ativo circulante	**43.156.155,11**	**41.023.576,01**
Caixa e equivalentes de caixa	1.080.839,24	2.771.955,50
Caixa	2.484,71	9.829,17
Bancos	122.588,27	266.198,02
Aplicações financeiras	955.766,26	2.495.928,31
Créditos a curto prazo	42.075.315,87	38.251.620,51
Direitos creditórios	42.031.553,16	38.207.430,62
Tributos a recuperar	43.762,71	44.189,89
Ativo não circulante	**821.222,44**	**993.465,78**
Investimentos	250.000,00	250.000,00
Investimentos	250.000,00	250.000,00
Imobilizado	562.948,16	735.191,50
Bens	1.338.616,22	1.592.048,03
Depreciação acumulada	(775.668,06)	(856.856,53)
Intangível	8.274,28	8.274,28
Marcas e patentes	8.274,28	8.274,28
Total do ativo	43.977.377,55	42.017.041,79
Passivo e patrimônio líquido	**43.977.377,55**	**42.017.041,79**
Passivo circulante	**6.100.346,53**	**7.221.065,08**
Obrigações a curto prazo	6.100.346,53	7.221.065,08
Conta corrente pendencias	79.406,89	179.065,67
Contas a pagar	4.281,63	0,00
Obrigações tributárias	37.795,04	75.752,89
Obrigações trabalhistas previdenciárias	36.814,28	21.489,83
Provisões	39.866,31	44.756,71
Emprestimos bancarios	5.802.182,38	6.799.999,98
Obrigações sociais estatutarias	100.000,00	100.000,00
Passivo não circulante	**30.838.558,15**	**27.785.185,51**
Obrigações a longo prazo	30.838.558,15	27.785.185,51
Recursos de debentures	30.838.558,15	27.785.185,51
Patrimônio líquido	**7.038.472,87**	**7.010.791,20**
Capital social	7.000.000,00	7.000.000,00
Capital social	7.000.000,00	7.000.000,00
Reservas	38.472,87	10.791,20
Reservas de lucros	38.472,87	10.791,20
Total do passivo	43.977.377,55	42.017.041,79

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2023	2022
Receita operacional bruta	**10.373.322,18**	**9.760.971,04**
Receita operacionais	10.373.322,18	9.760.971,04
Receitas de deságio	10.373.322,18	9.760.971,04
Deduções da receita bruta	**482.638,93**	**963.068,71**
Deduções das receitas	-	902.889,83
Deduções das receitas	-	902.889,83
Deduções das receitas	482.638,93	60.178,88
Deduções das receitas financeiras	482.638,93	60.178,88
Receita líquida	**9.890.683,25**	**8.797.902,33**
Lucro bruto	**9.890.683,25**	**8.797.902,33**
Despesas operacionais	**9.778.179,45**	**9.952.921,54**
Despesas operacionais	**9.778.179,45**	**9.952.921,54**
Despesas operacionais	9.778.179,45	9.952.921,54
Despesas administrativas	4.183.723,08	4.526.318,59
Despesas financeiras	5.594.456,37	5.426.602,95
Resultado antes das operações financeiras	**112.503,80**	**-1.155.019,21**
Receitas financeiras	**5.476,21**	**1.294.169,72**
Receitas financeiras	5.476,21	1.294.169,72
Receitas financeiras	5.476,21	1.294.169,72
Result. antes das provisões tribut.	**117.980,01**	**139.150,51**
Provisões tributárias (CSLL/IRPJ)	**90.298,34**	**33.396,13**
Provisão IRPJ e CSLL	90.298,34	33.396,13
Provisão IRPJ e CSLL	90.298,34	33.396,13
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**27.681,67**	**105.754,38**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social: a) a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços e que sejam passíveis de securitização, conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria; b) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Debêntures, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e normas da Comissão de Valores Mobiliários. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do (CPC). As presentes demonstrações financeiras incluem: As demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil (CPCs). Essas são as primeiras demonstrações preparadas conforme as normas IFRS nas quais o CPC nº 37 foi aplicado. Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Mario Marques Rodrigues Junior
Diretor

Carlos Rivadavia Ferreira Diniz
Contador - CRC nº 039.239/O-3

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 01 de maio de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de maio, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a homologação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, da Lei das S.A., e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de março de 2024, às 15h00; **(ii)** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o quanto deliberado no item (i) acima; **(iii)** a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; **(iv)** a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; **(v)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e **(vi)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (v) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 23 de abril de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/04/2024)

Dólar cai a R$ 5,16 com apetite externo ao risco e realização de lucros

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar à vista se firmou em baixa ao longo da tarde da segunda-feira, 22, com a melhora do apetite ao risco no exterior e o avanço mais forte das ações da Petrobras, ainda na esteira da liberação parcial de dividendos extraordinários. O arrefecimento das tensões geopolíticas, na ausência de novos atritos entre Irã e Israel, abriu espaço para realização de lucros no mercado doméstico, já que a divisa ainda acumula alta de mais de 3% no mês.

Houve também relatos de entrada de fluxo comercial e de continuidade do desmonte de posições defensivas por estrangeiros no mercado futuro.

A perspectiva de que possa haver corte mais moderado da taxa Selic daqui para frente, após várias declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, contribui para dar suporte ao real. O banco JP Morgan divulgou nesta segunda à tarde mudança na projeção de taxa Selic no fim do atual ciclo de redução de 9,5% para 10%.

Com um aprofundamento das perdas nos minutos finais de negociação, o dólar à vista fechou em baixa de 0,59%, a R$ 5,1687, na mínima da sessão e nos menores níveis em mais de uma semana.

Na máxima, pela manhã, tocou R$ 5,2181. Apesar da sequência de dois pregões de queda, a divisa ainda acumula ganhos de 3,06% em abril. No ano, a valorização é de 6,50%.

Em evento da Legend Capital em São Paulo, o presidente do Banco Central voltou a chamar a atenção para a possibilidade de mudança no ritmo de cortes da taxa Selic em razão do aumento das incertezas. Se houve uma melhora do ambiente, o BC volta para o caminho que havia traçado. Já se o clima de incertezas perdurar e "criar ruídos crescentes", então o BC teria que diminuir o "pace" de cortes da taxa básica. IstoéDinheiro

Publicidade Legal

ASCJ Província Brasileira SP

CNPJ/MF nº 41.709.885/0001-80

Relatório da Administração

Sras. Associadas: Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 31 de dezembro de 2023. À Diretoria

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**99.773.440,75**	**101.069.281,40**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**5b**	**47.772.070,49**	**41.993.239,71**
Caixa		75.197,98	66.115,02
Bancos Conta Movimento		416,06	198,45
Aplicação Financeira – Liquidez Imediata	**5c**	266.667,89	106.130,73
Aplicação Financeira – Prazo Fixo	**5d**	47.429.788,56	41.820.795,51
Contas a Receber		**50.965.128,47**	**59.045.519,08**
Aluguéis a Receber	**5e**	23.331.564,17	12.019.800,00
Outras Contas a Receber	**5f**	27.633.564,30	47.025.719,08
Outros Ativos Circulantes		**660.821,79**	**30.522,61**
Adiantamento a Colaboradores		9.810,08	2.880,00
Adiantamento a Fornecedores		625.177,39	27.642,61
Despesas Antecipadas		24.524,25	–
Outros Valores a Receber		1.310,07	–
Almoxarifado		**375.420,00**	**–**
Produtos e Materiais Diversos		375.420,00	–
Não – Circulante		**340.670.941,75**	**335.017.047,17**
Imobilizado	**5h e 6**	**340.669.249,28**	**335.012.655,79**
Bens em Uso		500.518.460,66	470.970.846,51
(-) Depreciação Acumulada		(159.849.211,38)	(135.958.190,72)
Intangível	**5h e 6**	**1.692,47**	**4.391,38**
Softwares		209.248,31	209.248,31
(-) Amortização Acumulada		(207.555,84)	(204.856,93)
Total do Ativo		**440.444.382,50**	**436.086.328,57**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**613.448,18**	**360.880,82**
Fornecedores – Produtos/Serviços		561.403,54	161.108,17
Obrigações Fiscais e Sociais à Recolher		3.290,65	11.425,75
Obrigações Tributárias à Recolher		2.133,40	1.413,45
Outras Obrigações à Pagar		46.084,59	28.270,07
Receitas Antecipadas		536,00	158.663,38
Não – Circulante		**–**	**–**
Patrimônio Líquido	**7**	**439.830.934,32**	**435.725.447,75**
Patrimônio Social		439.767.363,42	428.090.392,15
Déficit/Superávit dos Exercícios	**8**	63.570,90	7.635.055,60
Total do Passivo e Patrimônio Liquido		**440.444.382,50**	**436.086.328,57**

Demonstração de Resultados do Período – DRP
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em reais)*

	Nota	2023	2022
Receita Bruta		**15.613.106,84**	**14.145.971,55**
Receita Bruta das Atividades		**1.612.230,85**	**1.044.375,35**
Receitas com Doações	**5i**	292.366,42	102.201,97
Outras Receitas		8.285,91	20.946,34
Serviços Voluntários Obtidos		1.311.578,52	921.227,04
Geração de renda- Sustentáveis		**14.000.875,99**	**13.101.596,20**
Receitas Patrimoniais (Aluguéis)	**5e**	13.524.887,91	13.051.092,20
Receita com Venda Patrimonial		158.763,41	–
Receita com Encontros, Retiros e Estadias		257.872,54	50.504,00
Recuperação de Despesas		59.352,13	–
Despesas Operacionais		**(21.504.841,61)**	**(11.180.285,49)**
(-) Despesas Operacionais		**(21.504.841,61)**	**(11.180.285,49)**
Despesas Administrativas		(6.888.525,15)	(3.847.849,86)
Despesas com Manutenção e Infra-Estrutura		(712.768,46)	(573.579,43)
Despesas Tributárias e Contribuições		(28.693,83)	(18.787,00)
Despesas Adicionais Terceirizados		(269.783,84)	(123.599,83)
Despesas Assistenciais		(22.800,00)	(1.700,00)
Despesa Projeto de Formação Integral		(14.328,90)	(43.120,80)
Despesas com Depreciação/Amortização		(12.217.737,37)	(5.649.305,72)
Perdas e Danos		(38.625,54)	(1.115,81)
Trabalho Vonluntário		(1.311.578,52)	(921.227,04)
Superávit/Déficit Antes do Resultado Financeiro		**(5.891.734,77)**	**2.965.686,06**
Receita (Despesa) Financeira		**5.955.305,67**	**4.669.369,54**
Receitas Financeiras		5.980.747,72	4.694.829,62
Despesas Financeiras		(25.442,05)	(25.460,08)
Superávit/Déficit Líquido do Período	**8**	**63.570,90**	**7.635.055,60**

Demonstração da Mutação do Patrimonio Líquido – DMPL
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em reais)*

Contas Especificações	Patrimônio Social	Déficit/ Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**220.452.869,67**	**509.534,11**	**220.962.403,78**
Incorporação do Superávit	509.534,11	(509.534,11)	–
Cisão Parcial	207.127.988,37	–	207.127.988,37
Superávit do Exercício	–	7.635.055,60	7.635.055,60
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**428.090.392,15**	**7.635.055,60**	**435.725.447,75**
Incorporação do Superávit	7.635.055,60	(7.635.055,60)	–
Cisão Parcial	4.041.915,67	–	4.041.915,67
Superávit do Exercício	–	63.570,90	63.570,90
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**439.767.363,42**	**63.570,90**	**439.830.934,32**

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em reais)*

1- Atividades Operacionais	2023	2022
Déficit/Superávit dos Exercícios	63.570,90	7.635.055,60
Depreciação e Amortização	23.893.719,57	119.357.323,12
Cisão Parcial	4.041.915,67	207.127.988,37
Superávit/Déficit do Período Ajustado	**27.999.206,14**	**334.120.367,09**
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		
Clientes e Outros Recebíveis	8.080.390,61	51.311.552,39
Outros Ativos Circulantes	(630.299,18)	(28.233,47)
Almoxarifado	(375.420,00)	–
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	**7.074.671,43**	**51.283.318,92**
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	(8.135,10)	11.425,75
Obrigações Tributárias a Recolher	719,95	1.413,45
Fornecedores – Produtos/Serviços	400.295,37	161.108,17
Outras Obrigações à Pagar	17.814,52	28.270,07
Receitas Antecipadas	(158.127,38)	158.663,38
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	**252.567,36**	**360.880,82**
Total das Atividades Operacionais	**35.326.444,93**	**385.764.566,83**
2- Das Atividades de Investimentos		
(-) Aquisições de Ativo Imobilizado	(29.547.614,15)	(379.279.315,86)
Total das Atividades de Investimentos	**(29.547.614,15)**	**(379.279.315,86)**
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**5.778.830,78**	**6.485.250,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	41.993.239,71	35.507.988,74
Variação Ocorrida no Período	**5.778.830,78**	**6.485.250,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	47.772.070,49	41.993.239,71

Demonstração do Valor Adicionado – DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em reais)*

	2023	%	2022	%
Receitas	**15.320.740,42**		**14.043.769,58**	
Receitas Patrimoniais	13.782.760,45		13.101.596,20	
Outras Receitas	1.537.979,97		942.173,38	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**7.924.031,89**		**4.589.265,73**	
Custos de Manutenção das Atividades	7.654.248,05		4.465.665,90	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	269.783,84		123.599,83	
Valor Adicionado Bruto	**7.396.708,53**		**9.454.503,85**	
Depreciações/Amortizações/ECLD	12.217.737,37		5.649.305,72	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**(4.821.028,84)**		**3.805.198,13**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Doações	292.366,42		102.201,97	
Receitas Financeiras	5.980.747,72		4.694.829,62	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**1.452.085,30**		**8.602.229,72**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Voluntários	1.311.578,52	**90,32**	921.227,04	**10,71**
Agentes Financeiros	25.442,05	**1,75**	25.460,08	**0,30**
Assistência Social	22.800,00	**1,57**	1.700,00	**0,02**
Governo	28.693,83	**1,98**	18.787,00	**0,22**
Déficit/Superávit dos Exercícios	63.570,90	**4,38**	7.635.055,60	**88,76**
Valor Adicionado Total Distribuído	**1.452.085,30**	**100,00**	**8.602.229,72**	**100,00**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023
(Valores Expressos em R$)

1. Contexto operacional – A **ASCJ Provincia Brasileira SP** foi originada a partir da cisão parcial realizada no dia 29/01/2021 do **Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**, por Cessão das Atividades e transferência de suas Unidades Filiais com Fins Religiosos, acompanhada de seus bens, seus direitos e suas obrigações. A **ASCJ Provincia Brasileira SP** é pessoa jurídica de direito privado, de natureza jurídica Organização Religiosa nos termos da Lei nº 10.825/2005 e Código Civil Brasileiro, conforme disposto em seu art. 44, inciso IV e § 1º, entidade da Igreja Católica Apostólica Romana, de Direito Pontifício, Instituto de Vida Consagrada, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, com atividade eclesial, de assistência religiosa e de solidariedade social, em conformidade com o Código de Direito Canônico e o Direito Religioso Próprio, constituída sob a inspiração dos ensinamentos e Carisma de **Madre Clélia Merloni**, inscrita no CNPJ sob nº 41.709.885/0001-80, sendo a data de abertura deste CNPJ no dia 19/04/2021, com sede na Rua Tucuna, 835, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A **Província** tem por finalidade a vivência eclesial no intuito de que suas integrantes alcancem os propósitos vocacionais, com a realização da assistência religiosa e da Solidariedade Social como instrumento de defesa, proteção e promoção da vida. A **Província**, de acordo com o Carisma e a Espiritualidade do **Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**, Congregação, poderá atuar profeticamente em sua ação missionária e projetos pastorais. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº NBCTGEC/19 (NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro), que trata da estrutura conceitual para relatório financeiro, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em Nota Explicativa das Entidades sem finalidade de lucros. A ASCJ PROVINCIA BRASILEIRA SP é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, Inciso VI, alínea "b" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. As Imunidades fiscais da Instituição são regidas pelas Leis nº 9.532/1997 (Imunidade ao IRPJ e CSLL) e CF/88. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de estimativa para créditos de liquidação duvidosa, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Forma Jurídica Conforme a Legislação Vigente** – A **ASCJ Provincia Brasileira SP** é uma organização religiosa sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla o artigo 44, inciso IV do Código Civil. **4. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução CFC nº 1.330/11 (ITG 2000) (R1)** – A **ASCJ Provincia Brasileira SP** mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **5. Principais práticas contábeis – a) Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e as despesas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **b) Caixa e equivalentes de caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC-TG 03 (R3)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 – ITG 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Estes incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimento em prazo menor que 90 dias (curto prazo), ou quando maior, seja destinada a atender compromissos de caixa de curto prazo; **c) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do Balanço; **d) Aplicações financeiras:** Foram registradas ao custo acrescido dos rendimentos correspondentes, por meio do resultado, auferidos até a data do Balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com taxas pactuadas com as instituições financeiras. São representadas por valores investidos em poupança e títulos privados (fundos de investimento e certificados de depósito bancário) com rentabilidade média equivalente a 100% do "CDI", resgatáveis em até 360 dias; **e) Aluguéis a receber:** Foram registradas pelo valor de contrato; **f) Outras contas a receber:** Este saldo é composto pelos valores que serão transferidos decorrentes da cisão parcial do INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS; **g) Estimativa p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (ECLD):** Esta estimativa não foi constituída porque não ocorreu prejuízos reais em anos anteriores. Nos próximos exercícios, esta provisão poderá ser constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa será calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, ou seja, com base nos prejuízos reais ocorridos em anos anteriores e assim atendendo a Resolução CFC nº 1409/12 (ITG 2002 (R1)) em seu item 14; **h) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **i) Receitas com doações:** Refere-se a doações voluntárias de pessoas físicas. **6. Imobilizado e Intangível** – Os Ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do Imobilizado serão periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04 (R4)).

Conta	2023	Adição	Cisão – Transferência		Depreciação	2022
Imobilizado	**340.669.249,28**	**707.295,93**	**28.840.318,22**	**(11.687.448,72)**	**(12.203.571,94)**	**335.012.655,79**
Imóveis, Edif. e Terrenos	303.864.168,51	805.412,43	28.023.439,27	(11.681.150,05)	(9.479.487,10)	296.195.953,96
Moveis	1.050.148,15	11.075,94			(320.053,84)	1.359.126,05
Utensilios	256.799,38	8.725,99			(78.422,11)	326.495,50
Veículos	683.030,19	639.524,85			(60.179,66)	103.685,00
Maquinas e Equipamentos	1.516.224,37	54.268,67			(414.252,07)	1.876.207,77
Computadores e Perifericos	51.007,62	5.167,00			(72.000,56)	117.841,18
Biblioteca	12.692,21	–			(2.678,24)	15.370,45
Material Didático e Audio Visuais	146.535,92	–			(56.820,15)	203.356,07
Instrumentos Musicais	54.627,55	–			(12.240,29)	66.867,84
Equipts.Estação de Televisão/Radio	715,45	–			(399,95)	1.115,40
Instalações	216.430,41	–			(84.482,63)	300.913,04
Benfeitorias	32.241.087,03	- 816.878,95	816.878,95	(6.298,67)	(1.622.555,34)	33.869.941,04
Mão-de-obra Direta	555.650,00	–			–	555.650,00
Material Direto	20.132,49	–			–	20.132,49
Intangível	**1.692,47**	**–**	–	–	**(2.698,91)**	**4.391,38**
Direito de uso de software	1.692,47	–			(2.698,91)	4.391,38
Total do Imobilizado + Intangível	**340.670.941,75**	**707.295,93**	**28.840.318,22**	**(11.687.448,72)**	**(12.206.270,85)**	**335.017.047,17**

7. Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período ocorrido e dos bens oriundos da cisão parcial que originou esta Província. **8. Resultado do Período** – O superávit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15, onde se trata que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **9. Cobertura de Seguros** – Com intuito de atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

Ir. Fabiana Bergamin
Presidente
CPF 277.790.708-08

Ir. Grazielle Rigotti da Silva
Ecônoma
CPF 091.105.687-43

Paulo Henrique Navarro Marchioro Ribeiro
Contador CRC 1SP 254.244/O-1
CPF 220.300.208-50

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **ASCJ Província Brasileira SP** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo-SP, 04 de abril de 2024.

Audisa Auditores Associados – CRC/SP 2SP 024.298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador CRC/RS "S"-SP 058.252/O-1 – CVM: Ato Declaratório nº 7710/04

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

CNPJ/MF nº 61.015.087/0001-65 – Rua Coronel Melo de Oliveira 221 – São Paulo-SP – CEP 05011-040

O **Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – IASCJ** é uma pessoa jurídica de direito privado de fins educacionais, assistenciais, culturais, filantrópicos e beneficente, que tem duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 61.015.087/0001-65, com sede na Rua Coronel Melo de Oliveira, 221 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Declarado como de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 6.434, de 27 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/10/1961, tendo por finalidade prestar a assistência social à infância, adolescência e aos idosos carentes, promover a educação e o ensino, desenvolver a promoção social da coletividade e estimular a disseminação da cultura nessa mesma coletividade. O IASCJ é uma Entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nº 23000.010294/2012-25, o qual foi publicado o Deferimento pela Portaria nº 30, de 05/02/2020, sendo o período de validade desta renovação 01/01/2013 a 31/12/2015. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC tempestivamente em 07/12/2015 conforme processo nº 23000.022264/2015-12 para respaldar o período de 01/01/2016 a 31/12/2018, posteriormente em 18/12/2018, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000.041226/2018-01 para respaldar o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, e em 25/11/2021, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000031143202100 para respaldar o período de 01/01/2022 a 31/12/2024.

Relatório da Administração

Sras. Associadas: Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 31 de dezembro de 2023. À Diretoria

Balanço Patrimonial dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

Ativo	NE	Instituto (2023)	Assistência Social (2023)	Educacional (2023)	Mercantil (2023)	2023	2022
Circulante		**20.151.532,03**	**191.219,49**	**45.223.389,68**	**5.494.935,60**	**71.061.076,80**	**80.004.264,10**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5B	**1.648.344,73**	**177.786,54**	**40.261.856,44**	**143.259,92**	**42.231.247,63**	**45.100.536,59**
Caixa		66.595,73	10,74	4.303,36	1.694,39	72.604,22	42.393,67
Bancos Conta Movimento		1.594,67	94.621,66	528.689,34	523,36	625.429,03	56.782,71
Bancos Conta Poupança		–	–	–	–	–	2.480,65
Aplicação Financeira – Liquidez Imediata	5C	42.837,69	83.154,14	39.728.863,74	141.042,17	39.995.897,74	38.123.467,20
Aplicação Financeira – Prazo Fixo	5E	1.537.316,64	–	–	–	1.537.316,64	6.875.412,36
Clientes e Outros Recebíveis		**17.914.718,65**	**–**	**4.430.563,50**	**2.537.865,12**	**24.883.147,27**	**32.001.914,43**
Mensalidades à Receber	5F	2.729.548,39	–	5.866.092,43	–	8.595.640,82	8.677.491,24
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5I	(2.261.984,61)	–	(3.503.519,99)	–	(5.765.504,60)	(5.956.111,62)
Títulos à Receber	5F	4.175.174,62	–	2.724.400,64	1.483.541,42	8.383.116,68	7.458.873,02
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5I	–	–	(990.990,92)	–	(990.990,92)	(1.023.296,93)
Alugueis à Receber		5.159.818,94	–	–	–	5.159.818,94	8.648.868,77
Outros Títulos à Receber	5F	8.112.161,31	–	334.581,34	1.054.323,70	9.501.066,35	14.196.089,95
Outros Ativos Circulantes		**588.468,65**	**13.432,95**	**301.278,32**	**155.513,36**	**1.058.693,28**	**861.685,76**
Despesas Antecipadas		65.484,65	–	157.577,60	356,99	223.419,24	142.124,41
Adiantamentos	6	438.223,35	13.432,95	143.700,72	155.121,87	750.478,89	617.728,58
Outros Valores à Receber		185,94	–	–	34,50	220,44	9.629,24
Impostos à Recuperar		84.574,71	–	–	–	84.574,71	92.203,53
Estoques/Almoxarifado	7	**–**	**–**	**229.691,42**	**2.658.297,20**	**2.887.988,62**	**2.040.127,32**
Produtos e Materiais Diversos		–	–	229.691,42	2.658.297,20	2.887.988,62	2.040.127,32
Não – Circulante		**58.264.123,16**	**76.170,82**	**9.935.137,85**	**176.250,88**	**68.451.682,71**	**82.679.838,64**
Realizável a Longo Prazo		**1.822.289,65**	**–**	**1.283.069,67**	**–**	**3.105.359,32**	**3.379.020,84**
Mensalidades à Receber de Longo Prazo	5F	–	–	48.588,34	–	48.588,34	18.576,80
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5I	–	–	(24.987,88)	–	(24.987,88)	(8.594,40)
Outros Títulos à Receber	5F	863.500,00	–	–	–	863.500,00	989.130,91
Depósitos Judiciais		958.789,65	–	1.259.469,21	–	2.218.258,86	2.379.907,53
Imobilizado	8	**56.419.143,13**	**76.170,82**	**8.451.296,08**	**176.250,88**	**65.122.860,91**	**79.131.483,54**
Bens em Uso		75.523.650,87	311.148,21	39.713.685,45	185.187,68	115.733.672,21	138.261.332,07
(-) Depreciação Acumulada		(19.104.507,74)	(234.977,39)	(31.262.389,37)	(8.936,80)	(50.610.811,30)	(59.129.848,53)
Intangível	8	**22.690,38**	**–**	**198.791,10**	**–**	**221.481,48**	**157.664,38**
Softwares		674.135,01	738,00	822.417,26	–	1.497.290,27	1.353.056,27
(-) Amortização Acumulada		(651.444,63)	(738,00)	(623.626,16)	–	(1.275.808,79)	(1.195.391,89)
Bens em Comodato		**–**	**–**	**1.981,00**	**–**	**1.981,00**	**11.669,88**
Bens em Comodato		–	–	1.981,00	–	1.981,00	11.669,88
Total do Ativo		**78.415.655,19**	**267.390,31**	**55.158.527,53**	**5.671.186,48**	**139.512.759,51**	**162.684.102,74**

Passivo	NE	Instituto (2023)	Assistência Social (2023)	Educacional (2023)	Mercantil (2023)	2023	2022
Circulante		**34.096.439,53**	**382.527,27**	**4.538.631,23**	**4.619.650,71**	**43.637.248,74**	**58.281.043,95**
Fornecedores		727.693,81	1.003,69	509.253,95	2.115.837,72	3.353.789,17	3.997.120,25
Obrigações Trabalhistas		260.438,23	63.709,92	1.374.935,45	1.732,17	1.700.815,77	1.506.812,76
Obrigações Fiscais e Sociais à Recolher		107.681,86	19.307,89	412.911,11	582,74	540.483,60	482.462,71
Obrigações Tributárias à Recolher		114.612,41	5.827,14	732.277,76	122.381,96	975.099,27	718.250,01
Provisões Sociais e Trabalhistas		717.806,24	109.730,36	716.802,56	–	1.544.339,16	1.398.442,90
Subvenções e Convênios à Aplicar	9	–	181.854,59	–	–	181.854,59	133.243,50
Outras Obrigações à Pagar		31.454.441,46	1.093,68	56.313,46	–	31.511.848,60	47.769.651,23
Receitas Antecipadas		713.765,52	–	736.136,94	2.379.116,12	3.829.018,58	2.275.060,59
Não – Circulante		**334.520,92**	**53,88**	**4.616.599,47**	**–**	**4.951.174,27**	**5.804.005,39**
Receitas Diferidas		–	53,88	134.849,27	–	134.903,15	197.231,06
Provisão para Contingências	10	167.520,92	–	4.479.769,20	–	4.647.290,12	5.261.104,45
Receitas Antecipadas		167.000,00	–	–	–	167.000,00	334.000,00
Bens em Comodato		–	–	1.981,00	–	1.981,00	11.669,88
Patrimônio Líquido	11	**43.984.694,74**	**(115.190,84)**	**46.003.296,83**	**1.051.535,77**	**90.924.336,50**	**98.599.053,40**
Patrimônio Social		31.124.170,47	83.469,42	45.162.906,65	19.675,41	76.390.221,95	81.783.759,26
Ajuste de Avaliação Patrimonial		18.166.915,78	–	–	–	18.166.915,78	25.675.854,22
Déficit/Superávit dos Exercícios	12	(5.306.391,51)	(198.660,26)	840.390,18	1.031.860,36	(3.632.801,23)	(8.860.560,08)
Total do Passivo e Patrimônio Liquido		**78.415.655,19**	**267.390,31**	**55.158.527,53**	**5.671.186,48**	**139.512.759,51**	**162.684.102,74**

Demonstração do Resultado do Período dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

Operações em continuidade	NE	Instituto (2023)	Assistência Social (2023)	Educacional (2023)	Mercantil (2023)	2023	2022
Receitas		**8.323.752,07**	**1.662.436,77**	**51.063.006,77**	**4.308.583,51**	**65.357.779,12**	**64.927.450,54**
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Superior	15	–	–	53.795.551,19	–	53.795.551,19	47.753.686,80
Receitas escolares/acadêmicas – Curso de Extensão	15	–	–	46.800,00	–	46.800,00	–
Receitas escolares/acadêmicas – Educação Pós Graduação	15	–	–	435.132,01	–	435.132,01	593.968,56
(-) Bolsas Filantropicas Integrais – Educação Superior	13	–	–	(224.802,04)	–	(224.802,04)	(159.837,67)
(-) Assistencia Educacional Integrais – Educação Superior	13	–	–	(128.371,96)	–	(128.371,96)	(111.481,46)
(-) Assistencia Educacional Funcional – Educação Superior	13	–	–	(465.833,85)	–	(465.833,85)	(293.537,43)
(-) Bolsas Filantropicas Integrais ProUni – Educação Superior	13	–	–	(8.499.937,79)	–	(8.499.937,79)	(7.367.628,97)
(-) Bolsas Filantropicas Parciais ProUni – Educação Superior	13	–	–	(73.875,36)	–	(73.875,36)	(210.843,56)
(-) Devoluções e Cancelamentos – Educação Superior		–	–	(114.017,85)	–	(114.017,85)	(180.213,24)
(-) Descontos e Abatimentos – Educação Superior		–	–	(5.924.775,65)	–	(5.924.775,65)	(3.379.573,02)
(-) Assistencia Educacional Funcional – Educação Pós-Graduação		–	–	(4.705,53)	–	(4.705,53)	(27.138,13)
(-) Devoluções, Descontos e Abatimentos – Educação Pós-Graduação		–	–	(80.704,42)	–	(80.704,42)	–
Receitas de anuidades escolares – Educação Superior		**–**	**–**	**38.760.458,75**	**–**	**38.760.458,75**	**36.617.401,88**
Outras receitas escolares		–	–	2.884.531,72	–	2.884.531,72	1.301.078,95
Receitas com subvenções	9	–	1.359.933,63	61.348,25	–	1.421.281,88	1.313.007,36
Receitas patrimoniais (aluguéis)		715.635,43	–	123.066,70	–	838.702,13	2.139.262,57
Receitas com doações e promoções		4.217.908,59	–	64.540,51	–	4.282.449,10	4.260.691,68
Receita com venda patrimonial		177.900,00	–	10.900,00	–	188.800,00	16.057,00
Receita com imunidade usufruída	16	1.294.199,51	266.251,31	5.849.261,95	8.031,69	7.417.744,46	6.495.761,76
Receitas com Vendas da Loja	19	–	–	–	4.290.701,90	4.290.701,90	6.627.894,66
Outras receitas	5U	1.247.225,26	36.251,83	1.557.992,69	9.849,92	2.851.319,70	3.950.839,28
Trabalho Voluntário	17	670.883,28	–	1.750.906,20	–	2.421.789,48	2.205.455,40
(-) Custo dos Serviços Prestados – Educação Superior	15	**–**	**–**	(24.514.842,78)	–	(24.514.842,78)	(20.014.504,98)
(-) Custo dos Serviços Prestados		**–**	(1.508.874,27)	**–**	–	(1.508.874,27)	(1.258.248,09)
(-) Custo da Mercadoria Vendida e Deduções	19	**–**	**–**	**–**	(3.005.465,59)	(3.005.465,59)	(5.680.018,93)
Resultado Bruto		**8.323.752,07**	**153.562,50**	**26.548.163,99**	**1.303.117,92**	**36.328.596,48**	**37.974.678,54**
Despesas administrativas		(1.941.479,11)	(224.415,92)	(9.565.120,36)	(146.522,21)	(11.877.537,60)	(8.190.929,65)
Despesas com pessoal	15	(7.808.294,00)	–	(10.994.253,34)	(57.152,04)	(18.859.699,38)	(18.140.810,50)
Despesas de manutenção		(1.071.129,55)	(42.270,82)	(2.775.376,21)	(64.041,58)	(3.952.818,16)	(4.489.723,22)
Despesas adicionais tercerizados		(1.589.590,73)	(47.561,50)	(2.762.730,32)	(12.571,88)	(4.412.454,43)	(4.181.853,42)
Despesas tributárias e contribuições		(204.405,14)	(844,44)	(93.050,58)	(792,22)	(299.092,38)	(192.549,39)
Despesas com depreciação/amortização		(1.310.252,35)	(21.505,87)	(2.254.122,00)	(8.936,80)	(3.594.817,02)	(10.534.055,92)
Despesa com religiosas		(1.476.581,26)	–	–	–	(1.476.581,26)	(3.486.668,43)
Despesa com venda/baixa patrimonial		–	–	(6.610,80)	–	(6.610,80)	–
Despesas provisão para contingências	10	(240.870,03)	–	(173.202,51)	–	(414.072,54)	(1.350.373,30)
Despesas estimativa para crédito de liquidação duvidosa	5I	–	–	(797.664,94)	–	(797.664,94)	(529.480,65)
Perdas e danos		(297.291,60)	(7.306,48)	(606.244,99)	(24.623,71)	(935.466,78)	(2.263.621,70)
Trabalho Vonluntário	17	(670.883,28)	–	(1.750.906,20)	–	(2.421.789,48)	(2.205.455,40)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**(8.287.024,98)**	**(190.342,53)**	**(5.231.118,26)**	**988.477,48**	**(12.720.008,29)**	**(17.590.843,04)**
Receitas financeiras		3.075.644,35	244,19	6.174.757,11	112.144,08	9.362.789,73	8.996.432,57
Despesas financeiras		(95.010,88)	(8.561,92)	(103.248,67)	(68.761,20)	(275.582,67)	(266.149,61)
Déficit/Superávit dos Exercícios		**(5.306.391,51)**	**(198.660,26)**	**840.390,18**	**1.031.860,36**	**(3.632.801,23)**	**(8.860.560,08)**

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

	2023	2022
1- Atividades Operacionais		
Déficit/Superávit dos Exercícios	(3.632.801,23)	(8.860.560,08)
Depreciação e Amortização	(8.438.620,33)	(103.308.081,13)
Estimativa Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(206.519,55)	(809.624,62)
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	191.283,94
Cisão Parcial	(4.041.915,67)	(207.127.988,37)
Superávit/Déficit do Período Ajustado	**(16.319.856,78)**	**(319.914.970,26)**
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		
Clientes e Outros Recebíveis	7.341.680,19	10.354.263,91
Estoques/Almoxarifado	(847.861,30)	1.520.713,67
Outros Ativos Circulantes	(197.007,52)	128.582,72
Realizável a Longo Prazo	257.268,04	372.962,06
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	**6.554.079,41**	**12.376.522,36**
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		
Obrigações Trabalhistas	194.003,01	168.758,27
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	58.020,89	36.096,43
Obrigações Tributárias a Recolher	256.849,26	183.768,78
Fornecedores	(643.331,08)	(288.941,05)
Outras Obrigações à Pagar	(16.257.802,63)	(65.245.957,32)
Subvenções e convênios à Aplicar	48.611,09	130.011,57
Provisões Sociais e Trabalhistas	145.896,26	79.725,39
Receitas Antecipadas	1.386.957,99	(828.999,38)
Provisão para contingências	(613.814,33)	540.890,38
Receitas Diferidas	(62.327,91)	(62.409,40)
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	**(15.486.937,45)**	**(65.287.056,33)**
Total Das Atividades Operacionais	**(25.252.714,82)**	**(372.825.504,23)**
2- Das Atividades de Investimentos		
(-) Aquisições de Ativo Imobilizado	22.383.425,86	372.866.874,03
Total das Atividades de Investimentos	**22.383.425,86**	**372.866.874,03**
(1+2) Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.869.288,96)**	**41.369,80**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	45.100.536,59	45.059.166,79
Variação Ocorrida no Período	**(2.869.288,96)**	**41.369,80**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	42.231.247,63	45.100.536,59

continua ...

… continuação

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

Contas Especificações	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**88.273.416,72**	**(9.775.878,31)**	**235.898.779,50**	**314.396.317,91**
Incorporação do Déficit	(9.775.878,31)	9.775.878,31	–	–
Cisão Parcial	(207.127.988,37)	–	–	(207.127.988,37)
Ajuste de Exercícios Anteriores	191.283,94	–	–	191.283,94
Ajuste de Avaliação Patrimonial	210.222.925,28	–	(210.222.925,28)	–
Déficit do Exercício	–	(8.860.560,08)	–	(8.860.560,08)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**81.783.759,26**	**(8.860.560,08)**	**25.675.854,22**	**98.599.053,40**
Incorporação do Déficit	(8.860.560,08)	8.860.560,08	–	–
Cisão Parcial	(4.041.915,67)	–	–	(4.041.915,67)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.508.938,44	–	(7.508.938,44)	–
Déficit do Exercício	–	(3.632.801,23)	–	(3.632.801,23)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**76.390.221,95**	**(3.632.801,23)**	**18.166.915,78**	**90.924.336,50**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 *(Valores Expressos em R$)*

1. Contexto operacional – O **Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – IASCJ** é uma pessoa jurídica de direito privado de fins educacionais, assistenciais, culturais, filantrópicos e beneficente, que tem duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 61.015.087/0001-65, com sede na Rua Coronel Melo de Oliveira, 221 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Declarado como de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 6.434, de 27 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/10/1961, tendo por finalidade prestar a assistência social à infância, adolescência e aos idosos carentes, promover a educação e o ensino, desenvolver a promoção social da coletividade e estimular a disseminação da cultura nessa mesma coletividade. O IASCJ é uma Entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nº 23000.010294/2012-25, o qual foi publicado o Deferimento pela Portaria nº 30, de 05/02/2020, sendo o período de validade desta renovação 01/01/2013 a 31/12/2015. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC tempestivamente em 07/12/2015 conforme processo nº 23000.022264/2015-12 para respaldar o período de 01/01/2016 a 31/12/2018, posteriormente em 18/12/2018, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000.041226/2018-01 para respaldar o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, e em 25/11/2021, foi encaminhado ao MEC conforme processo nº 23000031143202100 para respaldar o período de 01/01/2022 a 31/12/2024. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº NBCTGEC/19 (NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro), que trata da estrutura conceitual para relatório financeiro, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em Nota Explicativa das Entidades sem finalidade de lucros. O IASCJ é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. As Imunidades fiscais da Instituição são regidas pelas Leis nº 9.532/1997 (Imunidade ao IRPJ e CSLL), CF/88, artigo 195, § 7º (Não incidência de PIS e COFINS e Imunidade ao INSS Patronal), M.P. 2.158-35/01 artigo 13, inciso III (Alíquota de 1% sobre o PIS da Folha de Pagamento) e Lei Complementar nº 187/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023 (Imunidade ao INSS Patronal). Também são observadas: Lei nº 9.394/96, Lei nº 9.870/99, Lei nº 11.096/05, Decreto nº 6.308/07, Resolução CNAS nº 109/09, Resolução CNAS nº 16/10, Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Assistência Social, dentre outras políticas públicas aplicáveis conforme as atividades desenvolvidas pelas Entidades. O IASCJ é uma instituição educacional e/ou social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: ▪ A Instituição é regida pela Constituição Federal; ▪ A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; ▪ Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); ▪ Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo. O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) O IASCJ não remunera e não concedem vantagens ou benefícios as conselheiras, instituidoras, integrantes de votos perpétuos e as candidatas ou diretoras, benfeitores ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este estatuto (artigo 47 do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 41 do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (artigo 53 do Estatuto Social). Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de estimativa para créditos de liquidação duvidosa, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Forma Jurídica Conforme a Legislação Vigente** – O IASCJ é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil. **4. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução CFC nº 1.330/11 (ITG 2000) (R1)** – O IASCJ mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **5. Principais práticas contábeis – a) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.** As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **b) Caixa e equivalentes de caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC-TG 03 (R3)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 – ITG 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Estes incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimento em prazo menor que 90 dias (curto prazo), ou quando maior, seja destinada a atender compromissos de caixa de curto prazo; **c) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do Balanço; **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros; **e) Aplicações financeiras:** Foram registradas ao custo acrescido dos rendimentos correspondentes, por meio do resultado, auferidos até a data do Balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com taxas pactuadas com as instituições financeiras. São representadas por valores investidos em poupança e títulos privados (fundos de investimento e certificados de depósito bancário) com rentabilidade média equivalente a 100% do "CDI", resgatáveis em até 360 dias; **f) Mensalidades, títulos e direitos a receber:** Foram registradas pelo valor contratado reduzidos das gratuidades e descontos concedidos; **g) Estoques Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16 (R2)):** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de consumo e revenda até a data do Balanço. E itens de Almoxarifado; **h) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e, quando necessário, reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização; **i) Estimativa p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (ECLD):** Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, ou seja, com base nos prejuízos reais ocorridos em anos anteriores e assim atendendo a Resolução CFC nº 1409/12 (ITG 2002 (R1)) em seu item 14; **j) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **k) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais; **l) Intangível:** Avaliado pelo custo de aquisição, sendo efetuada a amortização pelo método linear; **m) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação; **n) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido; **o) Apropriação de Férias e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; **p) Apropriação de 13º Salário e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; **q) Imunidades:** o IASCJ é reconhecido como entidade imune da contribuição patronal devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos. As respectivas contribuições dos valores que seriam devidos são registradas em contas específicas de despesa, tendo como contrapartida o reconhecimento de um passivo. Depois de atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 187/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023, o reconhecimento da imunidade usufruída é registrado baixando-se o passivo em contrapartida ao grupo de receita com imunidade usufruída; **r) Subvenções e convênios**: Os recursos recebidos foram reconhecidos no passivo, sendo registrado como receita em função do cumprimento das obrigações por parte da Entidade ao longo do exercício, em confronto com as correspondentes despesas incorridas nos projetos, atendendo às disposições da Resolução CFC nº 1.305/10 NBC TG 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais e Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades Sem Finalidades de Lucros. Tais gastos foram registrados em contas específicas de despesas e centro de custo, segregando desta forma a assistência social praticada com recursos próprios e de terceiros; **s) Segregação de Atividades:** As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como, Instituto (Mantenedora), Assistência Social, Educação e Mercantil; **t) Gratuidades**: O benefício concedido como gratuidade educacional, na concessão de bolsas integrais e parciais Lei Complementar nº 187/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023, por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades Sem Finalidades de Lucros. No âmbito da assistência social as gratuidades concedidas referem-se ao custo efetivo para a manutenção do serviço socioassistencial; **u) Outras Receitas:** Refere-se a ganhos judiciais, reversão de provisões e recuperação de despesas.

6. Adiantamentos Trabalhistas/Fornecedores

Descrição	2023	2022
Adiantamento de salários	273,61	851,70
Adiantamento de férias	70.064,31	41.401,64
Adiantamento a Convênios	5.802,26	6.732,20
Adiantamento a fornecedores	569.658,14	529.885,45
Adiantamento – Convênios Educacionais – EAD	104.680,57	38.857,59
Total – Adiantamentos	**750.478,89**	**617.728,58**

7. Estoques/Almoxarifado

Descrição	2023	2022
Almoxarifado (Educacional e Instituto)	229.691,42	770.073,27
Estoque (Mercantil)	2.658.297,20	1.270.054,05
Total	**2.887.988,62**	**2.040.127,32**

Demonstração do Valor Adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

	2023	%	2022	%
Receitas	**72.165.607,00**		**65.403.986,05**	
Receitas de Atividades Área Educacional	57.162.014,92		49.648.734,31	
Receitas Patrimoniais	838.702,13		2.139.262,57	
Outras Receitas	14.164.889,95		13.615.989,17	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**22.753.986,85**		**24.177.693,41**	
Custos de Manutenção das Atividades	18.389.093,92		20.021.279,03	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.364.892,93		4.156.414,38	
Valor Adicionado Bruto	**49.411.620,15**		**41.226.292,64**	
Depreciações/Amortizações/ECLD	4.370.976,09		10.522.581,17	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**45.040.644,06**		**30.703.711,47**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Doações	4.282.449,10		4.260.691,68	
Subvenções	1.421.281,88		1.313.007,36	
Receitas Financeiras	9.362.789,73		8.996.432,57	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**60.107.164,77**		**45.273.843,08**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Colaboradores	45.796.331,64	**76,19**	40.360.770,88	**89,15**
Agentes Financeiros	267.020,75	**0,44**	258.391,13	**0,57**
Assistência Social e Educacional	17.378.365,67	**28,91**	13.322.815,56	**29,43**
Governo	298.247,94	**0,50**	192.425,59	**0,43**
Déficit/Superávit do Exercício	(3.632.801,23)	**(6,04)**	(8.860.560,08)	**(19,57)**
Valor Adicionado Total Distribuído	**60.107.164,77**	**100,00**	**45.273.843,08**	**100,00**

8. Imobilizado e Intangível – Os Ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do Imobilizado e Intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04 (R4)). No ano de 2012 a Entidade adotou novos percentuais de depreciação dos bens do Imobilizado e Intangível e assim se enquadrando na legislação vigente.

Conta	2023	Adição	Baixa	Cisão –	Transferência	Deprec./ Amortiz.	2022
Imobilizado	**65.122.860,91**	**17.013.216,07**	**(9.480.377,15)**	**(28.840.318,22)**	**11.687.448,72**	**(4.388.592,05)**	**79.131.483,54**
Imóveis, Edif. e Terrenos	28.579.154,93		–	(28.023.439,27)	11.681.150,05	(927.027,97)	45.848.472,12
Veículos	566.095,93	1.056.160,12	(0,00)			(674.652,83)	184.588,64
Móveis	1.511.313,78	237.585,07	(565,83)			(333.140,76)	1.607.435,30
Utensílios	243.121,45	18.783,77	–			(56.674,45)	281.012,13
Máquinas e equipamentos	3.043.439,98	101.249,30	(5.376,52)			(805.711,39)	3.753.278,59
Computadores e periféricos	1.232.756,94	800.539,86				(343.529,17)	775.746,25
Biblioteca	154.564,64	11.297,31				(64.490,69)	207.758,02
Material didático e áudio visual	82.420,59	1.050,00	(668,45)			(55.002,85)	137.041,89
Instrumentos musicais	125.990,32					(25.198,20)	151.188,52
Instalações	2.764.480,27	75.728,38				(678.893,79)	3.367.645,68
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	1.588.310,13	2.388.996,10	(996.651,97)	(816.878,95)	6.298,67	(363.091,27)	1.369.637,55
Equipamentos de estação TV e rádio	4,22					(5,44)	9,66
Adiantamento para imobilização	(0,00)	771.849,97	(796.202,64)				24.352,67
Construção em processo	25.096.358,46	11.549.976,19	(7.680.911,74)				21.227.294,01
Móveis – Com Restrição	5.316,05					(2.373,84)	7.689,89
Máquinas e Equipamentos – Com Restrição	114.610,30					(50.658,72)	165.269,02
Material Didático e Audiovisual – Com Restrição	14.922,92					(8.140,68)	23.063,60
Intangível	**221.481,48**	**144.234,00**	**–**	**–**	**–**	**(80.416,90)**	**157.664,38**
Direito de uso de software	221.481,48	144.234,00	–	–	–	(80.416,90)	157.664,38
Total do Imobilizado + Intangível	**65.344.342,39**	**17.157.450,07**	**(9.480.377,15)**	**(28.840.318,22)**	**11.687.448,72**	**(4.469.008,95)**	**79.289.147,92**

9. Subvenções e Convênios Públicos Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R2)) e Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) – São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1). A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Estadual e Municipal:

Subvenção	Concedente	2023	2022
Movimentação Coração Multiplicado			
Coração Multiplicado	Secretaria Municipal Bem Estar Social	56.916,00	56.915,00
Total Estadual		**56.916,00**	**56.915,00**
Movimentação Coração Multiplicado			
Coração Multiplicado	Secretaria Municipal Bem Estar Social	103.224,00	–
Total Federal		**103.224,00**	**–**
Movimentação Coração Multiplicado			
Coração Multiplicado	Secretaria Municipal Bem Estar Social	1.311.980,00	1.322.775,36
Total Municipal		**1.311.980,00**	**1.322.775,36**
Total Geral Recebido		**1.472.120,00**	**1.379.690,36**
Rendimento de Aplicação		**2.900,80**	**4.149,99**
(+) Saldo Anterior a Aplicar		**133.243,50**	**3.231,93**
(-) Saldo a Aplicar		**(181.854,59)**	**(133.243,50)**
(-) Valor Devolvido		**(67.455,74)**	**(3.230,82)**
Total Geral Aplicado		**1.358.953,97**	**1.250.597,96**
Receita Diferida (depreciação)		**979,66**	**1.236,16**
Total Reconhecido em Receitas e Despesas		**1.359.933,63**	**1.251.834,12**

10. Provisão Passivos e Ativos Contingentes (Resolução CFC nº 1.180/09 NBC TG 25 (R2)) – Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, foram registrados contabilmente os processos administrativos e judiciais (danos, trabalhistas e tributários).

Rubrica Contábil	2023	2022
Contingências por Danos	72.605,78	72.605,78
Contingências Trabalhistas	4.440.917,80	5.112.882,94
Contingências Fiscais	–	5.594,23
Contingência	133.766,54	70.021,50
Total	**4.647.290,12**	**5.261.104,45**

11. Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. **a)** Ajuste de avaliação patrimonial: Conforme avaliação realizada por peritos, o ajuste de avaliação patrimonial de acordo com o laudo é composto pela avaliação de terrenos, imóveis e edificações a valor justo, sendo realizado contra o Patrimônio Social. **12. Resultado do Período** – O déficit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15, onde se trata que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **13. Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais** – A Entidade atende a Lei Complementar nº 187/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023 e atinge o número de bolsa quantitativa (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes), conforme demonstrativo a seguir:

Demonstrativo 1/9 e 1/5 – Base dezembro 2023	Educação Superior com ProUNI	Montante de recursos aplicados anual
Total de alunos matriculados graduação	4.665	53.795.551,19
Excluindo:		
Bolsas de estudo ProUni 100%	755	8.499.937,79
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 100%	37	224.802,04
Outras bolsas integrais – Convenção coletiva sem perfil e institucionais	57	594.205,81
(=) Alunos pagantes	**3.816**	**44.476.605,55**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9	**424**	
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 5	**763**	
Cumprimento 1 x 9		
Bolsas de estudo ProUni 100%	755	8.499.937,79
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	**331**	
Cumprimento 1 x 5		
Bolsas de estudo ProUni 50%	11	73.875,36
Bolsas de estudo ProUni 100%	755	8.499.937,79
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 100%	37	224.802,04
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (LC 187/21)	**798**	**8.798.615,19**
Excedente de bolsas da entidade no cumprimento 1 x 5	**34**	

Ressalta-se que todas as Bolsas Concedidas pela entidade observam a universalidade de atendimento na área da educação, ou seja, a seleção de bolsistas é segundo o perfil socioeconômico, sem qualquer forma de discriminação, segregação ou diferencia-

continua …

Publicidade Legal

… continuação

Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

ção, sendo vedada a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos ou quaisquer outros que afrontem esse perfil.

14. Obrigações da Educação para Fins de Cebas – a) Cadastro nos sistemas de informação: Conforme previsto no art. 18, § 1º, Inciso II da LC 187/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Superior (E-MEC). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP. **b) Plano Nacional de Educação:** Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação – PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei No. 9.394/96), que está inserida e, como consequência, por elas regulamentadas. A Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214, da Constituição Federal. Em correspondência ao PNE, e cientes da responsabilidade educacional e social, o IASCJ, empenha-se na operacionalização das diretrizes e metas educacionais nacionais, bem como no compromisso de oferecer uma educação de excelência. O IASCJ tem por vocação consagrar-se à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes, reafirmando a busca da verdade em todos os campos do conhecimento. **c) Análise do perfil socioeconômico:** O IASCJ mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

15. Adequação das Receitas com as Despesas com Pessoal – Nível Superior – O IASCJ aplicou 65,42% de sua Receita de Mensalidades Escolares em Despesas com Pessoal, conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da Demonstração do Resultado do Período de 2023) conforme parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação e conforme determina a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 27 letra "j".

Descrição	2023	2022
Receita de Anuidades Escolares de Nível Superior	54.277.483,20	48.347.655,36
Custos e Despesas com Pessoal de Nível Superior	35.509.096,12	29.869.576,89
Percentual de adequação (Vl. Despesa ÷ Vl. Receita)	65,42%	61,78%

16. Contribuições Sociais Usufruídas – Conforme a Lei Complementar nº 187/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21/11/2023 a Entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições sociais. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante do período que não foi recolhido.

Contribuições Sociais Usufruídas	2023	2022
INSS PATRONAL	7.417.744,46	6.495.761,76
COFINS	1.381.113,46	1.223.347,39
Total	**8.798.857,92**	**7.719.109,15**

17. Trabalho Voluntário – Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com importante participação em várias ações realizadas pelas Entidades. A Entidade reconheceu em sua contabilidade, no período de janeiro a dezembro de 2023, os serviços dos membros de sua diretoria como trabalho voluntário.

18. Cobertura de Seguros – Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

19. Atividade Mercantil – Visando fomentar recursos para o desenvolvimento dos objetivos sociais, a Entidade mantém atividades geradoras de recursos no âmbito da educação, trata-se de venda de materiais pedagógicos e uniformes na loja. Estas atividades estão devidamente segregadas contabilmente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

20. Formalização dos Serviços Socioassistênciais – Assistência Social – O IASCJ no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Serviço Socioassistencial: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura, público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. Os projetos desenvolvidos pelo IASCJ estão devidamente tipificados de acordo com a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 foram reconhecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, como Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, bem como, ações de apoio social e inclusão produtiva. Os valores dos recursos aplicados e projetos estão demonstrados abaixo:

Descrição	Público Alvo	Nº de pessoas Atendidas	Recursos Aplicados Subvenções	Recursos Aplicados Próprios	Total Aplicado
Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes					
34 – Serviço de Conv. E Fort. de Vínculos para Crianças e Adolescentes – Municipal (Rede Básica)	Crianças e adolescentes na faixa etária de 05 anos e 6 meses a 14 anos e 11 meses, moradoras dos bairros Ferradura Mirim	135 (mensal)	369.305,30	58.498,80	427.804,10
34 – Serviço de Conv. E Fort. de Vínculos para Crianças e Adolescentes -Estadual (Rede Básica)	Crianças e adolescentes na faixa etária de 05 anos e 6 meses a 14 anos e 11 meses, moradoras dos bairros Ferradura Mirim		47.680,25	5.468,79	53.149,04
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos					
34 – Serviço de Conv. E Fort. de Vínculos para Idosos – Municipal (Rede Básica)	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, em situação de vunerabilidade social.	90 (mensal)	223.083,18	35.331,81	258.414,99
34 – Serviço de Conv. E Fort. de Vínculos para Idosos -Federal (Rede Básica)	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, em situação de vunerabilidade social.		8.466,53	1.334,90	9.801,43
Proteção Social Especial – Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiencia, Idosos e suas Famílias					
34 – Serviço de Proteção Social Esp. Para pessoas com deficiência, idosos e suas familia – Municipal (Rede Especial)	Pessoas com deficiência, idosas com dependência que apresentem grau de dependência funcional I e II, seus cuidadores e familiares com vivência de violação de direitos que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.	60 (mensal)	277.636,97	43.987,14	321.624,11
(Programa) Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho					
34 – Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego-Municipal – (Rede Básica)	Adoslecentes e Jovens de 14 anos a 24 anos, preferencialemnte cursando o 9º ano do ensino fundamental, encaminhadas preferencialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	100 (mensal)	187.153,65	29.647,72	216.801,37
34 – Serviço de Inclusão Produtiva – Municipal – (Rede Básica)	Usuários de 16 anos, provenientes de famílias prioritariamente beneficiárias dos programas de transferência de renda, encaminhadas preferencialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	60 (mensal)	225.253,36	35.676,30	260.929,66
34 – Serviço de Inclusão Produtiva – Federal – (Rede Básica)	Usuários de 16 anos, provenientes de famílias prioritariamente beneficiárias dos programas de transferência de renda, encaminhadas preferencialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS		131,70	2.153,06	2.284,76
Secretaria de Esportes e Lazer de Bauru (SEMEL)					
34 – Projeto Dançando para a vida	Crianças e adolescentes na faixa etária de 05 anos e 6 meses a 14 anos e 11 meses, moradoras dos bairros Ferradura Mirim	130 (mensal)	20.243,03	3.208,07	23.451,10
Total dos Custos e Depesas da Assistência Social			**1.358.953,97**	**215.306,59**	**1.574.260,56**

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

Ir. Fabiana Bergamin
Presidente – CPF 277.790.708-08

Ir. Grazielle Rigotti da Silva
Ecônoma – CPF 091.105.687-43

Paulo Henrique Navarro Marchioro Ribeiro
Contador CRC 1SP 254.244/O-1 – CPF 220.300.208-50

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demostrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo-SP, 09 de abril de 2024.

Audisa Auditores Associados – CRC/SP 2SP 024298/O-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador CRC/SP 187.003/O-0 – CNAI-SP 1620

Votorantim S.A.

CNPJ/MF nº 03.407.049/0001-51 – NIRE 35.300.313.216

Ata de Reunião Ordinária dos Membros do Conselho de Administração realizada em 05/03/2024

1. Data, Hora e Local: 05/03/2024, às 11h00, na sede social situada na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, cj. "A", capital do Estado de São Paulo. **2. Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa Dirigente:** Eduardo Mazzilli de Vassimon, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição/eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** a) Os membros do Conselho de Administração da Companhia decidem, por unanimidade, em conformidade com o artigo 17, do Estatuto Social, reeleger os Srs.: **João Henrique Batista de Souza Schmidt**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.266.530-0-SSP/PR e do CPF.ME nº 005.032.489-67; **Luiz Aparecido Caruso Neto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.682.626-2-SSP/SP e do CPF.ME. nº 022.667.778-82; **Sergio Augusto Malacrida Júnior**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.346.284-9 SSP/SP e do CPF.ME nº 166.532.868-19; a Sra. **Glaisy Peres Domingues**, brasileira, solteira, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 107109860-IFP/RJ e do CPF.ME nº 072.823.557-97; **Mateus Gomes Ferreira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.054.264-X SSP/SP e do CPF/ME nº 291.959.388-93, **Mauro Ribeiro Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12798455-SSP/MG e do CPF/ME nº 096.002.066-78 e eleger o Sr. **Osmar Castellani Júnior**, brasileiro, casado, bacharel em relações internacionais, portador da Cédula de Identidade RG nº 42609104 SSP/SP e do CPF.ME nº 322.710.978-60, todos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, para comporem a Diretoria da Companhia, com mandato até 28.04.2025, c) Os Membros do Conselho de Administração decidem, ainda, que a Diretoria, além das atribuições que lhe são próprias previstas no Estatuto Social, ficará encarregada de exercer a função específica e principal de gestão do portfólio de investimentos da Companhia, com a finalidade de dar suporte a este Conselho de Administração, sendo atribuída ao Sr. João Henrique Batista de Souza Schmidt a função especial de presidir a gestão desse portfólio. d) Os Diretores, ora reeleitos e eleito firmam, na presente data, os respectivos termos de posse em livro próprio, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais Conselheiros presentes. **Eduardo Mazzilli de Vassimon**, Presidente, e **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário. (a.a.) **Eduardo Mazzilli de Vassimon**, Presidente do Conselho de Administração; **José Roberto Ermirio de Moraes**, Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Claudio Ermirio de Moraes, André Ermirio de Moraes Macedo, Oscar de Paula Bernardes Neto, Marcos Marinho Lutz** e **Antonio Carlos Quintella,** Conselheiros. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 05/03/2024. **Sergio Thiago da Gama Giestas** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 143.136/24-0 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Ouro cai mais de 2%, com realização de lucros após rali e sem escalada de tensões

O ouro fechou em baixa de mais de 2%, com realização de lucro após rali elevar o preço do metal em 13% desde o início do ano. Uma moderação na aversão a risco global também incide sobre o ouro, à medida que as tensões entre Israel e Irã permanecem contidas.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para junho fechou em queda de 2,79%, a US$ 2.346,40 a onça-troy.

Parece que a realização de lucros começou, afirma a SP Angel em nota. Na visão da consultoria, muitas mineradoras de ouro agora estarão vendendo a prazo com os novos altos níveis de preços, a fim de garantir os lucros diante da inflação.

O fluxo de entrada de toneladas substanciais de novos metais preciosos nos mercados futuros provavelmente atenuará novos aumentos de preços, acrescenta a SP Angel.

No front da geopolítica, a perspectiva de estabilidade nas tensões no Oriente Médio, sem novos ataques grandes por parte de Israel ou Irã, permite aos ativos de risco tomar fôlego, em detrimento dos investimentos tidos como mais seguros – o caso do ouro.

"Nenhuma nova má notícia é uma má notícia para posições bullish quem aposta na alta no ouro", diz o analista Nicki Shiels, estrategista de metais da MKS PAMP. IstoéDinheiro

Geração Bioeletricidade Santa Candida I Ltda.

CNPJ/MF nº 12.990.881/0001-14 – NIRE 35.231.479.106

Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário da Sociedade Limitada denominada Geração Bioeletricidade Santa Candida I Ltda. para Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, a saber: (a) **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89, NIRE 3330032335-0, neste ato representada por seus Diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68 e Fernando Mano da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, ambos residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e (b) **Tangara Energia S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96, neste ato representada por seus Diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68 e Flavio Martins Ribeiro, brasileiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, ambos residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Na qualidade de sócias da sociedade empresária limitada denominada Geração Bioeletricidade Santa Candida I Ltda., com sede no Estado de São Paulo, Cidade de Bocaina, na Fazenda Santa Candida s/n, CEP 17240-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.990.881/0001-14 ("Sociedade"), com seu Contrato Social devidamente registrado na JUCESP sob o NIRE 3523147910-6, decidem na melhor forma de direito, nos termos do § 3º do art. 1072 do Código Civil, e na melhor forma de direito: **1. Ratificações:** Neste ato, as sócias decidem ratificar todas as alterações do capital social da Sociedade, conforme segue: **1.1. Ratificar Redução de Capital Social, aprovada em 21 de dezembro de 2021:** As sócias ratificam a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento de 3.000.000 (três milhões) de quotas de emissão da Sociedade. Em virtude da deliberação acima, o capital social da Sociedade foi reduzido **de** R$ 43.227.273,00 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais) **para** R$ 40.227.273,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais); e o número de quotas foi reduzido **de** 43.227.273 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas **para** 40.227.273 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas. O valor da redução de capital da Sociedade foi distribuído, em dinheiro, aos sócios quotistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Quotistas	Qtde. de Quotas	%	Lucros (em R$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	40.227.272	99,9999975	2.999.999,92
Tangará Energia S.A.	1	0,0000025	0,08
Total	**40.227.273**	**100**	**3.000.000,00**

Registrar que a sócia **Tangará Energia S.A.** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da sócia Geração Bioeletricidade Holding S.A. Em razão da redução do capital social, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passou a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 40.227.273,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais), dividido em 40.227.273 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 40.227.272 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e duas) quotas, no valor total de R$ 40.227.272,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e dois reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R$ 1,00 (um real)." **1.2. Ratificar o Aumento de Capital Social, aprovado em 04 de abril de 2022:** As sócias ratificam o aumento do capital social da Sociedade no montante de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), passando, portanto, de R$ 40.227.273,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais) para R$ 40.407.273,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais) mediante a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) novas quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma. A quotista **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** subscreveu e integralizou a totalidade do aumento de capital, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital. A quotista **Tangara Energia S.A.** renunciou ao seu direito de preferência para participar do aumento aprovado. A redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passou a vigorar conforme redação abaixo: "**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 40.407.273,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais), dividido em 40.407.273 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 40.407.272 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e duas) quotas, no valor total de R$ 40.407.272,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e dois reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R$ 1,00 (um real)." **1.3. Ratificar a Redução de Capital Social, aprovada em 05 de abril de 2022:** As sócias ratificam a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 28.238.471,00 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais) nos termos do artigo 1.082, do Código Civil Brasileiro, com o cancelamento de 28.238.471 (vinte e oito milhões, duzentas e trinta e oito mil, quatrocentas e setenta e uma) quotas de emissão da Sociedade. Ainda, as sócias consignam que do valor total de redução de capital: **I.** R$ 19.138.470,77 (dezenove milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e sete centavos), serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado, registrados no balanço da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **II.** R$ 9.100.000,23 (nove milhões, cem mil reais e vinte e três centavos) serão destinados ao pagamento dos quotistas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Sociedade. Em virtude das deliberações anteriores, o capital social da Sociedade será reduzido de R$ 40.407.273,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais) para R$ 12.168.802,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois reais); e o número de quotas será reduzido de 40.407.273 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas para 12.168.802 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentas e dois) quotas. O valor da redução de capital da Sociedade foi distribuído, em dinheiro, aos sócios quotistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Quotistas	Qtde. de Quotas	%	Lucros (em R$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	40.407.272	99,9999975	9.100.000,00
Tangará Energia S.A.	1	0,0000025	0,23
Total	**40.407.273**	**100**	**9.100.000,23**

A redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passou a vigorar conforme redação abaixo: "**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 12.168.802,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois reais); dividido em 12.168.802 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentas e dois) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 12.168.801 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentas e uma) quotas, no valor total de R$ 12.168.801,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e um reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R$ 1,00 (um real)." **2. Aumento do Capital Social. 2.1.** Após as ratificações aprovadas acima, estando o capital social da Sociedade totalmente integralizado em moeda corrente nacional, decidem as quotistas da Sociedade, por unanimidade e sem ressalvas, neste ato decidem aumentar o capital social da Sociedade no montante de R$ 14.445.818,00 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito reais), passando, portanto, de R$ 12.168.802,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois reais) para R$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove reais) mediante a emissão de 14.445.818 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito) novas quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma. **2.2.** Registrar que a quotista **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** neste ato subscreve e integraliza a totalidade do aumento de capital ora aprovado mediante: (a) a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital no valor total de R$ 9.845.818,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito reais); e (b) a capitalização de créditos detidos pela quotista no valor total de R$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais). A quotista **Tangara Energia S.A.** renuncia ao seu direito de preferência para participar do aumento ora aprovado. **2.3.** Na sequência, decidem os sócios-quotistas, por unanimidade e sem ressalvas, alterar a redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar conforme redação abaixo, já considerando a incorporação da antiga sócia São João Energética S.A. pela Tangará Energética S.A., ocorrida em 01/10/2021: "**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove reais), dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 26.614.618 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) quotas, no valor total de R$ 26.614.618,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R$ 1,00 (um real)." **3. Transformação da Sociedade: 3.1.** Transformar a forma jurídica da Sociedade, de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima, sem liquidação, sem dissolução, nem importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio, a mesma escrituração comercial e fiscal, mantido o mesmo capital social, e passará a ser regida pela Lei 6.404/76 (Lei de S.A.). **3.2.** Em vista da transformação do tipo societário da Sociedade, nos termos acima, aprovar a conversão das 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove) quotas com valor nominal de R$ 1,00 do capital social da Companhia em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, cuja conversão é aprovada à razão de 01 ação emitida para cada 01 quota então existentes. Assim sendo, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove reais) passa a ser dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, assim distribuídas: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 26.614.618 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) ações ordinárias, nominativas; e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 01 (uma) ação ordinária, nominativa. **3.3.** Por conta da alteração da forma jurídica da Sociedade, alterar a denominação social da Sociedade para **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.**; **3.4.** Aprovar o projeto do estatuto social da Sociedade, constante no Anexo I, o qual faz parte integrante e inseparável deste Instrumento, independente de transcrição, dando-se por constituída a **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.**; **3.5.** Autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos sócios no presente Instrumento, incluindo, mas não se limitando a, transformação do tipo societário da Sociedade. **4. Eleição dos Administradores: 4.1.** Eleger os Srs. **Fernando Mano da Silva,** brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, para o cargo de **Diretor Presidente; Marcio Varella Calux**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 91875781, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.917.327-44, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente; Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 21.793, inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; e **Flavio Martins Ribeiro**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; todos com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro e com prazo de gestão de até 01 (um) ano a contar da presente data. **4.1.1.** Os diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. **5. Demais Assuntos de Interesse Social: 5.1.** Aprovar, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas, a realização de todas as publicações da Sociedade, previstas em lei, no "**Jornal Diário do Comércio**". E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário limitada para Sociedade Anônima em 01 (uma) via, a presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas. Bocaina, SP, 13 de fevereiro de 2024. **Geração Bioeletricidade Holding S.A**. (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva); **Tangara Energia S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro). **Testemunhas:** (Assinado digitalmente por Isis Paula Cerinotti Malhães e Guilherme Braga Lacerda). **Visto da Advogada:** Isis Paula Cerinotti Malhães – OAB/RJ 178.906. **Anexo I. Estatuto Social Consolidado da Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.. Capítulo I – Sede, Objeto e Duração. Denominação e Características. Artigo 1º.** A **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.** (doravante apenas Santa Candida I ou Companhia) é uma Sociedade Anônima que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Sede, Foro e Dependências. Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Estado de São Paulo, Cidade de Bocaina, na Fazenda Santa Cândida s/n, CEP 17240-000, podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria. **Objeto Social. Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Usina Termo Elétrica ("UTE Santa Cândida I" ou "UTE"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela UTE; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a UTE; e (d) a comercialização de créditos de carbono. **Duração. Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Do Capital Social. Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove reais) dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. **Das Ações. Artigo 6º.** A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Integralização. Artigo 7º.** O acionista subscritor de ações que não obedecer aos prazos e condições estabelecidas pela Assembleia Geral para a integralização das ações subscritas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se, até a data da integralização, ao pagamento de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor das prestações em atraso. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Competência. Artigo 8º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Instalação. Artigo 9º.** A Assembleia Geral será sempre convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência ou impedimento, por qualquer outro Diretor. O Presidente da Assembleia escolherá, entre os presentes, o Secretário. **Parágrafo único.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Assembleia Geral Ordinária. Artigo 10.** Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Extraordinária. Artigo 11.** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia. Artigo 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empossados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, e desde que o número de membros remanescentes seja menor do que o mínimo previsto no caput deste artigo, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões. Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões serão convocadas através de aviso escrito, por meio de carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **Parágrafo Terceiro.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **Parágrafo Quarto.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Sociedade. Artigo 14.** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 (dois) Diretores conjuntamente, por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 (dois) procuradores em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Parágrafo Segundo.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 (um) de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 15.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **Parágrafo único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 (um) ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*. **Competência. Artigo 16.** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à plena realização do seu objeto social. **Artigo 17.** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (c) Convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria. **Parágrafo único.** Em suas ausências e impedimentos temporários ou permanente, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 17-A –** Ao Diretor Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais ou ausência temporária ou permanente, praticando todos os atos de competência do substituído. **Artigo 18.** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração. Artigo 19.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Composição e Funcionamento. Artigo 20.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 21.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. **Artigo 22.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em media, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultados. Exercício Social. Artigo 23.** O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Demonstrações Financeiras. Artigo 24.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras da Companhia, segundo os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas demais normas e princípios contábeis geralmente aceitos, submetendo-as à deliberação da Assembleia Geral. **Destinação dos Resultados. Artigo 25.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 e seus incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários. Artigo 26.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispõe o artigo 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 27.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, a quem competirá eleger o liquidante. **Parágrafo Único.** Durante o período de dissolução, liquidação e extinção, o Conselho Fiscal somente funcionará a pedido de acionistas. **Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 28.** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela legislação brasileira aplicável a este tipo societário. Bocaina, SP, 13 de fevereiro de 2024. **Geração Bioeletricidade Holding S.A**. (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva); **Tangara Energia S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro). **Testemunhas:** (Assinado digitalmente por Isis Paula Cerinotti Malhães e Guilherme Braga Lacerda). **Visto da Advogada:** Isis Paula Cerinotti Malhaes – OAB/RJ 178906. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 154.244/24-7 e NIRE 35.300.418.522 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Tecnologia

O potencial da energia solar na matriz energética brasileira

As usinas fotovoltaicas (UFV) desempenham um papel fundamental no setor elétrico brasileiro, contribuindo para uma matriz energética mais sustentável e para a economia dos clientes. Com um vasto território e abundância de recursos solares, o Brasil possui um enorme potencial para a geração de energia solar, o que torna essa fonte uma peça central na transição para uma matriz energética mais limpa e renovável.

Uma das principais vantagens das usinas fotovoltaicas é a sua capacidade de complementar outras fontes de energia renovável, como a hidrelétrica, que historicamente tem sido a principal fonte de eletricidade no Brasil. Em períodos de estiagem, quando os reservatórios de água das hidrelétricas estão baixos, a energia solar pode entrar em cena, garantindo uma oferta estável de eletricidade e reduzindo a necessidade de recorrer a fontes de energia não renováveis, como termelétricas a gás ou carvão.

Além disso, as UFV desempenham um papel importante na diversificação da matriz energética do Brasil, reduzindo a dependência de fontes de energia sujeitas a variações climáticas, como as hidrelétricas, e aumentando a segurança energética do país. Isso é crucial para garantir um fornecimento estável de eletricidade e evitar possíveis crises de abastecimento no futuro.

Do ponto de vista econômico, as usinas fotovoltaicas oferecem uma série de benefícios tanto para os consumidores quanto para a economia na totalidade. Em primeiro lugar, os custos de operação e manutenção das UFVs são relativamente baixos, uma vez que a luz solar é uma fonte de energia gratuita e abundante. Isso se traduz em custos mais baixos de eletricidade para os consumidores, permitindo que economizem em suas contas de energia a longo prazo. Segundo a Agência Internacional de Energia, até o final de 2024, o fornecimento de energia gerada por painéis solares atingirá 1.100 gigawatts globalmente. Desde a construção e instalação até a operação e manutenção das usinas, a energia solar cria empregos em uma variedade de setores, incluindo engenharia, manufatura, construção civil e serviços. TecMundo

Musk, proprietário do X, se opõe à proibição de seu competidor TikTok nos EUA

Elon Musk se pronunciou na sexta-feira (19) contra a proibição do TikTok nos Estados Unidos, mesmo que isso signifique menos concorrência para sua plataforma X, enquanto a iniciativa recebe um novo impulso de ambos os partidos no Congresso.

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos votará no sábado um projeto de lei que obrigaria o TikTok a se desfazer da empresa matriz chinesa ByteDance ou enfrentar uma proibição nacional. A medida, que conta com o apoio de muitos democratas e republicanos, foi incluída em um pacote de ajuda maciça para Ucrânia, Israel e Taiwan, o que poderia facilitar sua aprovação em ambas as câmaras do Congresso americano.

"O TikTok não deve ser proibido nos Estados Unidos, mesmo que essa proibição possa beneficiar a plataforma X", disse Musk em uma publicação na rede social que adquiriu em 2022. "Fazê-lo seria contrário à liberdade de expressão."

Várias respostas ao comentário de Musk sobre o X expressaram preocupação de que uma proibição do TikTok estabelecesse um precedente que poderia ser usado para atacar outras redes sociais e serviços de mensagens.

Segundo o projeto de lei, a ByteDance teria que vender o aplicativo em alguns meses ou seria excluída das lojas de aplicativos da Apple e do Google nos Estados Unidos.

Também daria ao presidente dos Estados Unidos a autoridade para designar outros aplicativos como uma ameaça à segurança nacional se forem controlados por um país considerado hostil.

O TikTok criticou o projeto de lei, afirmando que prejudicaria a economia dos Estados Unidos e minaria a liberdade de expressão.

IstoéDinheiro

Conheça o Airchat, rede social de áudio que virou moda no Vale do Silício

Um aplicativo que envolve uma combinação de notas de voz e publicações, semelhante o X (ex-Twitter), tem angariado cada vez mais usuários no Vale do Silício, local que abriga muitas start-ups e empresas globais de tecnologia.

Trata-se do Airchat, ainda limitado ao público por meio de convites. O aplicativo vem sendo aclamado nos círculos de tecnologia, principalmente na baía de São Francisco, onde fica localizado o Vale do Silício.

O Airchat foi criado pelos mesmos desenvolvedores do AngelList, Naval Ravikant, e pelo ex-diretor de produto do Tinder, Brian Norgard.

A rede social se assemelha um pouco ao feed do Twitter, com blocos de texto que, na verdade, são transcrições de notas de voz postadas pelos usuários e que qualquer usuário pode reproduzir. Assim como no X, as publicações podem ser curtidas ou repostadas.

À Bloomberg, um dos criadores ddo Airchat, Ravikant, afirmou que o objetivo do app não é colocar você a par do que as pessoas falaram enquanto você estava fora.

"Na verdade, é para ver o que está acontecendo ao seu redor neste momento", indicou ele.

Recentemente, Ravikant concedeu uma entrevista diretamente pelo Airchat. Na ocasião, ele afirmou que gostaria de ter uma "festa na mão".

"Quero poder pegar esse telefone e conversar com alguém interessante, encantador e engraçado quando quiser", afirmou.

De acordo com a plataforma de análise digita Sensor Tower, o Airchat foi baixado mais de 45 mil vezes em todo o mundo desde o seu lançamento inicial, em meados de 2023.

Outros 30 mil downloads foram realizados quando o app foi relançado nos Estados Unidos, no início deste mês, iniciando o atual ciclo de entusiasmo com a ferramenta. Quase metade dos downloads foram feitos por usuários norte-americanos. TecMundo